

IDENTIDADE EUROPEIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O IMPACTO DO MULTICULTURALISMO

Nuno Miguel Loureiro Silva

Dissertação de Mestrado em
Ciências Políticas e Relações Internacionais

Novembro, 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Canaveira

Ao meu chão e refúgio.

À minha alma.

À minha vida.

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

O alívio que é poder começar pelo fim.

A dissertação que agora se apresenta é fruto e resultado de inúmeros fatores que, isolados ou combinados, fizeram dela uma construção de total honestidade, entrega e responsabilidade. Fatores esses que, por coincidência feliz, têm em mim o principal constructo.

Foi um ano de luta. Um processo lento de maturação pessoal e intelectual. Um ano de perdas pessoais e de conquistas profissionais. Um ano possível apenas pela mão dos meus.

Falo de gente de bem; família de sangue e escolha; colegas e profissionais de várias virtudes. Devo, porque em consciência me obrigo, retirar de mim o mérito pela conclusão, assumindo a culpa pelas inevitáveis carências.

No arranque, referir a orientação, sensibilidade e compreensão do sublime Prof. Dr. Manuel Canaveira. O rosto simpático e o sorriso fácil. As palavras que acalmam a ânsia.

Devo-lhe tanto. Devo-lhe até o lamento pelo tempo que lhe roubei. E acima de tudo, pelo contorcionismo com que soube abraçar as minhas muitas dificuldades.

Contudo, não me posso esquecer do meu perpétuo professor. Àquele que num ano marcou uma vida. Àquele que mais me criticou e no fundo me potencializou: Manuel Célio Conceição.

Ainda no âmbito escolar, agradecer o companheirismo e ajuda: Ana Rita, Cristina, João e Saskia, tenho-vos hoje como amigos. E sobre este capítulo, mais uma palavra: Patrícia.

Depois, todos os que fazem da minha vida um bairro feliz. Gente que me acompanha por uma opção que ainda hoje não sei saber merecer. Há nomes dos quais não me posso desprender e outros tantos que injustamente não conseguirei referir. A estes, obrigado pelo carinho, amizade, entrega, motivação, crítica e exemplo. Joel, Eduíno, Guilherme, Tiago, Chico, Gonçalves e Coelho. Zé Maria, Jacob, Carina e Amanda. Pedro, Luís, Bruno, Cassiano, Tomás, Miguel e Gonçalo Pinto. Tony, Gorjão, Carlos, Lobato, Cardoso, Cláudio, Zé e Justo. João, Vias e Rui. Daniela. Bia e Pirinhas. Patrícia.

Fábio, meu sangue, pelo amor e pelo exemplo de força de vontade que me és. Um irmão maior que a vida. Patrícia e Zé Diogo: temos os 4 uma vida pela frente. Juntos.

Fernando, os nossos *obrigados* são raros. É disso que se faz o amor que te tenho. Sem efeitos nem enfeites.

Agora, o sangue do meu sangue. À Sandra e ao Paulo. Ao Amabélio e à Sónia.

À minha tia Teresa pelo amor, pela biblioteca e pelo poço de conhecimento que és e me disponibilizaste: não tenho dúvidas que este mestrado não se terminaria sem ti.

À minha tia Lena, pelos 29 anos de proteção e amor maternal que me dedicaste.

À Paulinha, minha segunda mãe..

Ao pai que escolhi e me escolheu. O homem que me deu a vida que tenho e o sorriso que carrego. O ursinho de peluche gigante que amo mais do que a mim próprio: Tosco.
A toda a minha família que direta ou indiretamente me deu e dá a segurança e estabilidade que preciso.

E no final, o início de tudo.

O começo, o meio e o fim. O pináculo onde as palavras deixam de fazer sentido.
Não sei agradecer-te porque me soa a conclusivo e não há desfecho para a nossa história.

Não há amor maior que o nosso. Não há devoção maior que a tua.

À tua entrega cega. À tua luta. A ti.

Mãe, mãezinha, mamã. Sem medos.

Hoje e sempre.

Esta dissertação é tua. Desculpa a demora.

IDENTIDADE EUROPEIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O IMPACTO DO MULTICULTURALISMO

Nuno Miguel Loureiro Silva

RESUMO:

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Europeia, multiculturalismo, Europa, heterogeneidade, União Europeia, Globalização, antagonismos, Grécia, Síria, refugiados, Ucrânia, crise, inclusão, conflito, aproximação, incompatibilidade, relações internacionais, estados, influência.

O presente excuroso consiste na Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O mesmo surge conseqüente a uma extensiva investigação que pretende avaliar, com grande objetividade, o impacto do multiculturalismo na identidade europeia e a sua influência nas relações entre estados. A leitura, transversal às várias dimensões intrínsecas, tem em conta a fragilidade do próprio conceito numa Europa incontornavelmente heterogénea. Nesse sentido, discute-se o declínio identitário europeu e a própria ideia por trás do modelo actual da União Europeia: é esta entidade ainda veículo de concílio e inclusão?

Também a globalização é aqui foco enquanto promotor da aproximação dos diferentes modelos sociais, políticos e religiosos que quando antagónicos, potencializam a conflitualidade. Incompatibilidades emergentes que são aqui estudadas pelos casos que maior eco assumiram nos últimos anos: a crise da Ucrânia, a implosão síria e conseqüente entrada de refugiados na Europa e o distanciamento político e económico da Grécia de Syriza à UE. Pelo meio, referencias a um dos maiores problemas da atualidade – o do terrorismo. Assim, ao avaliar a legitimidade do conceito de Identidade Europeia, aliado ao multiculturalismo e heterogeneidade do próprio continente, explicam-se os motivos que levam, ou poderão levar, à elevação dos antagonismos internos e qual a solução de maior saúde estabilidade.

**EUROPEAN IDENTITY IN INTERNATIONAL RELATIONSHIPS:
THE MULTICULTURALISM'S IMPACT**

Nuno Miguel Loureiro Silva

ABSTRACT:

KEYWORDS: European Identity, multiculturalism, Europe, heterogeneity, the European Union, Globalisation, antagonism, Greece, Syria, Ukraine, refugees, crisis, inclusion, conflict, incompatibility, international relations, States, influence.

This work consists on a master's thesis in political science and international relations, of the Social and Human Sciences Faculty of the Universidade Nova de Lisboa.

Its delivery is only possible after an extensive investigation that was intended to assess, with great objectivity, the impact of multiculturalism on the European identity and its influence on relations between States. Its lecture, transversal to its various intrinsic dimensions, takes into account the fragility of the concept in a undoubtedly heterogeneous Europe. As so, it discusses the decline of identity and the depth of the idea behind the current model of the European Union: is this entity still a promoting vehicle for council and inclusion?

Globalization is also discussed here, as a promoter of major proximity between different social, political and religious models, that when antagonic, may lead to conflict. Emerging incompatibilities that are here studied by those cases which had more eco in recent years: Ukraine crisis, Syria's implosion and subsequent entry of refugees in Europe, and Greece's political and economic detachment from EU. In between, references to one of the biggest problems os today – terrorism. So, when evaluating the legitimacy of the concept of European Identity, multiculturalism and diversity of the continent, it explains the reasons that lead, or could lead, to the emerge of internal antagonisms and which could be the soltuion for an helthier and stable ending.

ÍNDICE

Introdução	11
 Capítulo 1 – Identidade Europeia	
1.1 O homem cidadão.....	17
1.2 Do liberalismo à democracia liberal.....	19
1.3 A globalização e o seu impacto no conceito de cidadão.....	21
1.4 Identidade Europeia sem consensualidades internas?.....	26
1.5 Hoje, <i>Heute</i> , <i>Aujourd'hui</i> , <i>Сьогодні</i> , <i>Sof</i> ?.....	27
1.6 Desumanização da Globalização.....	34
 Capítulo 2 – Multiculturalismo	
2.1 Nota Introdutória.....	38
2.2 Multiculturalismo Europeu.....	41
2.3 Desgaste social – o afastamento ideológico.....	45
2.4 Personalidade e Inteligência Multicultural.....	49
2.5 Radicalismos.....	52
2.5.1 Disponibilidade Biográfica.....	53
2.5.2 Experiências Pessoais.....	54
2.5.3 Guilhotinamento das liberdades.....	54
2.5.4 Processo de transformação identitária.....	54
2.5.5 Mecanismos de recrutamento radical.....	56
 Capítulo 3 – Estudos de Caso	
3.1 Crise na Ucrânia.....	58
3.1.1 Contextualização.....	58
3.1.2 O “ <i>clash</i> ” de 2014.....	61
3.1.3 Crise Identitária numa Ucrânia em construção.....	64
3.1.4 O caminho.....	65
3.2 Grécia – O espectro do sistema económico europeu.....	67
3.2.1 Contextualização.....	67
3.2.2 Como se justifica?.....	69
3.2.3 Syriza.....	72
3.2.4 A falência democrática dos pais da democracia.....	74

3.3 Síria – Uma guerra civil mundial.....	75
3.3.1 Contextualização.....	75
3.3.2 Do protesto político à guerra religiosa.....	76
3.3.3 Refugiados – a crise.....	78
3.4 BREXIT – O declínio do sistema europeu?.....	81
Capítulo 4 – Conclusão	84
Referências Bibliográficas.....	94

INTRODUÇÃO

1. Objecto de trabalho:

Assumir o conceito de Identidade Europeia (IE) como um constructo concluso seria incorrer de uma leitura leviana e imparcial. O conceito existente e que o presente excursus pretende dissecar, nasce do casamento entre várias supra-dimensões do qual este é dependente e pelas quais nos assomamos às suas maiores fragilidades.

O surgimento de uma identidade supra-nacional justifica-se se o assumirmos como um mecanismo de aproximação social, económica, política e ideológica. No fundo, pressupõe-se a diluição das fronteiras interiores europeias, fazendo convergir as individualidades num desígnio comum. Se por um lado seria sinónimo de mais facilitismos e ferramentas, por outro subjugaria as particularidades identitárias de cada estado. É nesta balança de ganhos e perdas que a concepção de Identidade Europeia não se tem sabido justificar.

O que assistimos hoje é à viciação de uma ferramenta social: aquele que seria um mecanismo de aproximação entre cidadãos do velho continente é no fundo um produto de génese e carácter manifestamente político, utilizado como instrumento de relação entre instituições e estados. Ainda que o Tratado de Maastricht¹ tenha feito um esforço no sentido contrário, a construção da Europa ainda assume os contornos da concepção de *Jean Monnet*, onde as instituições burocráticas, essencialmente económicas, geridas por elites minoritárias, administram o rumo de uma união² na qual a opinião pública tem pouca influência. Aliás, a mesma opinião pública que facilmente confunde

¹ No Tratado de Maastricht a cidadania europeia aparece entre os principais objetivos da União, listados para debate: “ A União far-se-á munir dos seguintes objetivos: (...) fortalecer a proteção dos direitos e interesses dos nacionais dos ses estados com a introdução de uma cidadania da União (Título I, art.º B).

No título II parte 2, estabelece o conceito de “Cidadão da União” dizendo: cada pessoa na posse de uma nacionalidade de um estado membro será considerado um cidadão a União” (art.º 8, 2). A cidadania europeia, facultaria então os cidadãos da União Europeia com alguns direitos: direito para se movimentar no espaço internacional europeu e de residir livremente dentro do território dos Estados-membros (art.º 8a); o direito de voto e de candidatura a eleições municipais e eleições para o parlamento europeu no Estado de residência, nas mesmas condições dos seus nacionais (art.º 8b); o direito de proteção diplomática de qualquer Estado-membro; o direito de petição no Parlamento Europeu (art.º 8d)

² A concepção de *Monnet* é ainda hoje alvo de leituras ambíguas. De um lado as teorias liberais que defendem a abertura das fronteiras económicas como estratégia de crescimento e união. Do outro, as teorias mais conservadoras que lhe imputam a responsabilidade pelo desfecho da concepção do sonho europeu que afiguram trágico. John F Kennedy sobre o próprio disse “*sob sua inspiração a Europa caminhou mais face à união em menos de 20 anos do que nos últimos mil. Está a transformar a Europa pela força de uma ideia construtiva*”.

FRANSEN, Frederic (1965)

e assume o conceito de IE como o conjunto de identidades dos cidadãos dos Estados membros da União Europeia (UE). E fazê-lo, não explica nem de forma parcial a real dimensão e amplitude do termo.

Numa Europa incontornavelmente heterogénea, multicultural e cosmopolita, encontrar a consensualidade entre termos generalistas não é algo que possamos ambicionar brevemente. São miríades de características e especificidades do ponto de vista social e cultural que nos distinguem e são reflexo de séculos de construção. Assim sendo, e assumindo que uma identidade nacional é tudo aquilo a que os seus cidadãos se sentem vinculados internamente, pelo sentimento de pertença ou pela história, como se pode transacionar o mesmo compromisso para um conjunto de estados e instituições filhos da mesma história?

O conceito de IE nasce de um processo de maturação das sociedades e dos seus indivíduos e é, por natureza, irremediavelmente dependente das noções de cidadania, democracia e globalização. A corrente reorganização do sistema geopolítico mundial, onde os principais atores procuram assumir as suas posições e prioridades face às crises económicas e sociais, tem exigido aos estados europeus uma tremenda flexibilidade política na tentativa de assegurar o cumprimento dos paradigmas comuns sem descurar interesses individuais. Em reflexo disso, somos hoje membros e testemunhas de sociedades contemporâneas plenas de paradoxos e incongruências, estados voláteis e fragilizados onde emergem nacionalismos, em alguns casos, exacerbados. É acima de tudo neste ponto que o presente excursus pretende incidir. Dissecar o conceito de Identidade Europeia, percebendo as suas origens e identificando sucintamente as suas maiores fraquezas e o que delas se pode esperar.

Um continente reconhecido pela sua heterogeneidade deveria promover respeito, aceitação, igualdade e tolerância. Essa tolerância, que descreve décadas de aceitação e de projetos de integração, ainda não se soube enraizar em consensualidade, e isso, muito por culpa das próprias instituições europeias (FAVELL, 2005). Mais uma vez, aquilo que devia ser um constructo social, filho de séculos de histórias e guerras - que apesar de destrutivas culminavam numa *“Reunited Europe”* - parece hoje ser irremediavelmente uma obra política, de cariz institucional e que muito pouco promove a aproximação do cidadão nacional do cidadão europeu.

“Enquanto os americanos têm continuamente cerrado fileiras em torno do seu país em épocas de crise, os europeus abandonaram o seu sonho de uma Europa Unida. Apesar da União Europeia ter sido construída sob forma uma união económica, a premissa subjacente sempre foi o sonho da criação de uma estrutura de integração imergida numa ideologia comum: a da democracia. Contudo, apesar do sucesso inicial fruto do movimento de capitais, entre injeções diretas e empréstimos de

bancos e outras instituições financeiras, percebia-se a fragilidade da estrutura e a sua susceptibilidade face a uma crise económica, que aconteceu³

Vou-me também focar incisivamente no multiculturalismo como um dos fenómenos de maior influência no que ao tema diz respeito. É o principal propulsor da heterogeneidade; a mais estreita relação de causa/efeito em matéria de crises sociais; aquele de maior permeabilidade à influência da globalização e dos meios de difusão e propaganda daí advindos. Neste ponto, interessa referir a crescente instabilidade social sinónima das políticas de medo que os ataques terroristas têm feito vingar. Não obstante e para me ajudar na construção da conclusão, farei também uma análise àquilo que se pode assumir como inteligência e personalidade multicultural. Saber o que devemos ser, para perceber o que não somos.

Teoricamente, a globalização seria uma das principais aliadas à construção de uma identidade supra-nacional: destrói fronteiras geográficas, multiplica as plataformas de aproximação e comunicação, promove a homogeneidade e estimula o crescimento de quase todas as dimensões a que os estados estão afetos. Contudo, a globalização é um processo de contornos muito mais complexos. Supera, em larga margem, a “mundialização” ou “internacionalização” que o mundo viveu com o colonialismo, imperialismo e com o próprio nascimento do capitalismo. Distingue-se porque propulsionada pela revolução tecnológica, pela internet e pelos sistemas de rede, fomentou um processo de “transculturação” que dinamitou a leitura que se tinha entre o que é nosso e dos outros; entre o que é local e o que é mundial (CANCLINI, 1999). E essa é a outra face da mesma moeda. Uma face mais obscura, subcutânea, sujeita às derivações de personalidade e àquilo que são os radicalismos. No fundo, avizinha os antagonismos que potencializam a conflitualidade, numa Europa plena deles.

Contudo, importa de sobremaneira explicar a escolha do tema. Nos últimos anos a Europa e mundo têm-se visto mergulhados num clima de profunda instabilidade. A crise económica, como qualquer outra, fez emergir dúvidas sobre a política externa dos seus estados, fragilizando as relações entre os mesmos. O declínio da Identidade Europeia, da própria U.E. e dos projetos integracionistas da velha Europa voltam a ser temas centrais pelos eventos mais recentes. De um lado, a ostensiva reação da Grécia às imposições da União Europeia. Do outro, a crise na Ucrânia. Pelo meio, os problemas resultantes da entrada de refugiados sírios em território europeu e dos paralelismos com a violência e o terrorismo que esse fenómeno tem despoletado. É preciso perceber quais os fenómenos que têm agravado os fundamentalismos radicais. Numa Europa indiscutivelmente heterogênea, estas discussões tornam-se quase irrealistas: hoje não deveríamos de todo estar a discutir o caminho para recuperar a questão identitária ou tentar perceber como se fomentam as segregações que levam aos fundamentalismos. Por todos estes motivos, torna-se imperativa a investigação daquele que me parece ser o cerne do problema. Identitário. A falta de

³ MENDELSON, Juliane – “*An Elusive Dream*”, The future of the EU: The decline of Europe's Identity debate, The European, 2013 Disponível em: <http://www.theeuropean-magazine.com/juliane-mendelsohn/6981-the-decline-of-europes-identity>

união. Os paradigmas decrépitos e em supressão. Perceber o caminho: como e para onde vamos? Encontrar explicações e soluções. Esclarecer.

2. Enquadramento cronológico

O tema em dissertação é de uma amplitude tremenda, tanto do ponto de vista da análise teórica, como do ponto de vista do estudo dos casos anteriormente referidos. Por isso mesmo, exige-se um retrocesso histórico que promova a contextualização dos conceitos: um breve vislumbre sobre as origens da noção de identidade e cidadania, que remontam ao séc. XVIII, aquando do surgimento do liberalismo. Ou seja, apesar da discussão em torno do conceito de Identidade Europeia ser de origens quase arcaicas, o retrocesso só se justifica como mecanismo de contextualização, sendo que o núcleo estrutural da investigação se refere, a título de registo cronológico, apenas ao séc. XXI. Assim sendo a investigação fará fundamentalmente foco num intervalo muito específico de tempo onde convergem grande parte dos eventos. O seu incio encontra então eco no inicio da crise económica europeia, sendo limitado como fim, apenas à data de execução deste trabalho. Contudo, entre a entrega do projeto e a concretização efetiva desta dissertação, houve outro evento que merece uma breve referência, pela pertinência que tem quanto à sustentação da tese. Aos 3 estudos de casos anteriormente enunciados, farei uma breve análise ao BREXIT, apesar da escassez de material científico sobre um tema de contornos ainda pouco claros.

3. Estrutura da dissertação

A investigação contemplará três grandes partes que são os seus pilares estruturais:

- A dissecação do conceito de Identidade Europeia;
- O impacto do multiculturalismo na construção do mesmo conceito;
- Estudos de casos que sejam exemplo e sinónimo do argumento.

A primeira parte será no fundo uma explicação exaustiva das ideias apresentadas no objeto de trabalho sobre Identidade Europeia. Fazer uma viagem sobre as origens, permitindo uma contextualização que enquadre a atual conceção. Interpretar as diferentes leituras, reservando-me o direito de construir sobre elas a minha posição. Analisarei o conceito de identidade/cidadania nacional, paralelo às origens do liberalismo e ao caminho que levou à construção da democracia. Uma democracia em defesa das liberdades e que permitiu uma maior expressão das individualidades e à definição de leis, estados e instituições legisladoras como defesa dos direitos do homem. Só assim se pode justificar o caminho que levou à denominação de identidade nacional, enquanto conceito identitário, e que mais tarde desaguardaria neste que agora se estuda. Ainda neste segmento, introduzirei a União Europeia e as instituições supra-nacionais pertinentes com a intenção de fazer um paralelismo entre o conceito e os organismos na sua dimensão. Conhecer os principais atores, para entender a sua obra.

A segunda secção fará uma leitura de consequências. Primeiro, explico o que é o multiculturalismo e de que forma tem influencia, não descurando o papel do fenómeno da globalização com tantos pontos de feliz, ou infeliz, coincidência. A opinião pública diz-nos, regra geral, que a globalização nunca foi mais do que um instrumento de ocidentalização mundial, diluindo as disparidades de tempo e espaço a partir de um território individual (VIEIRA, 2002). No fundo, para muitos, apenas viabilizou uma infeliz descaracterização identitária das nações. Contudo, ainda que a sua história seja sinónima de rutura e união, dispersão e integração, a globalização não é necessariamente um obstáculo, ou uma incompatibilidade incontornável à diversidade cultural. Na sua génese, imparcial, o todo e o particular complementam-se. É esse processo, que ROBERTSON (2000) denomina de “*glocalização*” e do qual farei também eu objeto de estudo.

Por fim, os *case-studies*. A escolha de todos eles tem acima de tudo uma justificação de carácter cronológico e de diversidade. Para que a investigação decorra de uma leitura da maior amplitude possível, procurei encontrar casos que, isolados ou combinados, mo permitissem.

A crise na Ucrânia veio apenas dar corpo à sua volatilidade. A sua posição charneira em termos geográficos evoca interesses do ponto de vista militares e económicos a que tanto União Europeia e Rússia, como Estados Unidos, não são indiferentes. Em consequência, viveram-se períodos de profunda guerra civil onde o seu povo, dividido entre a flexão à esquerda (Ocidente) ou à direita (Oriente), argumentava, em tons de sangue e fogo. No fundo, a Ucrânia funciona ainda como um grande *Pêndulo de Newton* dos senhores da Guerra Fria. Por outro lado, a falência grega. Perceber o que levou ao distanciamento ideológico entre Syriza, Varoufakis e a União Europeia. Como pode um membro de uma instituição política ter caminhado de forma tão contraditória àquilo que seriam os pressupostos estabelecidos pelo organismo. Depois, a crise dos refugiados. A velha Europa é a mais rica senhora dos territórios do mundo. Manifestamente heterogénea, multicultural, multirreligiosa. Que políticas de educação são estas, que permitem manifestações e comportamentos de evidentes contornos xenófobos? A Europa diplomática abriu as portas; a Europa das gentes não.

Este terceiro capítulo conclui-se então com uma apreciação sobre os contornos por trás de um plebiscito que ditou a saída do Reino Unido da UE e com uma análise sobre as políticas de Donald Trump, que apesar de radicais, levaram, em última instância, à sua escolha por parte do Partido Republicano para as presidenciais nos E.U.A. Contudo, estes últimos dois temas são demasiado recentes, inviabilizando uma investigação profunda pela escassez de fontes académicas e de material científico.

4. Estado da Arte

No que se refere à problemática da Identidade Europeia, existem estudos e perspetivas que se atropelam na explanação do conceito. Enquanto algumas perspetivas associam a noção de identidade à comunhão de ideologias políticas, económicas e sociais subjacentes aos membros da União Europeia, outros são acirrados críticos da mesma pela circunscrição quase restritiva desse

conceito aos mesmos membros. Se a identidade europeia está intrínseca ao cidadão europeu, um ucraniano ou um norueguês não o são? Por outro lado, essa aproximação dos estados membros da U.E. é tida como principal motriz dessa identidade, acrescentando que a solução para uma maior abrangência e comunhão passaria pela expansão da própria União Europeia. Por isso mesmo, esta investigação terá em conta uma análise transversal de perspetivas tomando em consideração tanto aquelas que procuram promover as faces marginalizadas do conceito (PARKER, 2008) como aquelas que assumem a centralização como solução mais pacífica⁴. Intrinsecamente associado ao tema, é o fenómeno do multiculturalismo europeu. Segundo MALIK (2015), o multiculturalismo saudável é uma das maiores ilusões e utopias das sociedades modernas e a principal receita para o declínio e desgaste das comunidades europeias. As incompatibilidades das diversas expressões culturais a todas as dimensões tornam-na uma ameaça para a estabilidade tanto da Europa como da própria ordem internacional. Esta perspetiva encontra eco no caso recente da Síria com a crise dos refugiados. Will Kymlicka (2012), faz uma análise profunda acerca do tema, argumentando que apesar das políticas de integração e do multiculturalismo serem de difícil aplicabilidade, existem casos que provam o seu sucesso.

Contudo, em matéria de fontes e documentação académica, há uma clara diferenciação entre o que é o material disponível para o estudo dos conceitos e o que são os casos em estudo. Para esses, far-me-ei acerrar de outras fontes de pesquisa: revistas e jornais de expressão maior com publicações frequentes sobre as matérias em causa, bem como os *sítes* das entidades associadas e com pertinente relevância ao tema. *Foreign Affairs*⁵, *The European*⁶, *The Economist*, *The Telegraph*, etc. Esta investigação foi trabalhada as suas partes de formas isoladas. Cada um dos seus compostos foi investigado de forma independente para que não garantisse a maior imparcialidade possível, mas nunca negando a ideia por de trás da escolha do tema. Por esse motivo, é a soma das 3 partes que consoma a conclusão, na qual explanei todo o raciocínio. Há alguns outros investigadores que são referidos e que foram surgindo, tema após tema, documento após documento, página após página, consoante a dimensão em estudo. Tentei absorver de todos, por igual. Assim sendo, a bibliografia fará reflexo disso mesmo: por menor que tenha sido o contributo para a estruturação do meu raciocínio, a todos farei referência.

⁴ Debates sobre a Identidade Europeia do Conselho da Europa

(http://www.coe.int/t/policy-planning/Debates/Identity_Debates/default_en.asp)

⁵(<https://www.foreignaffairs.com/articles/western-europe/2015-03-01/failure-multiculturalism>)

⁶(<http://www.theeuropean-magazine.com/juliane-mendelsohn/6981-the-decline-of-europes-identity>)

IDENTIDADE EUROPEIA

1. Origens do conceito

1.1 O homem cidadão

Antes de qualquer análise, exige-se um enquadramento cronológico que explique todo o seu processo de formação. Identidade Europeia é um composto no qual residem componentes estruturais isoladas que, apenas quando combinadas, conjecturam a sua definição. Contudo, aí moram as principais fragilidades do próprio conceito. Como definir o todo, se as partes isoladas são também tópicos de discussão e de pouca consensualidade? Tarefa ainda mais complicada quando o tema é afeto ao território europeu: são 27 Estados membros, somados a todos aqueles que sendo europeus não pertencem à União.

Definindo Identidade Europeia como uma comunhão de valores, instrumentos e políticas entre estados, por natureza, diferentes, torna-se pertinente compreender a legitimidade de um conceito de identidade nacional. Na mesma lógica, uma identidade nacional pressupõe a súmula de tudo o que aproxima e que é partilhado por um povo de uma determinada nação. E é por aqui que começamos - a base das sociedades modernas: os seus cidadãos.

A conceção contemporânea de cidadão e cidadania, tal como ainda hoje a reconhecemos, descende de um período de metamorfose social paralelo ao nascimento do liberalismo, no século XVIII, que é vinculado por sua vez ao princípio e consolidação do conceito de Estado-Nação. Desde aí, toda a conceção em torno do que se julgavam ser as liberdades individuais e os direitos e deveres, de parte a parte, entre governos e a suas gentes, mudou. Assumimos por Estado o organismo facultado de mecanismos de controlo político que rege determinado território⁷. Para tal, criaram-se estruturas fundamentais e instituições legais que permitissem a um governo controlar todas as esferas que compõem a sociedade de um Estado-nação. É esta perspectiva que nos permite constatar que todas as sociedades modernas são Estados-nações, pelo simples facto de todas estarem organizadas sob o comando de um governo instituído que controla e impõe suas políticas. Assim sendo, a noção de cidadão e de cidadania nasce vinculada a uma conceção de ordem territorial: cidadão é aquele que pertencente a um determinado território à responsabilidade de determinado governo.

O guião que conta a história do nascimento e consubstanciação do conceito de cidadão poder-se-ia descrever, com maior dramatismo, como o da luta pela conquista, consolidação e expansão dos direitos do homem. Segundo MARSHALL (1967), *"a cidadania teria evoluído a partir de um duplo processo: o de fusão geográfica, em que os direitos se tornam nacionais, e o de separação funcional, na qual se desenvolvem os elementos da cidadania: os direitos civis, políticos e sociais"*⁸.

⁷ "a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando: *civitas*, que traduzia o grego *pólis*" (Bobbio, 1987 pág. 66).

⁸ Marshall é frequentemente criticado por realizar uma abordagem excessivamente evolucionista e linear do desenvolvimento da cidadania.

Nesse sentido, aquele que se refere ao da fusão geográfica, diz que o nascimento do conceito de cidadania surge como complemento natural à fortificação das sociedades que passaram a ser defendidas pela existência de Estados nacionais, criando um compromisso estreito entre a noção de cidadania e o território a si intrínseco. Este pode ser entendido como o primeiro passo para o crescimento de uma identidade nacional: os cidadãos e o exercício dos seus direitos da cidadania, protegidos e comprometidos aos limites de uma circunscrição territorial, fizeram prosperar o sentimento abstracto de pertença, com base no vínculo entre Estado e nação⁹ e cidadão e nacionalidade.

“O cidadão é um nacional de um Estado particular”

(VIEIRA, 2001, p. 232).

Fundamentados nesta ideia, os direitos civis, políticos e sociais, só seriam assegurados aos cidadãos de um Estado específico, imputando neste apenas a responsabilidade pelos seus e pela defesa dos direitos dos mesmos. Por outro lado, aquilo que MARSHALL descreve como separação funcional, refere-se às autonomias garantidas pelo início do desenvolvimento dos direitos civis durante o século XVIII, posterior à sua concessão a cada indivíduo, reconhecendo-os como juridicamente iguais e por natureza diferentes – nasce então o cidadão. Na prática, é o fim de uma dependência histórica entre controlador e controlado, numa transição rumo às sociedades modernas, plenas de individualismos. Assim, o liberalismo, ainda que reconhecido como uma doutrina filosófica de carácter económico, está perpetuamente relacionado com as origens dos Estados-Nação e com o surgimento da identidade nacional, de base territorial. Foi a sua vitória, posterior à Revolução Francesa, que deu origem aos chamados direitos civis, às liberdades e aos direitos fundamentais do indivíduo, que mais tarde funcionariam como pilares estruturantes para o desenvolvimento desta concepção de cidadania e, posteriormente, de democracia moderna: uma cidadania que promove a proteção do indivíduo e da sua autonomia na pelas melhores condições de vida possíveis (BOBBIO, 2004).

Assim sendo e como consequência, podemos assumir que a liberdade levou ao aperfeiçoamento das individualidades e, conseqüentemente, ao aperfeiçoamento coletivo. Ou seja, o processo de maturação das sociedades esteve sempre sujeito à maturação dos seus próprios integrantes. Apesar de serem naturalmente diferentes, daqui em diante os homens teriam, segundo os teóricos liberais, a garantia formal de igualdade jurídica. A partir daqui, deu-se origem a uma corrida por mecanismos que possibilitassem maiores posses (económicas e sociais), numa competição saudável entre os indivíduos e sem a desnecessária mão do Estado: este seria o propulsor do desenvolvimento social. Uma igualdade do ponto de vista jurídico e social com repercussão comercial, que possibilitaria o acesso ao mercado pela busca de melhores rendimentos, desde que, claro, se respeitasse o lucro alheio.

⁹ Nação pode ter um sentido jurídico, de carácter territorial, como sinónimo de Estado. No entanto, também é possível fazer a leitura do conceito com um compromisso mais emocional; de pertença e de comunidade; de partilha de língua, etnia e história.

1.2 Do liberalismo à democracia liberal

O conceito de cidadania, que assumiu um formato de maior universalidade pelo seu amplo enraizamento nas sociedades pré-modernas (podendo aliás denominar-se de cidadania universal), nasce, deste modo, como cidadania liberal. No fundo, é a realização social do liberalismo. A coincidência feliz entre um novo modelo social e político: uma cidadania de defesa dos direitos do homem, da liberdade e da propriedade privada perante o Estado. Uma cidadania como porta-estandarte das sociedades contemporâneas e acima de tudo como estatuto jurídico.

Consequência natural do desenvolvimento dos direitos civis foi a expansão dos direitos políticos. Este dá-se em finais do século XIX com o nascimento da democracia liberal. Contudo, não transcreve o nascimento de uma nova realidade, mas sim o prolongamento daquilo que já existia, mas com o acesso dum grupo cada vez maior. Não há portanto o surgimento do direito político ou o aumento do número de direitos, mas sim a sua difusão e cedência a frações cada vez maiores da população. Enquanto o liberalismo garantiu “apenas” a igualdade formal e jurídica, a ampliação dos direitos políticos garantiu o posterior desenvolvimento da democracia moderna.

O conceito de democracia é no entanto falível. Não que a sua génese fosse augúrio para o declínio, mas porque a sua legitimidade só é garantida quando intrínseca a um determinado conjunto de princípios que pudessem descrever estes regimes políticos, independentemente das particularidades associadas a determinadas sociedades. Nesse sentido, na sua génese, a democracia seria uma súpula de princípios e regras basilares, escritas ou consuetudinárias, que definem-se quem estaria autorizado a decidir e quais os mecanismos legítimos para tal. Logo, por definição concetual, a democracia exige que o poder de decisão seja uma coincidência intencional entre a participação de um número elevado de pessoas e a unanimidade consequente da maioria, não por imposição, mas por escolha. Escolha essa livre e feita sobre várias alternativas, que se exigem, disponíveis.

As condições e alternativas sinónimas do livre arbítrio, são no fundo apenas os direitos e garantias fundamentais do homem em ação, ou seja, a aplicação prática dos direitos civis liberais, que projetaram o nascimento da democracia moderna. Consequentemente, constrói-se a ideia de uma relação de dependência bilateral: se os direitos civis promovem a democracia liberal e esta tem de garantir a saúde e durabilidade dos mesmos, existe então um caminho de reflexo duplo: do liberalismo à democracia e da democracia ao liberalismo (BOBBIO, 2004).

Contudo, nesse momento, aquilo que se tinha era um determinado número de regras enquanto garantias promotoras das individualidades sem influência do Estado. Os efeitos eram óbvios e foram quase imediatos. A procura por melhores condições de vida, incentivados pelo livre comércio, pela auto-regulamentação do mercado e pela competição, levou tanto a um processo de prosperidade e de desenvolvimento económico mundial, como à propagação da pobreza e da desigualdade social. Como consequência, o declínio do liberalismo em finais do séc. XIX.

A história do mundo e das suas sociedades sempre se fez destas continuidades e descontinuidades. O início de qualquer processo foi quase sempre sinónimo do fim de outro. Somam-se histórias de maturações, desenvolvimentos e declínios, mas que transcrevem no fundo a adaptabilidade tanto do homem como das sociedades em que se inserem. Para o bem e para o mal. Mais uma vez, é isso que se testemunha. Com o declínio sentido, o Estado volta a assumir uma maior preponderância: havia a necessidade de chamar a si não só a responsabilidade pela proteção dos seus, mas apresentando-se como figura de promoção do bem-estar social. O primeiro modelo, pleno de limitações, desesperava por um novo conceito de cidadania, ou então, por uma atualização do existente. E ela veio. No liberalismo, testemunhava-se uma imagem de Estado "mínimo", onde se defendia a proteção das liberdades individuais pela ausência de intervenção do governo. Depois, surge um Estado absorvido pelo agravamento dos precipícios e desigualdades sociais e que vai lutar com vista ao enraizamento e consolidação efetiva da cidadania social. (MARSHALL, 1967).

A partir daqui a noção de cidadania passa a ser interpretada como mecanismo de inclusão, sendo que qualquer variável que atentasse contra seria por consequência um instrumento anti-democrático: defendia-se, de sobremaneira, a integração plena do indivíduo na sociedade. Como tal, aos direitos civis e políticos que se instituíram desde início do séc. XVIII, somava-se agora num novo elemento a benefício do homem: o direito social. O cidadão passava a ser visto não só como elemento da sociedade, mas como parte integrante da herança delas próprias. Só a partir daqui, o homem se viu dotado de todas as ferramentas necessárias para se assumir, com legitimidade, como cidadão de um Estado que, por seu, trabalha por si.

A história da democracia é relativamente recente. Não de origem, mas porque os intervalos entre eventos de inquestionável influência sobre si se sucedem numa cadência frenética. O final do séc. XX, por exemplo, é sinónimo e reflexo disso mesmo. São menos de 25 anos a separar-nos de um mapa de distribuição da democracia mundial muito menor. Antes disso, parecia estar confinada - salvo raras exceções -, à América do Norte e Europa Ocidental. Aí viviam as economias industriais mais avançadas, com classes médias robustas e onde a alta taxa de alfabetização fazia diferença. Para muitos cientistas políticos, esta era a fórmula correta para uma democracia bem sucedida: o conjunto desses factores aliados a eleições multipartidárias livres e competitivas num Estado de Direito protector das liberdades individuais (PLATTNER, 1998). Em suma, eram a mais estreita aproximação àquilo que entendemos por "democracias liberais". Contudo, o resto do mundo não era reflexo. A maioria dos países não era nem liberal, nem democrática. Estes, oscilavam entre governos de partido único, ditaduras militares, revolucionários, regimes marxistas-leninistas que rejeitavam eleições multipartidárias livres, enfim. Foi preciso esperar até ao início dos anos 1990 para que esta situação sofresse um dramático, mas benéfico volte-face. Aqui, com a dissolução da União Soviética de 91 como exemplo, um número surpreendente de regimes autocráticos caiu do poder. Posteriormente, nascem regimes que, pelo menos, procuravam ser democráticos, originando aquela que muitos conhecem como a "terceira onda" da Democracia. (HUNTINGTON, 1991). Hoje, a realidade é outra. Numa leitura que não atenta à força da sua aplicação mas sim à sua mera existência, já são muitos os países que se podem gabar de um governo eleito por livre sufrágio. Hoje,

na Europa, somos todos filhos e herdeiros de uma Democracia liberal e do processo que levou à sua sustentação.

1.3 A globalização e o seu impacto no conceito de cidadão

Conforme anteriormente referido, a definição contemporânea de cidadania é apenas possível face ao surgimento do liberalismo e do conceito de Estado-Nação, concluindo-se que nesta perspectiva, a mesma nasce imediatamente intrínseca a uma noção territorial. Ou seja, é exatamente esta particularidade de circunscrição espacial que é relativizada pelo processo da globalização. Expliquemos.

Numa leitura muito superficial, podemos assumir o fenómeno como um movimento de amplitude mundial com influência nas dimensões económicas, financeiras, comerciais e sociais. No fundo, a globalização implicou a abertura de uma ótica mais local e nacionalista para uma visão de maior amplitude de um mundo hoje mais conectado e interdependente. Todo este processo, bem como o próprio conceito, está sujeito a variáveis de influência ou consequência que desde a sua criação, têm inspirado definições e interpretações de pouca consensualidade – já lá iremos.

Embora a globalização se tenha acelerado na década de 70 face à abertura dos mercados, não pode ser apenas caracterizada como económica. A sua complexidade, consequente de mutações tecnológicas, políticas, geopolíticas, micro e macro económicas e ideológicas, permitiu-lhe posteriormente influenciar todas essas mesmas dimensões que lhe deram origem. Em termos económicos, a globalização foi no fundo a expansão do capitalismo moderno - o neo-liberalismo. Ambos têm então de ser assumidos não como apenas processos económicos e comerciais mas também como sociológicos, de visão e percepção do mundo. (PAUL, 2014), Neste sentido a globalização é, por natureza, um processo distinto do colonialismo e do imperialismo e até da própria origem do capitalismo pela sua ramificação e complexidade. A revolução tecnológica e a internet forçaram um fenómeno que, apesar de não ser de aculturação, foi transcultural. Conforme anteriormente referido, isto deve-se acima de tudo ao rompimento das fronteiras conhecidas e às miríades de possibilidades advindas dos sistemas de rede, que, em última instância diluíram a percepção do que é nosso e dos outros e entre o que é local e universal. (CANCLINI, 1999).

A globalização, veio portanto comprimir as noções de espaço e tempo. Estas deixam de ter medidas possíveis de se circunscreverem. A evolução tecnológica das últimas décadas fez com que a noção do tempo se tivesse acelerado, tornando-o extremamente imediato, e, simultaneamente, “real”. O que quero dizer com isto, é que a partir de certo ponto se passou a ter um acesso *in loco* às notícias e à informação. Passaram a voar livremente de um ponto ao outro do planeta e com uma capacidade de filtragem de muito menor eficácia: um mundo “online everywhere, worldwide, all time” (RIEGEL, 2009, pág. 26-45). No que se refere ao espaço, as alterações também foram significativas. Há um aumento do fluxo migratório, além do natural e mais acelerado movimento de pessoas e bens, seja em lazer ou numa transação comercial. No entanto, paralelos a estes novos facilitismos de

acesso e circulação entre territórios testemunham-se também crescentes movimentos de resistência local, que acabaram por ser reconhecidos por uma denominação que tem reflexo noutra fenómeno mundial: a “Mcdonaldização” do mundo. Esta é associada ao facto da globalização ser considerada um movimento de americanização do ocidente, ou ainda mais ambicioso, uma ocidentalização de todo o mundo. Ou seja, uma clara homogeneização da cultura dos Estados face a um modelo particular: o “*American Way of Life*” (ROBERTSON, 2000, Pág. 25-44).

Contudo, mais uma vez, no decurso do seu sucessivo processo de continuidades e descontinuidades e de fragmentação e inclusão, a globalização não é forçosamente incompatível com a multiplicidade cultural. O todo e o individual, o múltiplo e o uno são verdadeiramente complementares e não antagónicos. O local age no global, como podemos testemunhar nas adaptações culinárias (o uso de sal e pimenta a ocidente nas comidas orientais e sul americanas), bem como o contrário, levando a alterações culturais e comportamentais. Nesta perspectiva, o local e o global são secções do mesmo processo – denominado por ROBERTSON (2000. Pág. 25-44) de *glocalização*.

Criava-se, assim, a ideia de “trans” nacionalidade, tanto ao nível dos movimentos de capital – onde os mercados e o próprio comércio começaram a saber-se interpretar, criando na prática um mercado global –, como dos próprios cidadãos, cuja identidade passava a poder transcender o limite territorial.

Como consequência, passou a ser possível materializar a existência de uma nova cultura, de maior amplitude e partilha, universal, de carácter desterritorializado, capaz de conjugar componentes globais e ao mesmo tempo locais. Uma cultura com capacidade para compatibilizar a emergência de eventuais tensões entre as dissemelhanças e os pontos de convergência, entre o que é particular e o que é universal. Assim sendo, a aplicação da noção de identidade passou a ser possível sem a existência de uma referência geográfica, mas com a comunhão de certas empatias e interesses supra-nacionais. Criou-se um conceito de maior virtualidade, circunscrito apenas pelo poder da imaginação. Identidade passaria a partir daqui a ser caracterizada pela partilha de gostos das comunidades que antes estavam condicionadas à referência do Estado e do seu próprio território e que agora se ligavam através dos sistemas de rede: música, tendências políticas, preocupações ambientais. Enfim, tudo apenas dependente de determinado interesse partilhado e não de uma nacionalidade.

“Atualmente é a cultura que é considerada a base para a solidariedade, muito mais do que a identidade nacional”

(VIEIRA, 2001, p.224).

Consequentemente, a relativização incontornável desta percepção territorial viria a condicionar as premissas daquilo que era entendido como Estado-Nação e do próprio sistema internacional configurado no Tratado de Vestefália. O Estado contemporâneo, assumido como

territorial, sobre o qual a cidadania se constrói (ainda que apenas considerando as dimensões políticas e jurídicas), é então diluído pela nova ordem universal.

Neste enquadramento, para que o Estado continuasse a ser uma figura de preponderância internacional¹⁰ precisava agora de compactuar com um número cada vez maior de elementos recém-chegados a esta nova modalidade: organismos internacionais (ONU, FMI), ONGs (Greenpeace), empresas que se ramificam e que passam a assumir a transnacionalidade comercial, e até mesmo cidadãos do mundo, face à potencialização das migrações. Mais uma vez, entre continuidades e descontinuidades, voltava-se a repensar a legitimidade do poder e da soberania dos governos nacionais. A partir daqui, o poder e a soberania passavam a ser sinónimo de decisões de amplitude nacional, mas com influência exterior, em consequência dos tratados e acordos internacionais, e acima de tudo, pelas constantes oscilações de um mercado cada vez mais internacional.

As teorias realistas¹¹, com o estatuto consolidado até final da Guerra Fria, encaravam a figura Estado como principal personagem nas relações internacionais. No entanto, a partir dos anos 80 passam a ser motivo de análise e revisão. O mundo assomava-se a uma nova realidade e essa era uma imposição de incontabilidade garantida: consequência direta das deliberações resultantes das duas grandes guerras mundiais, sendo que em matéria de decisões, estas passavam a ser tomadas em articulação entre organismos supra-nacionais. Fomentou-se a interdependência¹² entre os Estados e a globalização era a ferramenta certa: um sistema de redes de relações entre entidades domésticas e internacionais que fizeram da Europa e do mundo um monopólio de várias dimensões, nas quais quaisquer que fossem as decisões tomadas, por determinados intervenientes, acabavam por influenciar, inevitavelmente, todas as restantes. Esta interdependência fez com que as tradicionais questões de segurança, de sublime importância nas perspetivas realistas, fossem subjugadas face às questões económicas, consideradas, a partir de então, como cruciais nas relações entre atores internacionais. (KEOHANE; NYE, 2001).

Contudo convém fazer um intervalo no raciocínio. Aquilo que se pretende até aqui é uma leitura face à realidade de então. A crítica e análise a que me reservo o direito, será feita num capítulo adiante. Até aqui, há apenas o intuito de acondicionar tanto o processo de desenvolvimento de conceitos como a sua contextualização cronológica: que leva a quê; o que influencia o quê; como nasce e as suas consequências óbvias. Regressemos.

¹⁰ Até aquelas perspetivas das Relações Internacionais que exigem uma maior flexibilidade ao papel do Estado nas suas análises, assumem o Estado como unidade básica de análise, a partir da qual é construído o próprio conceito de internacional (WALKER, 1995; WENDT, 2003)

¹¹ Por teorias realistas das Relações Internacionais refiro-me àquelas de origem em Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Esta baseia-se em três premissas fundamentais: anarquia internacional, segurança como principal preocupação dos Estados e estes como unidade básica do ambiente internacional.

¹² A interdependência enquanto sinónima de dependência mútua entre atores internacionais (KEOHANE, NYE, 2001)

Nesse sentido, não se trata de profetizar o fim do Estado-Nação. Aqui, apenas emerge a crescente necessidade da sua maturação e moldagem a uma nova ordem internacional. Se antes se poderiam definir pontos de centrifugação de poder, onde os Estados aglutinavam sobre si a responsabilidade pela decisão, naquele ponto esta nova ordem internacional tornava-se muito menos “estatocêntrica” e muito mais “multicêntrica” (BAUMAN, 1999, pág.66).

“Tem-se hoje a sensação, a partir desta nova ordem, de que ninguém parece estar no controle”

(BAUMAN 1999, p.66)

Aqui entramos num ponto em que várias teorias convergem em matéria de debate, mas com pouca consensualidade. De um lado, a sensação de que a soberania individual dos estados, anterior ao processo de globalização, quando ainda focada nas questões de segurança e do interesse nacional, impunham outro tipo de regularidade - como aquela sentida durante a bipolaridade da Guerra Fria. Estas afirmam que apenas posteriormente se deu lugar a um clima de maior insegurança e a uma quase postulada sensação de desordem¹³; do outro, aqueles que assumem esse período de maior regularidade e estabilidade apenas como um fenómeno de “paz armada”, reafirmando que o clima resultante da dissolução da União Soviética, apesar de uma afiguração um tanto ou quanto caótica, é, face às articulações neoliberais já referidas, metodicamente organizado, harmonioso e integracionista – isto apesar das complexas tensões.¹⁴

Com base na posição defendida por KEOHANE (2005), um sistema de Estados era compatível com uma noção de cooperação - que no âmbito económico seria ainda mais fácil -, construindo na prática uma interdependência complexa entre a soma, mas não agregação, das unidades. Esta cooperação, a existir, seria estruturada sobre uma tabela de valores e não de interesses, garantindo a soberania interna e a possibilidade de agir autonomamente, se, ainda assim,

¹³ O termo desordem assume aqui uma simetria perfeita entre a descrição dos factos e a sensação vivida. Contudo, as teorias realistas assumem o termo “anarquia” para interpretar as relações entre os Estados. Nesse sentido isso teria de ser sinónimo apenas de relações caracterizadas pela ausência de um governo legítimo, o que não é o caso. O fato de o ambiente internacional vivido ter um tom anárquico, não significa forçosamente que os personagens do sistema trabalhem indiferentes a qualquer tipo de limites e de padrões de comportamento. (WALTZ, 2002). Há portanto, uma diferença profunda entre desordem e anarquia.

¹⁴ Nesta matéria as teorias neoliberais das RI referem apenas o carácter sistémico das relações. Contudo, contrariamente à posição assumida pelas teorias sistémicas realistas (WALTZ, 2002), os neoliberais vivem sobre um conceito de sistema internacional que antevê a potencialização dos compromissos, ou seja, uma crescente cooperação entre personagens tendo em conta a existência de traços e pontos de comunhão cada vez mais complementares, independentemente da posição geográfica. Não se leia contudo que possamos falar presença óbvia de pontos de comunhão, há então, apenas se torna cada vez mais forte o nó entre os compromissos supra-nacionais (KEOHANE, 2005). Já para se pode falar num qualquer conceito de sociedade ou identidade supra-nacional, exige-se não apenas a partilha de interesses complementares entre ambos, como também a comunhão estreita de valores.

compactuassem do ponto de vista comportamental. No fundo, a ideia de que era viável a soma das independências, sem um organismo supra-nacional que as circunscrevesse.

Conforme referido, a globalização obrigou então a uma reestruturação do Estado. Se o Estado-Nação teve origem no liberalismo, este seria agora alvo de uma reforma tendo em conta as novas obrigações desta mesma doutrina, que sofreu uma mutação para um neoliberalismo mundial, diga-se, globalizado. Assim sendo, é nesta conjuntura de declínio do modelo de Vestefália, que regressamos ao cerne da questão, como testemunhas da origem de um novo conceito de indivíduo e, consequentemente, de cidadão.

O cidadão desterritorializado - aquele que é agora facultado de mecanismos de “dispensabilidade” de uma referência geográfica -, passa a assumir um papel cada vez mais importante na esfera internacional, no sentido em que se percebe que as suas ações no nível micro (indivíduos e grupos) podem ter influência no sistema a nível macro. O desenvolvimento dos processos educacionais, bem como a melhoria e atualização constante das tecnologias de informação, gerou um indivíduo mais capaz, com maior capacidade analítica e com competências para agir com maior autonomia. É no fundo, o cidadão neoliberal: um personagem e interveniente social, em pleno exercício das suas competências intelectuais, racionais e sociais, e em total liberdade num mundo globalizado. O cidadão do mundo.

Não quer isto dizer que esta individualidade sem fronteiras não se possa exercer numa perspetiva mais territorial, como de facto acontece, mas passa cada vez mais a surgir num tom de maior amplitude, em atividades transnacionais, que transcendem a perceção de território e reforçam a interdependência dos Estados nacionais. É aqui que os movimentos humanos supra-nacionais de defesa e preocupação com várias causas surgem e, em contraponto e ainda no caso das expressões individuais mais regionais, também os movimentos nacionalistas.

Assim sendo, podemos assumir que a fragilidade e rotura do conceito de Estado-nação dão origem também a mudanças profundas no modo de se construir uma identidade. Em vez da identidade nacional, enraizada tanto na ligação com o território quanto no sentimento de pertença, fomenta-se o aparecimento de identidades complexas, fragmentando o nacionalismo e provocando as estruturas mais radicais. No fundo, potencializa-se a origem do fundamentalismo religioso e dos conflitos associados às frações mais conservadoras do mundo.

Aqui podemos fazer já então uma referência relativamente àquilo que é a definição do conceito de Identidade Europeia. O sentimento de pertença a um país não instituiu-se antes do século XVIII, conforme refere P. GEARY (2008), o maior símbolo de compromisso entre figuras da ordem internacional. Essa ordem é aliás um conceito apenas passível de se definir muitos séculos depois, já posterior à emergência do nacionalismo, conforme dito, nos séculos XVIII e XIX. O conceito de identidade nacional pura e simplesmente não existia. Foi o liberalismo que acabou por mexer com essa realidade. P. GEARY diz que foi em França, na Alemanha e na Europa de Leste, eu os grandes pensadores europeus “*começaram a identificar-se com as vítimas do Império Romano*” (2008, pág. 27). No fundo, a ideia de que o povo começava a ficar ligado ao espírito de nação. No que se refere

ao que assumimos hoje em dia como projecto europeu, as dúvidas em relação às fronteiras da Europa geográfica e da Europa política fizeram emergir outras que têm em conta o próprio surgimento da própria União Europeia. Se por um lado a sua existência é sinónima de um homem mais independente e voluntarioso, por outro colocam-se em causa alguns paradigmas estruturantes das sociedades. A liberdade de uns acaba onde começa a liberdade dos outros. As aproximações ideológicas e culturais são vítimas de processos incontornáveis de transculturação. Ainda que não os possamos definir como aculturação, a própria transculturalidade permite que se possa interpretar como uma descaracterização das sociedades, e, neste ponto, é preocupante. De um lado a autonomia, do outro a privacidade. Aqui, convergem os limites que nas últimas décadas têm sido colocados em causa pela mão dos antagonismos ideológicos. A globalização é então um fenómeno de abertura ao mundo, mas que claramente oprime as individualidades. Quanto mais o mundo se expõe, mais nós nos fechamos entre portas.

“The Federated Republic of Europe – The united States of Europe – that is what it must be. National Autonomy no longer suffices. Economic evolution demands the abolition of national frontiers. If Europe is to remain split into national groups, imperialism will recommence its work. Only a Federal Republic of Europe can give peace to the world”.

Trotsky

1.4 Identidade Europeia sem consensualidades internas?

Falar em Identidade Europeia parece um exercício cada vez mais obsoleto. Ainda que não queira explanar para já essa consideração, como farei no próximo ponto, devo apenas fazer referência à incoerência do próprio.

Para falarmos em identidade europeia, teríamos de assumir o tema como um processo de aproximação entre os estados. Contudo, para que isso acontecesse com efetividade, teríamos também de rebater as incongruências sociais internas desses mesmos estados. Ora veja-se. Bem aqui ao lado, a nossa vizinha Espanha vive ainda sob um celeuma identitário que tem em causa os separatismos entre Espanha nação, País Basco e Catalunha. Aqui, no séc. XX, estes movimentos separatistas, insurgiam-se de forma mais notória a favor da sua afirmação cultural, regional e das suas tradições políticas. No fundo, eram consequências diretas das repressões ditatoriais do período de Franco (1938-1975). Por um lado os autonomistas e independentistas que se revoltavam contra o franquismo, por outro, a presença do capital espanhol na região basca que era indiscutivelmente muito forte, desde o setor metalúrgico ao setor financeiro – incontornável portanto. Aí, vive a justificação, ainda que nunca haja uma que justifique a violência, para o terrorismo basco pelas mãos da ETA que lutou pela sua autonomia cultural, territorial e económica.

A sueste, na Catalunha, a história encontra outra realidade. Os movimentos pró-Catalunha nunca assumiram um teor manifestamente separatista. As ligações com a capital nunca deixaram de assumir a sua simbiose e, talvez daí a ausência de extremismos como os testemunhados na sua congénere norte. Contudo, a crise espanhola paralela àquela sentida um pouco por toda a Europa atribui novos contornos a esta relação. Com a centralização orçamental, imposta pelo governo espanhol como resposta à instabilidade financeira, a autonomia e a, ainda assim, harmoniosa coexistência destas províncias é colocada em causa. E isto faz regressar as preocupações separatistas. Segundo Salvador Garcia Ruiz, em declarações à *Financial Times*, “O governo catalão quer ser uma região com atributos de estado, mas o que queremos não se encaixa na Espanha que hoje existe”¹⁵

Os riscos são altos. O confronto entre a centralização e as 17 regiões é muito mais preocupante do que o “euro-drama”. Segundo Carlos Aguirre, chefe das finanças do governo Basco, “os pilares que sustentam este sistema financeiro têm mais de 30 anos e a centralização económica radical, faz tremer as suas fundações”. No fundo, estas fragmentações territoriais são a nova cara da crise identitária que assola a Europa e à qual devemos uma justa atenção.

1.5 Hoje, Heute, Aujourd'hui, Сьогодні, Sot?

O clima consequente da Segunda Guerra Mundial proporcionou¹⁶ um enérgico processo de reflexão sobre o continente, sobre o sentimento e a própria conceção europeia, sobre o humanismo, a violência e a guerra e sobre a cultura. Assim sendo a configuração ou arquitectura de uma identidade não foi, nem pode ser, visto como um episódio inerte, mas um processo em marcha, onde ainda hoje testemunhamos os prolongamentos dessa dinâmica, mas com muito menor fulgor. O que nos apraz concluir, é que para esse arranque energético, muito contribuíam os facilitismos advindos da própria conjuntura e que anteviam um período do qual já falámos de estabilidade, para uns, ou paz armada, para outros. Deveu-se, no fundo, a uma série de fatores internos e externos que, isolados ou combinados, resultaram numa coincidência feliz: primeiro, a efetividade e presença do apoio americano, naquele que era tido como um importante bloqueio para a Europa ocidental em relação ao bloco soviético, segundo, os inúmeros processos que beneficiavam e assistiam os interesses geoestratégicos dos países do Ocidente. Assim, somando a conjuntura às premissas do Plano Marshall, algumas novidades do ponto de vista da identidade europeia fizeram-se emergir, em especial as relacionadas com a implementação do novo molde social europeu, uma vez que os custos do esforço de defesa eram assegurados pelos EUA (MOURA, 2013).

Hoje, 25 anos depois da dissolução da União Soviética, uma das maiores preocupações da Europa dos europeus é fazê-los sentir como tal. Hoje, a distância entre cidadãos e “o” ou “um” projeto Europa é grande: um fosso acentuadamente gritante e que teima em manter a inflexibilidade. Prova disso, são as sucessivas eleições europeias que, sufrágio após sufrágio, parecem não saber

¹⁵ Ver mais em <https://www.ft.com/content/00d27e14-e63a-11e1-ac5f-00144feab49a>

¹⁶ “Proporcionou” não será bem o termo, tendo em conta os eventos que a propulsionaram por si só. “Exigiu-se” direi - isto, como consequência direta e não opcional.

contornar a sua pouca afluência. Falta de dinâmica ou apenas de interesse. Contudo, reflexo das intenções dos organismos europeus e da própria falta de coesão ideológica foi a questão da moeda única. O Euro veio homogeneizar, mas não de forma integral.

A União Europeia, que neste processo assume um papel de tons paternais, procurou assomar-se de componentes e características que a definissem como um Estado por si só. WEILER (1991, pág. 2482) diz então – em tempos de dissoluções soviéticas – que os privilégios dos Estados enquanto membros da comunidade e até dos indivíduos se estavam a tornar cada vez mais óbvios. Isso era manifestamente mais acentuado quando se testemunhava aquilo que o próprio define como uma desconfiança da comunidade para novos alargamentos, face à harmonização das fronteiras externas, às políticas de imigração e às regulamentações europeias para difusão televisiva. Não somente, o autor diz que estes benefícios assumiam uma dimensão mais pitoresca aquando da criação dos símbolos comuns e adotados pela comunidade: a bandeira, o hino e o passaporte comunitário. Contudo, a introdução destes benefícios faz-se como característica aglutinadora.

Aquilo que define uma identidade nacional tem muito a ver com o sentimento de pertença já anteriormente referido. Todo este processo assumido pela UE, visou dinamizá-lo mas numa escala supra-nacional. Contudo, esse compromisso emocional não se força, não se impõe. Decorre de um processo natural, em que os cidadãos se sentem reembolsados pelos esforços exigidos face às demandas económicas. E nesse ponto, a União Europeia não se tem sabido distanciar do seu espectro manifestamente económico. Se uma mudança de mentalidades exige tempo e esforço, esse, teria de ser depositado no fomento de uma Europa dos Europeus e não de uma Europa como mercado. Contudo, essas considerações fragilizam-se quando sabemos que a aproximação política e a união entre estados arrancam com uma comunhão de esforços na dimensão económica.¹⁷ Só bem mais tarde, se procurou definir o auspicioso caminho face à consolidação de um patriotismo europeu.

Conforme anteriormente referido, foram os tratados de Maastricht (1992) e mais tarde de Amesterdão (1997) que de forma algo atabalhoada procuraram construir a cidadania europeia e consagraram o espaço de liberdade, segurança e justiça (WEILER, 1991). Com a declaração de Schuman, que muitos caracterizam como uma manobra sinónima de algum desespero¹⁸, a Europa concomitante deixou de ser um sonho e passou a ser um plano real.

No seu arranque, a União Europeia era constituída apenas por seis países, mas as suas premissas ambiciosas potencializaram o imediato alargamento. Como sempre, entre a ambição e a utopia residem as diferentes perspetivas: quais os estados passíveis de inclusão e como o considerar? O que é que diz respeito à individualidade e independência política de um país e o que deve ser definido pelas políticas comuns? Deverá a Europa defender-se pelo seu passado, pela sua

¹⁷ Dá-se início a partir do apelo de Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, para a comunitarização das produções de carvão e do aço.

¹⁸ J. H. H. Weiler diz que a inclusão do capítulo sobre a cidadania europeia no Tratado de Maastricht resultou duma exigência de Filipe González, chefe do governo espanhol, descontente com o desequilíbrio que se adivinhava entre os avanços económicos e os progressos políticos e sociais explícitos no Tratado. O autor fala de um rumor que dá conta da redação atabalhoada do capítulo da cidadania. Independentemente da legitimidade do rumor, é notório que os direitos reconhecidos no estatuto de cidadania têm pouca amplitude e capacidade de resposta e não conseguem de forma plena legislar a livre circulação.

herança greco-romana e pelas origens judaico-cristãs, ou edificar-se como uma comunhão política baseada no respeito pelos direitos humanos e pela diferença, sob o escudo da Paz?

Independentemente da integração ou não da União Europeia, a narrativa diz-nos que as características que nos afastam e aproximam uns dos outros são fruto duma história comum e que se refletem ainda na atualidade. Entre essas características, há algumas que se assomam como fundamentais e das quais não nos podemos dissociar. Segundo STEINER (2005), há cinco elementos comuns que vão desde a organização territorial, a hábitos e construções culturais. Primeiro começa dizendo que todas as principais cidades europeias têm um Majestic (Porto), ou uma Brasileira (Lisboa). Cafés tradicionalmente reconhecidos como pontos de valor cultural e histórico. Cafés onde os intelectuais se reuniam para discutir os assuntos em voga na época. Depois, fala-nos sobre a existência de percursos pedestres com origem na devoção religiosa, como o Caminho de Santiago, símbolo maior da peregrinação portuguesa. A estes, junta-se a tradição de dar nome às ruas, a herança judaico-cristã e a visão escatológica. Apesar de se referir aos anteriores como elementos de aproximação histórica, STEINER não os usa como estrutura de suporte para defender a existência de uma Identidade Europeia. Se a história nos soube dotar destes pontos de comunhão, também prontamente soube justificar a falta deles. Exemplo disso, foi o fervoroso afincamento com que grande parte dos territórios europeus pareceu encarar o fomento e desenvolvimento de uma língua própria: foi demasiado evidente o *"desembaraço com que os sábios modernos se livraram do latim, que os unia e aproximava a todos, passando a preferir incondicionalmente as línguas nacionais"* (VALADA, 2006, pág. 64). Segundo o autor da citação anterior, poderão ter havido épocas em que a comunhão de determinados valores e interesses possa ter influenciado a construção e esboço das fronteiras interiores da Europa, mas nada mais foi que um processo fugaz pelo qual não houve manifestamente grande interesse enquanto unidade. Graças a esse débil esforço por um processo comum – antes de qualquer esboço de uma união europeia –, o autor conclui a sua análise sobre o conceito de Identidade Europeia de forma simples: não existia, não existe e para existir exigirá um grande esforço do ponto de vista político e sociológico por parte dos organismos europeus.

Para lá do que se pode tomar como a expansão territorial deste arquétipo de civilização coesa, a Europa caracteriza-se como um espaço de *"integração económica, de coordenação política, de harmonização cívica, de tolerância religiosa, de liberdade cultural e de soberania supranacional"* (ORNELAS, 2009). Contudo, isso ainda não é sinónimo, por mais extraordinário que toda esta adjetivação pareça transcrever, de Identidade Europeia. Essa, para que possa vingar, terá de ver a União Europeia ser capaz de mesclar tradições, origens, valores, fidelidades, com outro resultado visível que não seja um melting pot de hostilidades e incompreensões (2006, pág. 67).

Se a definição do conceito e a sua contextualização nos dias de hoje não fosse já tema para um debate complexo, surge-nos outro elemento capaz de reforçar a ideia de fragilidade. Outro elemento em que a adaptação de valores não pode, de sobremaneira, responder: o das divergências linguísticas.

Apesar de 61% dos europeus afirmarem que se vêem como "Cidadãos da União Europeia", é importante salientar que o estudo incidiu apenas sob nacionais dos Estados-Membros e que ainda assim 58% desses assumiram que não se sentem a compartilhar valores comuns. Nesse sentido, poder-se-ia então dizer que uma boa fatia do problema reside no facto haver tamanha disparidade linguística. Afinal de contas, são 24 línguas oficiais, bem no seio da UE, para além de toda uma série de línguas indígenas, regionais e minoritárias.

Considerando que a língua inglesa se assume cada vez mais como língua universal, poderíamos atestar, por um lado, que independentemente da diversidade linguística, a Europa se tem sabido adaptar nesse contexto. Contudo, faz mais uma vez emergir as fragilidades do ponto de vista do nacionalismo. Como pedir a um espanhol para falar inglês, se todo o seu trajeto educativo, em consonância com as políticas de comunicação das suas televisões, rumam em sentido contrário? Em Espanha, vive-se com base nas dobragens e apenas 30% da população diz saber falar outra língua. Como pedir a um alemão para comunicar num idioma nativo de um país que a história nos mostra ter sido rival? Mais uma vez, toda a estrutura europeia tem de compactuar com as exigências inerentes aos processos que a podem levar a definir uma identidade comum. Os esforços que se testemunham, com implementações da língua Inglesa desde o ensino primário em Portugal, têm de ser comuns. Não podemos crescer por imposição, além do respeito que se exige a cada uma das identidades nacionais.

"On the one hand, we have the old intellectual life of Europe, and the Judaeo-Christian set of values, and the meta-language of ideas that creates this European identity. The fact that we have idioms and ways of speaking that may be different is less important because we have all these sub-strata in common.

But then, another answer would be: It really does matter if you're speaking about Dante in Italian, or Goethe in German, or Descartes in French, or Milton in English. What they said sounds different in different languages, and what we say about them sounds different in different languages...

And yet we do have a lingua franca in Europe. Yes, we have these different languages, but increasingly everybody speaks in English... So, we could argue that there is enough of a lingua franca for Europeans to communicate. Moreover, there is technology; Google Translate is going to be increasingly effective, and soon we will have increasingly reliable just-in-time oral translation widely available.

So, I'm more optimistic than Guillem's comment might imply. But, at the same time, we shouldn't ignore the fact that our native languages are more than mere vehicles for communication. They are entire cultures. And that remains, and will remain, an obstacle to us all being the same. But we have to ask ourselves: do we want to all be the same? Isn't that the beauty of Europe?

So, to conclude, we need to speak in as many language as possible, learn foreign languages at school, and not be obsessed with sameness. We are different peoples who are meant to live together. And living together doesn't mean being identical. And that's the challenge of Europe."

Kalypso Nicolaïdis em *Debating Europe*:
"can a common European identity exist without a common language?"

Em suma, apenas quando se considerar a identidade europeia como resultado daquilo que decorre da aproximação dos seus cidadãos tanto aos seus símbolos europeus, com às suas instituições e aos seus objectivos na Europa, a poderemos perspetivar. Contudo, hoje em dia, esse ainda não é um constructo acabado, muito porque - apesar das exigências sociológicas intrínsecas a esse processo - nunca nos poderemos dissociar das dimensões políticas e económicas. Isto, porque qualquer projeto de construção desse conceito, estará sempre subjacente ao projeto político europeu, que por sua vez estará sempre dependente da capacidade das estruturas governamentais do mundo em manter a paz.

Assim, sendo, e indo de encontro ao que assumo como cerne desta dissertação, podemos falar de um declínio da Identidade Europeia.

Independentemente de todas as perspetivas e do caminho que se possa definir como solução para a consolidação de uma Identidade Europeia, este está, indubitavelmente, em decadência. Este declínio encontra um argumento de sustentação simples: apesar do sonho de ter uma estrutura de integração imersa numa ideologia comum - o da democracia, religião do Iluminismo europeu e mecanismo de estruturação de todos os povos livres e iguais (MENDELSON, 2013) -, a União Europeia foi construída como uma união económica, faceta da qual não se tem conseguido desprender e pela qual se levantam todas as vozes antagónicas ou meramente críticas aos seus contornos. Todos nós europeus podemos ser compelidos a afirmar que acreditamos na Europa. A conceção desta ideia, contudo, é uma construção abstrata intrínseca a um sonho, na mesma linha que os “Estados Unidos da Europa” eram para Trotsky. É possível, é-nos natural, mas está-nos cada vez mais distante.

Durante algum tempo, a integração e o desenvolvimento dos povos da Europa foi alcançada como consequência da livre circulação de capitais. Fronteiras diluídas, acordos comerciais transnacionais e os grandes bancos e outras instituições financeiras internacionais a injetar dinheiro diretamente nas economias nacionais. Contudo, veio a crise. Como qualquer operação de contornos meramente económicos, onde nos podemos assumir como atores em cena, mas não como diretores artísticos, somos sempre sujeitos às variáveis que não controlamos. Como tal, os últimos anos foram reflexo disso mesmo. Uma tentativa desesperada para apaziguar as oscilações dos mercados e sem grande sucesso: estamos a pagar por isso e exatamente naquelas dimensões em que tantos e tanto lutaram para construir. Qualquer forma de identidade que se pudesse postular é hoje manca; a democracia é colocada em causa; e o Estado de direito é hoje uma conceção quase tão vaga como o da própria Identidade.

“Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa: não se discute a democracia. A democracia está aí como uma espécie de santa no altar, de quem já não se esperam milagres mas que está aí como uma referência; uma referência: a democracia! E não se repara que a democracia em que vivemos está sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr um outro

de que talvez se venha a gostar. Nada mais. As grandes decisões são tomadas numa outra esfera e todos sabemos qual é: as grandes organizações financeiras internacionais, os FMI's, a organização mundial do comércio, os bancos mundiais, a OCDE, tudo isso. Nenhuma dessas organizações é democrática e, portanto, como é que podemos continuar a falar de democracia se aqueles que efectivamente governam o mundo, não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não! Onde está, então, a democracia?"

José Saramago

A União Europeia, unidade económica, passou, confrontada com a crise, a tentar negar-se a ela própria. O tema “euro” passou a ser encarado como uma temática incómoda; os resgates financeiros tanto a bancos como Estados-membros como obrigatórios, e, os cidadãos europeus, pilar sobre qual a instituição devia assentar, passaram a ser peões de um xadrez do qual não tinham e têm qualquer controlo, em plena, dita, democracia.

Contudo, a União Europeia tinha crescido. Éra e continua a ser, tanto a nível institucional como geográfico, a personagem rainha da ordem internacional europeia e mundial, e, ao mesmo tempo, principal responsável pelo cada vez maior défice democrático evidente. A "legislação das crises" passou a ser um atalho, ao invés de obrigar a uma reforma estrutural. Mecanismos como o EFSF (European Financial Stability Facility) e o ESM (European Stability Mechanism) passaram a ser encarados como tratados como os Estados membros, em vez de serem utilizados como uma extensão ou instrumento de implementação das leis e normas da própria União Europeia (MENDELSON, 2013). Da mesma forma, falharam as promessas de maior solidariedade financeira, combinadas com os duvidosos maiores poderes de supervisão inter-estatal, criaram uma co-dependência acirrada, testemunhada de perto e há bem pouco tempo, pelos portugueses. Esta, é uma dependência que, por um lado, vai muito para além de uma organização intergovernamental, tendo em conta a intromissão tão direta que tem nos países sobre sua alçada, mas carece de uma supervisão mais democratizada. Aliás, entendendo ou não a legitimidade destas inferências, quantos europeus contribuem no poder de decisão que define quem, como e quando chamar? Na prática, muitos Estados-Membros são vistos pela União Europeia como não tendo autonomia fiscal suficiente para se auto-governarem. E aqui, surge o cenário que exige outro dos estudos de caso que adiante falaremos: a Grécia de Siriza. A verdade é que este cenário foi incomensuravelmente vítima da crise, mas apenas veio fazer emergir as susceptibilidades da Europa enquanto nação.

Por outro lado, e não bastasse, a Europa pela mão da união Europeia, tem também sido vítima de quezílias preocupantes. No que diz respeito à sua circunscrição geográfica, somos filhos de uma senhora à beira mar; uma senhora, quase, despida de segredos. Vejamos. De um lado temos o Ártico, do outro, o Mediterrâneo e pela frente, o Atlântico, onde por cá banhamos os pés: a Leste a história é outra; surgem as fronteiras de menor consensualidade. Inquestionável será a presença da Rússia como guilhotina oriental, mas isso não a define de forma integral. A Europa e a sua definição

são aliás e segundo R. VALADA, uma “*espécie de recriação mítica de algo desejado, mas inexistente*” (2006, pág. 15). O autor, que neste ponto deixa transparecer uma posição de maior radicalidade face à temática das fronteiras geográficas, conclui, pela indefinição das fronteiras a leste, que a “*Europa como continente não existe, ou, a existir, é uma mera convenção geográfica*” (2006, pág.13). Como consequência, R. VALADA sustenta a ideia de que “*a Europa política não tem de coincidir com a Europa geográfica*” nem tão pouco deve “*ficar limitada ao legado greco-romano nem à matriz judaico-cristã*” (2006, pág. 13).

A leitura que decorre desta análise do autor transcreve a ideia da possibilidade de contínuo crescimento do raio de implementação da União Europeia. Ainda segundo o próprio, parece inevitável que, mais cedo ou mais tarde, se estenda o alargamento à Turquia, independentemente da sua distribuição geográfica, e, possivelmente, a longo prazo, também da Rússia. Contudo, este é um raciocínio suportado pela matéria anterior a 2013. Neste ponto, não está em causa toda a estrutura do seu raciocínio, que tenta procurar encontrar justificação e sustento para uma ideia de solidificação do conceito de identidade e da própria coesão europeia. Contudo, talvez o próprio fosse obrigado a uma revisão dos seus argumentos, que datam de 2006, após o *clash* entre – de um lado – Europa e Estados Unidos e – do outro – Rússia, aquando da denominada Crise na Ucrânia. Neste contexto, entende-se que R. VALADA interprete o alastramento como instrumento de simbiose, da mesma forma que TROTSKY disse, em tempos, que a União Europeia seria o único recurso capaz de garantir a paz do mundo. No entanto, a Rússia e a União Europeia são separadas por um precipício ideológico muito maior que o distanciamento físico dos entre a primeira e os membros da segunda. A relação entre EUA, NATO e UE é muito mais estreita do que as suas próprias premissas: maior que a aproximação estrutural é a sua aproximação ideológica. Nesse sentido, a ideia de que a União Europeia é uma ameaça muito menor que a Aliança Atlântica, é mera ilusão (MARQUES DE ALMEIDA, 2015). Não nos podemos vitimizar pela inocência: se a expansão da NATO não estivesse às portas da Rússia, Putin seria um mero espectador e as sanções não teriam sido aplicadas. Por isso, a União Europeia é sim uma ameaça tão ou mais preocupante do que a própria Aliança Atlântica. Putin vê na UE tudo aquilo que o assombra: economias liberais, liberdades individuais legitimadas, direitos humanos em exercício e movimentos integracionistas pacíficos. Em contraponto, a turma do Kremlin quer fazer prosperar o autoritarismo, a centralização da economia naquele que é um estado continental, estatutos hegemónicos, naquilo que é a relação com os seus próximos, e o demasiado recorrente recurso às armas como um instrumento de política externa - temos então justificada a escolha do primeiro estudo de caso.

Contudo – antagonismos à parte – há um ponto em que este excursus e o senhor do Kremlin coincidem: a União Europeia continuará em declínio se permanecer inflexível.

O domínio da dimensão económica e dos interesses de capitais, desamparados pelo cenário de crise, levaram ao declínio da democracia nos Estados-Membros na sua individualidade. Os eleitores são hoje confrontados com dois tipos de escolha: aquela que teme e da qual têm dúvidas, ou escolha nenhuma (vejam-se as últimas eleições presidenciais norte-americanas); os partidos, cada vez mais próximos entre si e afastados das suas gentes, têm criado um paradigma que parece

dizer: votem porque sim e porque não há alternativa. Os cidadãos dividem-se, acirram-se os antagonismos ideológicos não-políticos e aumenta o afastamento entre cidadãos e as suas instituições. Não há entusiasmo e cresce o cepticismo. A Europa treme.

1.6 A Desumanização da globalização

Podemos consumir a globalização como um conjunto de transformações de ordem política e económica, potencializadas no decorrer do final do séc. XX. Um fenómeno que possibilitou no fundo a convergência das dimensões económica, social, cultural e política, projetando no mundo a ideia de uma “aldeia global”. Na prática, o processo veio transformar a forma como os mais distintos mercados se aproximavam e interagiam - pessoas e mercadorias -, num rebatimento de fronteiras comerciais, sociais e políticas. Como principal consequência, a globalização proporcionou uma expansão capitalista pela potencialização das transações financeiras e a possibilidade de expansão de quaisquer que fossem os negócios, até então, limitados ao usufruto do mercado interno. Estes, saturados, obrigaram empresas multinacionais a procurar novas soluções, fora de portas, particularmente nos países acabados de sair de regimes socialistas.

Quanto às suas origens, são várias as teorias em discussão. Alguns estudiosos e historiadores afirmam que o fenómeno teve início logo nos séc.XV e XVI com as grandes navegações e consequentes descobertas marítimas. Neste particular, verdade seja dita que foi a partir daqui que o europeu criou as primeiras linhas de comunicação - com as primeiras rotas marítimas -, com outros continentes, estabelecendo relações comerciais e culturais (MANFRED, 2009). Contudo, apenas no final do século XX e logo após o declínio do socialismo do leste europeu é que se efetiva: o neoliberalismo reforça-se no desenrolar da história e estimula o definitivo arranque do processo.

No fundo a globalização resultou da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. Neste ponto, foram as inovações nas áreas da comunicação que despoletaram a sua difusão e enraizamento. Sem a menor sombra de dúvida e sem recurso a nenhum suporte científico, podemos atestar que há um mundo antes e outro depois da chegada da internet: vivemo-lo.

Contudo, há uma dimensão indubitavelmente intrínseca ao fenómeno. É aqui, que grande parte das manifestações acerca do conceito assume as suas dissemelhanças. O impacto exercido pela globalização no mercado de trabalho, no comércio internacional, na liberdade de movimentação e na qualidade de vida da população, pode ter leituras ambíguas, porque este assume intensidades diferentes de acordo com o país em causa. Não obstante, é inquestionável a importância do fenómeno para muitos países em desenvolvimento e para as grandes corporações multinacionais, ainda que para os mais pequenos, a leitura não possa ser a mesma. Falamos da dimensão económica, profundamente intrínseca ao conceito.

Na prática, a globalização não esconde a ideia de estar assente em três premissas fundamentais:

- A internacionalização enquanto consequência direta do desenvolvimento tecnológico;
- A subordinação das sociedades face à economia;
- O facto das liberdades sociais e económicas serem sinónimas entre si.

Estas são um reflexo infeliz daquilo que deveria verdadeiramente decorrer de um fenómeno de extraordinária complexidade e potencial: a globalização trouxe-nos demasiados proveitos, para hoje se consignarem apenas sobre este espectro de fraquíssimo teor humano e de tamanha falta de consensualidade. Por esse motivo, torna-se pertinente que se consiga listar aquelas que são as principais vantagens e desvantagens referidas no universo científico. Vejamos. De um lado, moram aqueles que se defendem na capacidade do mesmo fenómeno para melhorar as condições de vida dos cidadãos à escala mundial. Aqueles que o assumem como a melhor ferramenta para combater as mais profundas crises económicas, e sociais:

1. O livre comércio deveria baixar o preço final dos produtos pela redução dos valores relativos a taxas, impostos de valor acrescentado, subsídios e outros. Contudo, não acontece. Segundo um artigo "*The (largely false) globalization narrative*" de Robert J. Samuelson no *Washington Post* "o grande problema é que os países mais importantes do G20 impuseram mais de 1.200 medidas de controlo e restrição à exportação e importação desde 2008".

2. No âmbito social, tornamo-nos mais abertos e tolerantes uns com os outros. O conceito de estrangeiro torna-se mais distante. Agora somos cidadãos do mundo.

3. A globalização, enquanto representante do livre comércio, promove o crescimento económico global; cria postos de trabalho, torna as empresas mais competitivas e reduz os preços para os consumidores.

4. Favorece os países mais pobres, através de injeções diretas de capital estrangeiro, possibilitando o desenvolvimento social e económico.

5. A centralização do poder em organismos supra-nacionais torna a política e o poder de decisão mais imparcial, amplo, justo e benéfico para as pessoas de todo o mundo.

6. Melhoram-se os conhecimentos sobre o mundo. Temos acesso tanto à nossa como a outras culturas.

7. A partilha de interesses económicos entre empresas e governos, promove o seu debate e tentativa de combate às várias causas de preocupação mundial.

8. Viagens mais rápidas, mais turismo, comunicação e difusão rápida de informação que nos permite estar *in loco* com qualquer parte do mundo.

9. Hoje temos acesso aos mercados de trabalho fora das nossas fronteiras. Verdade. No entanto, isso apenas mascara o problema do desemprego com números que não refletem a realidade.

10. As grandes multinacionais criaram uma inegável quantidade de postos de trabalho nos países menos desenvolvidos. Verdade. Contudo a realidade mais objetiva diz-nos que isso não entra como estratégia de um manual de boas intenções mas apenas que existe uma real exploração dos salários significativamente mais baixos desses mesmos países.

Do outro lado, aqueles que reconhecem a incontornabilidade do fenómeno e até admitem os seus proveitos consequentes do clima de harmonização posterior à 2ª Grande Guerra, mas que vêm os seus resultados deambularem desorientados sobre as próprias premissas que o erigiram:

1. Regra geral, a globalização fez dos ricos mais ricos e dos pobres mais pobres.

2. A globalização não está a funcionar na maior parte do mundo. *"Durante o período de manifesto crescimento comercial e económico de 1960 a 1998, a desigualdade piorou tanto a nível internacional, como até internamente. O Programa de Desenvolvimento da ONU diz que 20% da população mundial consome 86% dos recursos mundiais disponíveis, enquanto 80% consome apenas 14%."*¹⁹

3. As empresas multinacionais abusam da precariedade do mercado de trabalho. Surge a injustiça social, as condições abusivas de trabalho, além da frequente ausência de preocupações ambientais.

4. Aquilo que deveria ser um fenómeno de incidência sobre o livre comércio, com a diluição de barreiras comerciais, não o é. Na Europa o IVA é elevadíssimo.

5. A abertura comercial e a internet tem permitido a países como a China, copiar ou replicar inúmeras tecnologias desenvolvidas em todo o mundo.

6. Trabalhadores nos países desenvolvidos, como os EUA, enfrentam cortes salariais impostos pelo patronado que ameaça com a procura de mão-de-obra mais barata. Isso cria, um pouco por todo o mundo, a cultura do medo nos cidadãos, que pouco ou nada conseguem interferir.

7. As grandes multinacionais procuram, porque podem, paraísos fiscais para evitar o pagamento de impostos.

8. As empresas multinacionais, que antes se limitavam às atividades comerciais, têm cada vez maior influência nas decisões políticas.

¹⁹ (ver: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/english/misinf_e/08poor_e.htm)

9. Alguns especialistas imputam inclusivamente na globalização a difusão e alastramento das doenças transmissíveis.

10. A globalização levou à exploração abusiva do trabalho. Os números relativos à exploração de trabalho infantil cresceram de forma acentuada.

11. Acima de tudo, transformou-se num fenómeno marcadamente económico, onde o dinheiro é verbo sujeito e predicado. Um fenómeno terrivelmente anti-humanitário.

No fundo a globalização é um inverno nebuloso que teima em ficar. Há leituras para todos os gostos, mas a incontroabilidade dos factos diz-nos que mais uma vez entrámos noutra *momentum* de continuidade e descontinuidade. Não podemos pará-la, estamos sujeitos à sua impetuosidade e pouco tem sido feito para a balizar. No entanto, ela é hoje diferente daquilo que foi.

Segundo COLLINS (2015), o maior problema inerente à globalização diz respeito à falta de liderança e coesão perceptível nas medidas adotadas. O autor, diz que já que o fenómeno é manifestamente económico, então que se criem condições para que pelo menos se previnam as ilegalidades que acentuam as disparidades sociais. Segundo o próprio, há uma óbvia falta de figuras políticas proeminentes que se imponham contra aquilo que denomina serem os “cheaters”²⁰. Ou seja, ainda que o homem seja o pilar sobre o qual as sociedades assentam, todos os mecanismos, estratégias e instrumentos teimam em reforçar a sua estrutura concetual no capitalismo.

Exemplo do excessivo liberalismo comercial advindo deste fenómeno e das carências do sistema anteriormente referidas, é a Monsanto. Uma empresa, agora propriedade da Bayer, que nos últimos 10 anos se tornou um mito, representando tudo aquilo que se descreve como o problema corporativo. A empresa, uma das maiores na área da farmacêutica e agricultura, vive da criação de produtos geneticamente modificados (OGM) que, apesar de proibidos em muitos mercados, conseguiram encontrar um método de difusão pela mão da erosão das barreiras comerciais mundiais. Ou seja, graças às consequências associadas à globalização, aquela que é considerada como uma das piores companhias do mundo do ponto de vista ético e moral, prospera.

A globalização é hoje, no fundo, uma súplica entre todos os novos riscos e incertezas advindas do elevado grau de integração nos mercados nacionais e locais das grandes empresas, da terrível intensidade e agressividade das concorrências, do alto risco de plágio e falsificação e da tremenda instabilidade dos mercados. As grandes personagens, que beneficiavam antes das verdadeiras vantagens da globalização, são hoje vítima e carrasco das próprias demandas dos

²⁰ Um dos maiores problemas prende-se com as manipulações comerciais que os personagens mais fortes do mercado impõem sobre os seus parceiros. Exemplo disso é a tentativa de ganhar vantagem do ponto de vista da moeda, aumentando as suas exportações e diminuindo as suas importações. Além de ilegal, de acordo com as regras da OMC, faltam taxas, com uma sólida base jurídica, que o inviabilizem.

mercados internacionais e das oportunidades disponíveis. Tornam-se inflexíveis, frias, e sem grande valor pelo lado humano da equação.

Esta leitura não pretende deixar incerteza quanto à interpretação que faço da relação entre a globalização e o homem. A redução do ser humano enquanto cidadão a um peão económico e a total dependência das suas naturais variações de personalidade à rendibilidade é, além da transformação drástica das condições de vida das sociedades, um fenómeno que antevê o surgimento de um novo conceito de homem e de identidade individual: aquele que dependente das condicionantes que lhe são impostas; democraticamente oprimido; onde a vontade das normativas se sobrepõem aos ideais liberais tanto do séc. XVIII como da última metade do séc. XX. Acirram-se as desigualdades do ponto de vista salarial, cresce a insegurança face ao futuro e os mais jovens precipitam-se em decisões pouco sensatas, no que diz respeito à continuação da sua formação académica e à permanência nos seus territórios nacionais.

Em suma, a globalização é uma construção filha de um consórcio frio entre as instituições e os mercados. Um nó cego entre a economia e as suas dependências. Um ataque profundo ao tecido moral pelo qual se cobriam as sociedades e que colocam em causa hoje os valores essenciais humanitários. Hoje somos apenas a safra que lava; a mão que entrega na mão o poder aos senhores do monopólio. Hoje, esquecendo a legitimidade da origem e os períodos de prosperidade que possa ter tido, a globalização é um movimento anti-humanitário. Irónico, sendo que a história é no fundo, um produto do próprio homem.

MULTICULTURALISMO

“Ainda que sob a doutrina de um estado multiculturalista, temos incentivado culturas diferentes a incompatibilizarem-se. Vivemos sobre o mesmo tecto, mas em casas diferentes. Fazemos com que numa casa cheia, se sintam sozinhas.

Falhámos na construção de uma sociedade em que todos se pudessem sentir integrados. Todos os dias vamos cimentando a ideia, plenos de razão e vazios de argumentos, de que essas comunidades não assimilam, porque não querem, os nossos valores.
A doutrina de um estado multiculturalista falhou.”

David Cameron (2011), sobre o Multiculturalismo

2.1 Nota introdutória

Há algumas décadas atrás grande parte dos europeus viu o multiculturalismo como uma fórmula complementar às mutações económicas que as sociedades viviam e as tornavam cada vez mais inclusivas, e, em última instância, como resposta aos problemas sociais das comunidades. Hoje, um número cada vez maior de pessoas considera que esta é não a solução, mas a causa dos próprios. Reflexo disto, são as frequentes manifestações públicas de personagens influentes do panorama político mundial, como são de exemplo David Cameron, a chanceler alemã Angela Merkel

e o candidato à presidência norte americana Donald Trump. Estas manifestações, que por um lado acabam por servir de coluna vertebral a nacionalismos, ao sucesso de partidos de extrema-direita (Partido pela Liberdade na Holanda e a Frente Nacional francesa) e à emergência de políticos populistas em toda o mundo, são ao mesmo tempo pais de sentimentos xenófobos. O que é um facto, é que nos casos mais extremos, a Europa já testemunhou atos obscenos de violência, como é sinónimo o homicídio em massa pelas mãos de Anders Behring Breivik, na ilha norueguesa de Utoya, em julho de 2011. Por outro lado, os ataques terroristas como o de 2015 ao Bataclan, em França e o de Florida já este ano, reivindicados pelo Estado Islâmico, são muitas vezes assumidos como consequência do excessivo integracionismo e do multiculturalismo. Hoje, somos testemunhas de políticas que cada vez mais se procuram adequar ao medo que um pouco por todo o mundo se vai instalando no ceio das comunidades. Justificar esta transformação, já é um pouco mais difícil do que atestar a sua evidência.

De acordo com os críticos do multiculturalismo, as políticas e transformações ideológicas posteriores às duas grandes guerras na Europa, deram origem a desenfreados processos de aproximação e inclusão, mas sem o controlo que se lhe deviam. O choque de diferentes culturas e formas de estar fez erodir a sensação de coesão social, minando as identidades nacionais de desconfianças e pragmatismos. Por outro lado, imputar no multiculturalismo a responsabilidade da instabilidade social que paulatinamente se vai fazendo expressar, é por si só um manifesto reflexo de racismo e xenofobia. Ou seja, é então o multiculturalismo um processo de perigos agravados face aos fenómenos paralelos que afetaram a realidade social europeia e que, em última instancia, levam a estes casos de violência? Ou é apenas o racismo, na sua concretização isolada, que prejudica a conceção daquilo que deveriam ser os fenómenos de integração? A verdade é que o multiculturalismo é muito mais complexo do que qualquer uma das perspetivas irá alguma vez admitir, fazendo com que o debate muitas vezes se faça sobre insinuações e sofismas sem legitimidade. O que se testemunha é uma notória falta de coesão política que aborde o fenómeno de forma homogénea: como consequência, os trajetos assumidos pelos Estados europeus divergem em intensidade e direção. Vejamos. No Reino Unido procurou-se criar uma igualdade do ponto de vista político e jurídico independentemente da comunidade étnica a que se pertence; na Alemanha, que não esconde os seus nacionalismos históricos ainda que camuflados sob uma fachada democrática e liberalista, não se evitaram as separações entre comunidades locais e emigrantes; e por último em França, onde há uma evidente falta de políticas multiculturais que beneficiem a assimilação cultural. O resultado? Ainda que variando de intensidade e forma, nenhuma das consequências abona em favor do respeito e da própria imagem da humanidade: no Reino Unido, violência nas ruas; na Alemanha, as comunidades turcas são vítimas dos separatismos sociais entre a sua minoria e as maiorias locais²¹; e em França, a relação entre as autoridades e as comunidades do Norte de África, argelinas e marroquinas, vive sob um espectro de conflito e constante exaltação.

²¹ Horst Seehofer, líder do CSU, disse em 2010 que a “Multikulti” está morta, atestando as dificuldades que a grande comunidade turca tem para consolidar a sua integração no território alemão. São quase 2,5 milhões de emigrantes que ainda assim têm dificuldades em concluir os seus processos de integração (Ver mais em <http://www.bbc.com/news/world-europe-11559451>)

Assim sendo, torna-se incontornavelmente evidente que, para que o multiculturalismo funcionasse como instrumento de formatação de mentalidades e, conseqüentemente, de abertura ideológica, a Europa política teria de fazer convergir as suas posições. KASTROYANO (2004) atesta esta mesma ideia, pela necessidade de caminhar face à construção de uma cultura e estrutura política comum, já que é nesta noção de agregação que se constrói a possibilidade da eventual existência de uma identidade europeia. Uma política que assuma a diversidade cultural e as suas próprias incompatibilidades como uma realidade e que a trabalhe como tal. Como já anteriormente referido, o conceito de Europa unida nasce e desenvolve-se de forma mais notória a partir da segunda metade do séc. XX, imputando na União Europeia, então criada, a responsabilidade orgânica de efetivar, através de medidas políticas comuns, o que era a visão de então para as sociedades. Conseqüentemente, essa colaboração teria de aprender a compatibilizar as diferenças culturais, económicas, políticas e sociais, que pudessem ser augúrio e conceção de um novo 'povo europeu', garantindo aos seus o pleno usufruto da sua cidadania (KASTORYANO, 2004). Na prática, isto seria sinónimo de uma procura por novos laços de afetividade que efetivassem o compromisso emocional entre pessoas e lugares (KASTORYANO, 2004 pág.26). No entanto, entre o que era a possibilidade de construção de uma identidade supra-nacional e os requisitos para que tal aconteça, consolidava-se a necessidade de fazer cumprir essas premissas pela mão de um esforço comum entre instituições supra-nacionais, para que independentemente do seu país de origem, todos fossem tratados de forma equitativa. Assim sendo, percebe-se que apesar da legitimidade e boa intenção da sua génese, o multiculturalismo era e é um processo falível. Falível, porque mais uma vez e paralelo ao verificado no fenómeno da globalização, surge desregulado e dependente da existência e intervenção de – demasiados – terceiros.

“O multiculturalismo será talvez o melhor instrumento para garantir o sucesso e, ao mesmo tempo, o fracasso da ideia de Europa”.

(WOLTON, 2004 pág. 71)

Ou seja, a sua amplitude e sucesso é apenas tão grande quanto a sua capacidade para acautelar as suas fragilidades. Nesse sentido, vemos FERRY (2004, pág.176) a afirmar que a inclusão transnacional dependeria da integração da formação académica e da figura Escola na dimensão política, para que o enraizamento do processo assumisse maior profundidade e até que decorresse com maior naturalidade. A aproximação cultural de elementos de estruturas antagónicas exige alguma sensibilidade. A separação entre os benefícios e prejuízos é neste campo feita sobre uma linha ténue. Aquilo que nos definiu em tempos como cidadãos, foi a projeção da nossa independência e individualidade, algo difícil de circunscrever e consumir. Assim sendo, e tal e qual sustenta

KASTORYANO, são essas individualidades que à boleia da multiculturalização das sociedades poderiam levar “à divisão da unidade europeia, considerando a multiplicidade identitária que a representa” (2004, pág. 37). Contudo, VALADA (2006, pág. 34) sublinha que tamanha análise tem de se alhear de qualquer tipo de ingenuidade ou de qualquer regra de um manual de boas intenções: os antagonismos são reais e muitos deles completamente incompatíveis. Ou seja, cada autor justifica o outro. KYMLICKA (1996) diz que os estados apesar de não se oporem às liberdades de expressão dos seus, na manutenção das suas ligações culturais particulares, são restritivos no que diz respeito às suas práticas no que ele chama de “negligência benigna”. Ou seja, os membros de grupos étnicos apesar de protegidos contra a discriminação e preconceito, e estando livres de manter qualquer parte da sua herança étnica, não prolongam os seus costumes para lá da esfera privada. Esta é então uma liberdade ilusória. Esta separação entre Estado e etnia, segundo KYMLICKA, *“impede qualquer reconhecimento legal ou governamental destes ou a própria utilização de critérios étnicos na distribuição de direitos, recursos e funções”*.

Incontrolável é a sua existência. Independentemente da sua intensidade e forma, o multiculturalismo europeu é uma realidade à qual nos temos de saber adaptar. Independentemente da legitimidade dos argumentos que questionam a abertura a cidadãos e países tradicionalmente islâmicos, tema de facto de maior suscetibilidade e sensibilidade, este é mais do que um processo - isto é, a ser um processo, será a nível orgânico: naquilo que é a sua definição, é já uma verdade absoluta. Os países estão cada vez mais multiculturais e as suas cidades cada vez mais cosmopolitas. A coexistência das diferenças e antagonismos tornam-se inevitáveis. Contudo, diferenças não são forçosamente antagonismos. Eles existem, mas porque surgem, não porque diferentes religiões ou culturas sejam imediatamente incompatíveis. É essa diferença, feita sob alçada de uma educação liberal e de maior humanismo, que se poderá construir o caminho para o respeito e para a tolerância, extinguindo as possibilidades de manifestações racistas. Qualquer que seja o caminho político europeu, este deverá atestar a perspetiva de FERRY já referida: apostar na escola e na formação. Contudo, esse é um caminho em constante metamorfose e ainda hoje, novembro de 2016, indefinido. Para tal, faz-se agora uma análise do que decorre desta realidade.

2.2 Multiculturalismo europeu

O multiculturalismo tem muitas vezes sido associado ao crescimento dos radicalismos, ganhando mais eco com os crescentes casos de ataques reivindicados por grupos extremistas islâmicos. Este é o principal motivo para que grande parte dos cidadãos europeus comece agora a questionar a linha que separa o que se define como racismo e o medo, do fomento destes setores terroristas. Em consequência, são muitos os políticos e personagens de relevo na esfera internacional que se têm insurgido contra o formato de multiculturalismo praticado, contra o excesso e desregulamento do integracionismo e as acentuadas diferenças culturais entre frações das sociedades. A verdade, contudo, é que nem todos os islâmicos são terroristas e que nem todos os

terroristas são islâmicos. Pelo meio, destroem-se os pilares de um projeto Europa em tempos ambicioso.

A chanceler alemã, Angela Merkel, tem sido uma das principais vozes contra a forma como o multiculturalismo tem sido visto e trabalhado: talvez por ser a líder de uma das maiores economias europeias, ou de um dos países europeus que dá hoje abrigo a um maior número de refugiados. Não obstante, a Alemanha é também lar para uma enorme comunidade turca que desespera por uma integração total. Esta totalidade, é referente não só às medidas concretas, definidas e quase palpáveis. Esta totalidade tem acima de tudo que ver com a incapacidade dos turcos se misturarem como cidadãos alemães reais, de origem estrangeira, e não como turcos residentes com direitos jurídicos alemães. Assim sendo, vale agora a pena fazer um paralelismo com a realidade americana. Aqui, é importante entender que o multiculturalismo europeu não é de todo como o conceito americano do “*melting pot*”. Este conceito, transcrevia a noção norte-americana de que todos os americanos tinham e viriam a ter um conjunto de valores linguísticos e culturais comuns. Este seria a melhor metáfora para adjectivar uma sociedade heterogénea e que saberia viver um clima de harmonia e respeito entre grupos. Aliás, a este conceito estaria também intrínseca a ideia de que não apenas as diferenças culturais não seriam motivo de incompatibilidade, como também poderiam ser celebradas publicamente. É assim, que o desfile de *St. Patrick* se continua a repetir ano após ano na cidade de Nova Iorque, onde não só os irlandeses podem participar, como todas as pessoas que o testemunham normalmente acabam por aderir às tradições a si associadas. Ou seja, a ideia de “*melting pot*” diz-nos que identidade cultural é meramente uma diferença e não uma distinção radical. Contudo, isto é apenas possível porque os Estados Unidos são uma nação artificial (BUCHANAN, 1998). Este diz que a artificialidade dos EUA prende-se na partilha de valores consumados na história antiga e que se baseiam na sua descoberta e colonização, na exploração dos nativos e nos largos anos em que o país garantia a sua mão-de-obra nos escravos africanos. O resultado dessa convergência é que dá então o nome ao conceito de “*melting pot*”. Contudo e assim sendo, em que é que a Europa diverge dos Estados Unidos? Não será a própria noção de nação europeia também sinónima de artificialidade? BUCHANAN diz-nos que sim e que é até mais acentuada.

“As verdadeiras divisões políticas e sociológicas do nosso tempo não se prendem entre perspectivas de esquerda ou de direita. As verdadeiras divisões estão assentes naquilo que se assume entre entidade nacional, o dito estado-nação, e a ilusão de um mundo global”

Christian Kopff

Fonte: <https://www.ceps.eu/content/christian-kopf>

Segundo o autor, a diferença entre Europa e Estados Unidos está acima de tudo relacionada com o facto de países como Itália, França, Alemanha e tantos outros, não partilharem valores e atributos comuns: uma língua, cultura e história.

Ao contrário da América, o conceito de Europa contemporânea não se consegue desvincular do seu formato de “união aduaneira” presa aos trâmites burocráticos e aos interesses económicos. Nesse sentido, exatamente como *Ernest Renan* disse há muitos anos, “a Zollverein²² não é uma pátria” e é difícil fazê-la desmontar do seu capitalismo. A adoção do euro por exemplo, só vem atestar essa perspetiva. A criação da moeda única, ainda que tendo sido vista como uma estratégia para aproximar as entidades, pode apesar de tudo ser sinónima de outras leituras mais díspares. Prova disso é a inflexibilidade de BUCHANAN (1998) quando ao tema. Esse, viu nisso um propósito de contornos quase imperialistas “*pelos quais os líderes europeus se subjugariam*²³ às soberanias dos senhores dos mercados”. Ou seja, apraz-nos concluir que na Europa ainda se vive na ideia de que o controlo sobre as economias de um país é sinónima do controlo das suas dimensões sociais e do seu próprio destino.

Acentuando o distanciamento face aos Estados Unidos, Portugal e Alemanha ou França e Inglaterra não são filhos da mesma história e nem tão pouco mantêm semelhanças e particularidades tão próximas como entre Nova Iorque e Virgínia. Na Europa, nunca houve uma tentativa clara de assimilação face aos emigrantes: integrar não era sinónimo de absorção cultural. Assim, descurava-se uma qualquer tentativa de pedir uma assimilação do quadro de valores e atitudes referente a esse país aos emigrantes. Como consequência, percebe-se que as notórias separações entre comunidades locais, como as turcas na Alemanha, não acontecem porque eles negam especificamente uma qualquer intenção de germanização, mas porque simplesmente isso nunca lhes foi pedido. Ou seja, o conceito de imigrante alemão não transcrevia qualquer intenção de nacionalização dos estrangeirismos. E aqui surge o problema. A ideia de multiculturalismo europeu defendeu durante muitos anos que os imigrantes deveriam poder manter os seus valores fundamentais, prejudicando a miscigenação – fenómeno reconhecido nos EUA e até no Brasil. Assim, além de não exigir a assimilação de costumes aos imigrantes, nem sequer fortaleceu a estrutura que o deveria facilitar, ou seja, a nível político e institucional pouco ou nada foi feito. Como resultado, hoje testemunhamos aquilo que James Cameron vê como cerne problemático: enormes comunidades de muçulmanos, nativos locais ou imigrantes, encorajados a distinguirem-se culturalmente das populações e culturas locais, a conservar seus costumes e valores e sem qualquer tipo de sentimento de pertença face às tradições e ideologias do país em questão. Ou seja, países, hábitos, culturas, políticas e ideologias muitas vezes historicamente inimigas, prevalecem, quase de forma omnipresente, no estado de espírito destas comunidades²⁴.

²² Aliança aduaneira fundada em 1834 e que tinha como principal objetivo garantir uma maior liberdade alfandegária entre os 39 estados alemães.

²³ O documento data de 1998.

²⁴ A sua posição é defendida em muitas entrevistas e em vários locais. Ver mais em:

<http://www.bbc.com/news/uk-politics-12371994>, <http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/cameron-my-war->

Obviamente, nem só entre americanos e europeus se descreve o sistema multicultural da Europa. Historicamente, os conflitos e tensões entre muçulmanos e cristãos são já milenares. Consequentemente, um número considerável de muçulmanos vive na sombra de uma desconfiança fundamental de ódio aos cristãos europeus. Ainda que me refira a uma pequena maioria, a verdade é que a história nos diz que os muçulmanos viveram mais de um século sob o medo das cruzadas e da conquista/invasão cristã. Assim, para muitos, esta não é uma história antiga: são apenas factos históricos com prolongamento e eco nos eventos de hoje. Veja-se para isto, as celebrações de muitos muçulmanos pelo sucedido a 11 de Setembro de 2001. Consequentemente, aquilo que se passa neste momento na Alemanha e um pouco por toda a Europa, não é bem reflexo das migrações para a América: a separá-los, o *American Dream*. Aqui, numa Europa carente de uma fronteira natural como a atlântica e a pacífica, os imigrantes não vêm porque assim o querem. Aqui, são muitas vezes sujeitos às vicissitudes da guerra e das crises. Nesses casos, a grande maioria acaba isolada, segregada, vivendo dos e pelos seus valores nativos. Hoje, Angela Merkel reconhece o erro: a falta de controlo e ingenuidade com que o multiculturalismo foi encarado. Hoje, são décadas de integração a suspirar por metamorfose. Por adaptação. Por uma tolerância regrada. Por tanta coisa.

A maior parte dos europeus que viveu o crescimento do multiculturalismo, viu-o como uma forma de tolerância. Aliás, na sua génese, esse pode até ter sido o seu propósito. Contudo, hoje em dia o multiculturalismo é visto como um *guetto* sem paredes (FRIEDMANN, 2015). Hoje, o erro poderá ter estado na vontade de aceitar as pessoas e não as suas diferenças e na falta de vontade de fazer com que um estrangeiro se tornasse um nacional. Quiçá, o medo de proporcionar uma leitura racista poderá ter fomentado o crescimento dos próprios racismos. Os estados-nação europeus não se definem por um conjunto de normas morais, mas por uma história, língua e cultura partilhada. Como consequência, o integracionismo europeu não é sinónimo de miscigenação – neste caso, é exatamente o antónimo. Ou seja, um turco torna-se alemão apenas como consequência das igualdades jurídicas advindas da globalização: uma cidadania formal. Em suma, o desafio não está em tornar um emigrante num cidadão, está em torná-lo num nacional. Vejamos.

Embora Merkel entenda que o multiculturalismo falhou, esta não perspectiva soluções ou aborda alternativas. Facto é que a cidadania para estes é um mero estatuto legal e não é de todo o mesmo que ser um membro de pleno direito de uma nação europeia. Para isso, são necessários elementos como herança e cultura e não apenas estes princípios legais. Esta realidade tudo o que faz é sustentar uma ilusão de base jurídica. Sustentar uma ideia irreal onde o emigrante é apenas visto numa perspectiva formal e não como membro de uma comunidade de laços firmados. Voltemos ao *St. Patricks Day*: para os irlandeses, tornarem-se americanos, foi uma ideia muito mais sedutora do que a desproporcionada manutenção das suas raízes; elas estão lá, respeitam-se e celebram-se, mas como anexo e não como imposição. Contudo, fazer dos muçulmanos europeus, os católicos irlandeses americanos, não é bem a mesma coisa. As preocupações de Merkel, relativamente ao multiculturalismo são sinónimas disso mesmo. Em causa, não estará o abandono do integracionismo

e da abertura liberal. Em causa, está apenas a metamorfose radical necessária para que o multiculturalismo assuma contornos de aplicação mais efetiva. Para isso acontecer, contudo, existem dois claros problemas. O primeiro, seria ter de garantir a conciliação dos rasgos históricos que crispam as relações entre muçulmanos e cristãos e que o isolamento deste modelo de multiculturalismo veio acirrar; o segundo, assumir a falta de mecanismos sociológicos e políticos que promovam o caminho para só depois trabalhar no sentido de fazer dos emigrantes cidadãos nacionais, membro das suas comunidades, integrados e em pleno usufruto dos seus direitos.

O problema não é alemão. O problema não é apenas referente a este ou a um outro estado específico. Este é um problema de amplitude universal ao qual nem os Estados Unidos estão indiferentes. Estas comparações de realidades, principalmente no que toca aos americanos, tornam-se vazias de sentido quando assomados aos eventos dos últimos meses. Fazer o paralelismo justifica-se, porque de facto a realidade estadual europeia não é a mesma do que ali. Ainda assim, a chegada de Trump à esfera política norte-americana transcreve a consolidação, ainda que camuflada, dos nossos medos: não é possível que um homem que publicite uma versão 2.0 de uma Muralha da China ocidental se assome sequer ao cargo a que se propôs.

Então mas neste sentido, a que se devem as permissivas políticas que promoveram esta desenfreada avalanche migratória? Pensava-se apenas na inclusão e integracionismo como projeto de harmonia para o mundo? Errado.

Os emigrantes, do leste ou do sul, muçulmanos ou católicos, são quase sempre sinónimos de procura de trabalho. Uma procura menos seletiva, muito menos seletiva, na qual o liberalismo tem o seu dedo: a procura por melhores condições de vida. A agravar, as diferenças económicas entre países europeus, justificadas nas diferenças de valores dos salários mínimos nacionais. Seja na Alemanha ou em Portugal, em França ou Inglaterra, Espanha ou Suécia, os emigrantes foram sempre bem-vindos pela disponibilidade para agarrar postos de trabalho que os locais dispensavam. Mão-de-obra mais barata, em números anteriormente inalcançáveis e que garantiam outra eficácia. Assim se fizeram as primeiras gerações: um trabalhador, longe de casa, com outros hábitos e culturas e que nenhum estado europeu soube integrar na comunidade. Os cataclismos sociais são consequência direta disso mesmo. Gerações que cresceram apartados de uma identidade nacional referente ao seu país natal. Um sentimento de pertença estimulado pela sua cultura de origem e não pela sua nacionalidade. Isolamentos internos. Enfim: o gueto multicultural falhou e parece não deixar outro tipo de opção que não o conflito, ou pelo menos é esse o reflexo dos eventos que se encavalitam, com maior frequência, um após o outro. O ISIS vai causando terror, milhares de jovens europeus são atraídos pelo jihadismo e incitados à violência e o medo vai-se instalando um pouco por todo o mundo. Já lá iremos.

2.3 Desgaste social – o afastamento ideológico

Aquilo que temos testemunhado, consequente à resposta das autoridades policiais e políticas, é um avolumar da violência em forma e intensidade. As respostas têm sido muitas vezes criticadas exatamente por funcionarem apenas como um incentivo ao despoletar e agravar das situações. Há então duas dimensões neste processo: de um lado, as políticas de resposta ao terrorismo que podem dissuadir uma parte daqueles que estariam interessados em aderir a estas organizações, ou a abandoná-las à medida que as dificuldades aumentam mas que, do outro, podem ao mesmo tempo servir para estreitar os laços entre indivíduos e os movimentos e agravar o ódio destes face ao mundo.

Conforme muitos estudos mostram nem todos os que são atraídos para grupos jihadistas são necessariamente atraídos pelos fundamentalismos religiosos. Um estudo de 2008 realizado pelo MI5 no Reino Unido²⁵ revelou que era impossível traçar, rastrear ou mapear as variações de personalidade dos ativistas radicais, porque além de nem todos terem pressupostos radicais, muitos nem sequer praticavam a sua fé regularmente. A atribuição de personalidades, diz o relatório, era também impossível porque cada indivíduo assumia os traços de acordo com a sua comunidade, dificultando a sua padronização. MALIK (2015) por outro lado, procura tornar mais complexa a já complexa perspectiva sobre a integração enquanto motivo de estreitamento das incompatibilidades. Apesar das grandes evidências de que aqueles que se juntam a grupos jihadistas podem fazê-lo face às vicissitudes da integração social, MALIK (2015) diz que, pelo menos no sentido convencional da integração, isso não é verdade. Isto, suportado por uma pesquisa de acerca dos jihadistas britânicos, feita por pesquisadores do *Queen Mary College*, em Londres, que descobriu que o suporte para o jihadismo não está apenas relacionado com a desigualdade social ou educação deficiente; em vez disso, diz que muitas daqueles que têm sido atraídos por grupos jihadistas têm entre os 18 e os 20 anos de idade e são oriundos de famílias abastadas, falam Inglês em casa e têm inclusivamente formação universitária. Na verdade, nestes casos, "a juventude, a riqueza e a educação", como o estudo acabou por concluir podem ser também assumidos como fatores de risco²⁶.

Em certo sentido, grande parte dos argumentos que se atabalhoam sobre a radicalização, podem estar a vê-lo de trás para frente. Estes, apenas olham para o radicalismo como fenómeno terrorista e para os extremistas muçulmanos como filhos do islamismo radical. Medem o conceito de jihadistas definindo-o pelo todo apenas no seu estado final: enfurecido contra o Ocidente, e cego pelo Islão. Contudo, é muito mais complexo que isso. O que atrai os jovens (porque conforme visto a maioria dos aspirantes a jihadistas estão na casa dos 20) para a violência jihadista é uma busca por algo muito menos passível de se definir: uma busca por uma identidade, por um significado, por um sentimento de pertença e por respeito. É aqui que se percebe que é esta alienação dos mesmos que é a grande responsável pela potencialização da conversão.

²⁵ Ver mais em <http://www2.gsu.edu/~crirxf/MI5-A.pdf>

²⁶ Ver mais em <http://www.clarionproject.org/analysis/queen-mary-univ-radicalization-not-caused-inequality>

" A preocupação com o não ser associado a um fenómeno de islamofobia, tem feito com que muitos intelectuais de esquerda não ousem sequer abordar o islamismo radical. Insistem na teoria de que o motivo dos fanatismos religiosos não é a religião mas sim a opressão do imperialismo ocidental e a pobreza que causou. Contudo não é mentira: o Daesh não teria nascido sem a incursão americana de 2003. Ainda assim, o Califado não é uma obra dos Estados Unidos, mas sim um constructo do regresso da religião e da violência aos valores ocidentais."

Michael Walzer, para a revista *Philosophie Magazine* (2016)

Assim sendo, estes fenómenos de aproximação a outras realidades e ideologias podem ser assumidos como prolongamentos ou expressões de uma angústia. Nada de novo portanto, porque esta questão da busca por uma identidade é quase um cliché histórico. As diferenças é que o contexto social em que estas emergem é muito mais complexo e de dinamismos muito mais obscuros que as anteriores. O que é diferente hoje, é que se vive numa época de crescente desintegração social, em que muitas pessoas se sentem particularmente desgastadas e enganadas face às instituições.

Assim sendo, o verdadeiro ponto de partida para a conversão de qualquer pessoa num jihadista não está na radicalização apenas devido a um fator específico, porque são vários os elementos de possível influencia e apenas mesuráveis consoante o contexto. Contudo torna-se cada vez mais indiscutível que esta ideia de desagregação social potencializa a sensação de ressentimento face às sociedades ocidentais, às quais já negaram a absorção da cultura dominante, em favor de uma visão alternativa islâmica do mundo. Por outras palavras, é quase impossível definir um padrão de personalidades e comportamentos indicativos, porque independentemente dos extratos e das realidades, a causa reside acima de tudo na perda da fé nos quadros morais tradicionais, na descredibilização do mundo político e na procura de uma alternativa.

Consequentemente, o afastamento e desgaste não se dão apenas no universo muçulmano. O desencanto generalizado com o processo político é universal. A democracia de hoje não ouve a voz de todos os seus. A democracia de hoje está vazia dos seus propósitos e toma a forma de um desespero que nem os principais partidos políticos, nem as instituições sociais, parecem compreender as suas preocupações e necessidades.

"Para a Salvação da Democracia

Ora a democracia cometeu, a meu ver, o erro de se inclinar algum tanto para Maquiavel, de ter apenas pluralizado os príncipes e ter constituído em cada um dos cidadãos um aspirante a opressor dos que ao mesmo tempo declarava seus iguais. Ser esmagada pelos condottieri que dispõem das lanças mercenárias ou pela coalizão dos que manejam o boletim de voto é para a consciência o mesmo choque violento e o mesmo intolerável abuso; um tirano das ilhas vale os trinta de Atenas e os milhares de espartanos. Pode ser esta a origem de muita reacção que parece incompreensível; há almas que se entregaram a outros campos porque se

sentiam feridas pela prepotência de indivíduos que defendiam atitudes morais só fundadas na utilidade social, na combinação política. E de facto, o que se tem realizado é, quase sempre, um arremedo de democracia sem verdadeira liberdade e sem verdadeira igualdade, exactamente porque se tomou como base do sistema uma relação do homem com o homem e não uma relação do homem com o espírito de Deus. Por outras palavras: para que a democracia se salve e regenere é urgente que se busque assentá-la em fundamentos metafísicos e se procure a origem do poder não nos caprichos e disposições individuais, mas nalguma coisa que os supere e os explique, aprovando-os ou reprovando-os. O indivíduo passaria a ser não a fonte mas o canal necessário ao transporte das águas; nenhuma autoridade sem ele, nenhuma autoridade dele. Seria assim possível sacudir de vez as morais biológicas que nos têm proposto e, construindo um decálogo sobre os princípios divinos, ligar-lhe indissoluvelmente a política com uma simples extensão ou como outro aspecto de uma idêntica actividade. Não vejo outro alicerce senão o entendimento, o que, fazendo do animal a pessoa, ao mesmo tempo se coloca acima do indivíduo e se impõe como norma universal; e as maiorias, assim, só viriam a obrigar quando as suas resoluções coincidissem com a razão e com os fins últimos que a Humanidade se propõe atingir. “

Agostinho da Silva, em “Diário de Alceste”

Estes descontentamentos não são de hoje. No entanto, as suas anteriores versões variavam em forma e intensidade. No passado, as insatisfações levavam as pessoas a organizar movimentos maioritariamente políticos de oposição aos governos – o 25 de Abril é exemplo disso mesmo. Organizações plenas de idealismos, que se tornaram um mecanismo de transformação política e social. Contudo, hoje, essas campanhas e organizações podem estar tão desatualizadas como as próprias instituições. Verdade seja dita que isso ocorre porque as grandes diferenças ideológicas que caracterizaram a política mundial dos últimos dois séculos, parecem agora quase extintas. Aquelas que foram as grandes conquistas sociais, como a da democracia e das liberdades individuais de forma geral, são quase impercetíveis. Não o serão obviamente, apenas no sentido figurado que se transcreve das oscilações sociais. As ideologias de esquerda e direita hoje assumem contornos miscelâneos confundindo-se uma com a outra; testemunhamos o enfraquecimento das organizações sindicais e de outras tantas instituições; sente-se o declínio das ideologias coletivistas; a vida torna-se hoje uma questão de números e os homens uma equação estatística. As políticas pela cidadania tornaram os problemas mais proeminentes; a fragmentação encorajou as pessoas a agarrarem-se às suas origens étnicas ou culturais de forma cada vez mais estreita. As políticas públicas voltadas para a integração das minorias têm apenas ajudado a exacerbar este processo. Após os ataques de Paris, muitos comentadores televisivos insistiram que pelo menos parte da culpa era das políticas sociais de "assimilação" francesas que, segundo eles, não tinham conseguido integrar os muçulmanos, segregando a sociedade. Outros contestaram dizendo que a culpa não poderia recair apenas nas políticas francesas, porque também a Bélgica, apesar da sua política social muito mais multicultural, ter também visto um crescente número de casos associados ao jihadismo.

O debate acerca da assimilação dos emigrantes e a sua conversão a cidadãos nacionais contra o modelo de multiculturalismo existente não é novo. Na maior parte das últimas duas décadas, por exemplo, os políticos e legisladores franceses tinham sido acirrados críticos da abordagem

multicultural do Reino Unido, acima de tudo porque diziam que estes não tinham conseguido criar o tal quadro de valores comum ou potenciar o sentimento de nacionalidade. Contudo, agora, muitos desses argumentos podem ser aplicados às políticas sociais francesas. Ambos os lados estão, de certa forma, corretos; as políticas sociais francesas são problemáticas e ajudaram a criar uma sociedade segregada. Contudo, a verdade é que pelo menos os franceses têm políticas multiculturais. A França é o lar de cerca de cinco milhões de cidadãos de origem no norte de África, mas apenas 40% desses se consideram muçulmanos praticantes e apenas um em cada quatro diz frequentar as orações tradicionais. No entanto, sejam políticos, intelectuais ou a própria comunicação social francesa, teimam em olhá-los e denominá-los como “muçulmanos de França”. Na verdade, nota-se aqui e ali uma segregação ridiculamente intencional disfarçada na forma e no tom das próprias palavras escolhidas²⁷.

No fundo, todas estas dissemelhanças e incompatibilidades nas teorias apenas vão começando a construir o objeto desta dissertação: o impacto do multiculturalismo desregulado é realmente nefasto; a falta coesão política é evidente, e no fim, o conceito de identidade europeia que poderia contribuir para a sua solidificação, mais do que em declínio, está agora em remissão. Continuemos.

2.4 Personalidade e Inteligência Multicultural

O presente excursus apesar de decompor grande parte dos conceitos que aborda, não tenta em momento algum insinuar um qualquer “*point of no return*”. O multiculturalismo europeu é uma consequência da história, uma realidade vigente e que ao mesmo tempo, obsoleta. Contudo, o mesmo dedo que critica também assume a sua contornabilidade. Uma contornabilidade que não lhe garante o sucesso, mas que pode trabalhar por ele. A verdade é que o insucesso do multiculturalismo não pode ser de todo apenas responsabilidade das políticas aplicadas pelas instituições. Os europeus, na sua condição de seres humanos, têm falhado também. Nós, os europeus, não temos sabido ser cidadãos multiculturais como sinónimo de tolerantes, compreensivos e respeitadores. Nesse sentido, entramos agora numa discussão que visa sustentar os argumentos pelos quais digo que é possível pensar numa solução para a maturação e assimilação do processo, desde que isso vá de encontro à anteriormente referida teoria de FERRY (2004, pág.176): educação pela assimilação. Nesse sentido, convém perceber, uma vez identificadas as suas fragilidades, quais os mecanismos e estratégias que poderíamos adotar para trabalhar em prol do multiculturalismo. Assim sendo, que

²⁷ Tomem-se como exemplo os seguintes títulos: “Musulmans de France : le sondage qui surprend ? Non, le sondage qui fait peur”; “Musulmans de France : l’étude qui fait polémique”; “Les musulmans de France, une population jeune et diverse”
http://www.lemonde.fr/religions/article/2016/09/18/une-enquete-de-l-ifop-offre-un-portrait-nouveau-des-musulmans-de-france_4999468_1653130.html#uSivElqp7e5vFXuo.99
<http://www.atlantico.fr/decryptage/musulmans-france-sondage-qui-surprend-non-sondage-qui-fait-peur-benoit-rayski-2825354.html#qcRRJ2YcMJBPSmzF.99>
<http://www.lesechos.fr/politique-societe/societe/0211304145772-une-majorite-des-musulmans-de-france-partagent-les-valeurs-laiques-2028346.php?vBddT6Ggo6ZXY0WT.99>

características teremos nós de nos fazer dotar para nos assumirmos como cidadãos multiculturais? Que traços contribuem para interações multiculturais?

HORVERAK, BYE e PALLESEN (2013) identificaram uma série de características nas personalidades humanas que acreditavam serem determinantes para o sucesso das interações culturais: empatia, respeito pela cultura local, flexibilidade, tolerância, mente aberta, auto-confiança, sociabilidade, coragem, maturidade e iniciativa. Com base nestes resultados, definiram cinco dimensões de competências que devem trabalhar a favor do multiculturalismo: a empatia cultural, a abertura de espírito, a estabilidade emocional, a flexibilidade e a iniciativa social. Segundo os seus autores, estes são os traços que poderiam garantir aquilo que a própria Angela Merkel admitiu serem as carências do multiculturalismo: o seu lado mais humano.

A empatia cultural refere-se à capacidade de um sujeito se relacionar harmoniosamente com os sentimentos, pensamentos e comportamentos dos membros de um grupo cultural diferente. A abertura de espírito refere-se, ainda nesse sentido, a uma atitude sem preconceitos para com os diferentes membros, normas e valores culturais: estas regras e valores são assimilados de forma mais eficaz pelos indivíduos com uma *“open-minded attitude”*, porque segundo VAN DER ZEE e BROEDBECK (2004), esses estão naturalmente mais disponíveis. A estabilidade emocional está relacionada com a tendência para manter a calma em situações de maior desgaste e stress psicológico. Por fim a flexibilidade. É considerada por alguns autores (ex. HANVEY 1976) como a dimensão de maior importância, especialmente no que se refere à integração social, quando as expectativas sobre o país anfitrião não correspondem à realidade. A capacidade para viver com base numa experiência de tentativa/erro são, segundo os autores, cruciais para o multiculturalismo. A flexibilidade reflete a capacidade para tolerar a incerteza e ajustar o comportamento e a sua atitude a cada situação (VAN DER ZEE e BROEDBECK 2004). A quinta e última dimensão identificada pelos autores é aquela relativa à iniciativa social. Esta inclui não só posições de abertura a novas culturas, mas também uma predisposição para procurar e explorar novos confrontos, saudáveis, enfrentar novos desafios e a capacidade de estabelecer e manter contatos com facilidade (VAN DER ZEE e VAS OUDENHOVEN, 2000, 2001). De acordo com VAN DER ZEE e restantes, o usufruto destas valências ou competências têm sido sinónimas ao longo dos anos do sucesso de muitas operações e processos de carácter complexo, altamente stressantes e para os quais os indivíduos não estariam habituados. No fundo, uma descrição perfeita daquilo que é um processo de integração cultural. Assim sendo, uma personalidade multicultural emerge como uma das construções que se concentram na adaptação cultural e para a qual tanto políticos como instituições supra-nacionais deveriam atentar no sentido de a promover. A sua implementação ou potencialização seria fundamental e a começar desde tenra idade. Mais uma vez, a importância da educação.

Ainda assim nem só de competências individuais e de personalidades se escrevem as variáveis de influência. Alguns estudos têm demonstrado que as principais diferenças entre traços de personalidade surgem paralelas às diferentes culturas de diferentes sociedades. Por exemplo, as sociedades mais individualistas são caracterizadas por traços de personalidade relacionados com uma maior independência, e assertividade, ao passo que as sociedades mais coletivistas são

caracterizadas pelo respeito, humildade e cooperação (GRIMM, IGREJA e REYES, 1999). De acordo com estes estudos, as variações dos traços de personalidade oscilam consoante as características sociais das sociedades em que o indivíduo se insere. Um pouco mais adiante, veremos as repercussões disso mesmo no âmbito dos radicalismos.

Embora o capitalismo se tenha tornado quase um género universal de vida, há outros fatores civilizacionais que continuam, e ainda bem, a estruturar a organização das economias e das próprias sociedades. A ideia de que a globalização fez hoje em dia do mundo uma linha de montagem e de que vivemos num "*MacWorld*"²⁸ é, segundo INGLEHART e BAKER (2000) uma ilusão. Esta afirmação tem em conta a ideia de que até as sociedades que compartilham as mesmas políticas de desenvolvimento económico acabam por seguir trajetórias diferentes, devido à herança cultural. Ou seja, independentemente do como, o património cultural é incorporado e assumido em todas as sociedades, pois molda a maneira como cada uma se desenvolve (INGLEHART e BAKER, 2000). Assim sendo e conforme referido acima, as características de cada sociedade podem exercer influência sobre a inteligência cultural. Como resultado, algumas dimensões da inteligência (metacognitivo, cognitivo, comportamental) podem ser mais ou menos desenvolvidas de acordo com os valores dominantes em cada cultura. Além disso, a inteligência é uma capacidade cultural maleável que aumenta consoante o comportamento e capacidade de adaptação a novos contextos e varia de acordo com a exposição cultural, formação, socialização e outras experiências (EARLEY 2002).

Uma personalidade multicultural, embora relativamente estável, duradoura e influente sobre a adaptação ao ambiente, é também incontornavelmente influenciada pela cultura, pelos conjuntos de regras e normas que determinada sociedade vê como apropriadas, explícita ou implicitamente. De acordo com HOGAN e ROBERTS (2000), uma personalidade multicultural é melhor compreendida quando estudada no contexto da evolução humana e das experiências culturais.

A diversidade cultural e o consequente contato com diferentes culturas são realidades profundamente enraizadas nas sociedades e organizações contemporâneas. A imigração aumentou, a globalização potencializou-os e no fim, os cidadãos do país de acolhimento e aqueles que agora integram um novo ambiente são forçosamente sujeitos ao contato diário com indivíduos de diferentes culturas. Assim sendo, torna-se natural que a adoção e a definição de uma inteligência cultural e personalidade multicultural assumam uma pertinência fundamental para aspirar ao sucesso da coexistência em ambientes culturais diferentes. Definida como o melhor mecanismo para uma adaptação multicultural, a inteligência cultural difere de outros tipos de inteligência, porque se concentra especificamente sobre interações caracterizadas pela diversidade cultural. No fundo, esta

²⁸ Esta denominação é amplamente discutida um pouco por toda a comunidade científica. De um lado aqueles que consagram neste o espelho da globalização: O MacDonalds, restaurante americano que se enraizou na cultura de todo o globo. Do outro, contudo, aqueles que apesar de admitirem a legitimidade da primeira afirmação, dizem que a cultura mantém a sua acutilância e influencia independentemente dos fenómenos à sua volta. Segundo WATSON (1998), os McDonalds aparentemente idênticos em termos de comunicação e imagem, adotam os hábitos gastronómicos culturais do meio onde se inserem, tornando assim evidente que a nacionalidade influencia de forma direta os valores individuais: a cultura pode facilitar ou inibir certos comportamentos e atitudes.

facilita a adaptação a diversas situações, permitindo interpretar comportamentos e situações de menor recorrência e promovendo a tomada de decisões mais eficazes em situações extraordinárias. Apesar de recente, há um movimento crescente para a pesquisa sobre a inteligência cultural que demonstra o papel decisivo desta característica pessoal em interações multiculturais de sucesso. Cidadãos facultados de personalidades multiculturais são, portanto, mais compreensivos para com membros de diferentes grupos, têm maior facilidade para aprender com novas experiências e acima de tudo para manter atitudes abertas e sem preconceitos. As características de cada cultura são indubitavelmente influentes sobre cada indivíduo, tendo em conta que afetam não só o que é visível (como o comportamento, as atitudes e as normas sociais), mas também os pressupostos e valores pessoais imperceptíveis.

Nesse sentido, aquilo que mais se sente falta um pouco por todo o mundo político é exatamente aquilo que o presente excursus pretende provar pela mão da análise a estudos já existentes. As instituições e organizações supra-acionais devem fazer convergir políticas coesas e homogêneas que promovam o desenvolvimento tanto da inteligência cultural e como de personalidades multiculturais. A necessidade de gerir uma união multi-étnica e multicultural cada vez maior importância nas sociedades modernas. O homem deve claramente reformular-se enquanto ser humano neste novo contexto. O mundo está diferente e as sociedades também. O futuro passa pela promoção de uma gestão global equilibrada dos recursos humanos, cultivando o respeito pela multiculturalidade e pela integração. A consciência das diferenças, dos valores, dos hábitos e regras de comunicação culturais de cada sociedade e cultura é fundamental para a coexistência seja bem sucedida. Certo é que isso não tem encontrado reflexo na realidade de hoje. Enquanto estes fenómenos e processos não se desenvolvam de forma coerente, a Europa e o mundo continuarão a ser vítimas destas novas manifestações radicais, sejam em violência, ou em última instância, sob forma de atos terroristas desproporcionados. Atos a aumentar em cadência e intensidade e aos quais cada vez mais se lhe associam um número incompreensível de europeus. Assim sendo, compreender os radicalismos, sem os justificar, ganha a sua preponderância. Onde reside a culpa? Na crise identitária, na falta de cultura multicultural e de personalidades a si compatíveis? Serão os fundamentos apenas religiosos? Vejamos.

2.5 Radicalismos

“... Matai os idólatras onde quer que os encontréis e capturai-os e cercai-os e usai de emboscada contra eles... Quando, no campo de batalha, enfrentardes os que descrêem, golpeai-os no pescoço. Combatei os que não crêem no último dia e não proibem o que Deus e Seu Mensageiro proibiram... Até que pagueis, humilhados, o tributo E combatei-os até que não haja mais idolatria e que a religião pertença exclusivamente a Deus...”

Surata 9:5; 47:4; 9:29; 8:39

De onde nascem e quais as causas para que seres humanos tais como nós se vejam impregnados desta indiferença à morte, desta ausência de medo, deste ódio e de tamanha sede de violência? Como é possível que mais de 4000 europeus se tenham juntado às causas jihadistas?

As respostas mais convencionais dizem-nos que estas frações, mais radicalizadas, são vítimas de um processo através do qual os muçulmanos mais vulneráveis e suscetíveis são preparados para uma violência extremista pela mão daqueles que defendem o ódio como resposta. Este argumento, que tem a radicalização como fundamento, assenta convencionalmente em quatro grandes premissas. A primeira é a ideia de que os muçulmanos se tornam terroristas, pela aquisição de ideias extremistas. A segunda é de que esta aquisição é feita de maneira diferente das outras: pela mão da globalização e pelo uso das novas tecnologias. A terceira é a ideia de que a sequência de eventos que circunscrevem a crise social e económica global leva ao agravamento e à adoção de crenças terroristas. E a quarta é a falta de integração nas sociedades, tornando os seus elementos mais permeáveis: o já referido isolacionismo deste modelo multicultural. Contudo, segundo MALIK (2015), estes pressupostos estão errados. Vejamos.

Aquilo que a realidade nos parece dizer, é que todo este fenómeno tem sido causado não apenas pelo nascimento ou associação direta à cultura ou religião, mas pela conversão daqueles que nada teriam a ver com esta dimensão – e isso é ainda mais preocupante.

A discussão que segue é composta por quatro partes fundamentais: a primeira debruça-se sobre a possibilidade de alguns grupos estarem mais suscetíveis e terem mais permeabilidade à radicalização; a segunda, chama a atenção para a influência que as experiências pessoais, que têm em conta as fragilidades sociais e económicas dos estados; a terceira dirige-se para o papel que as sociedades e a cultura têm no activismo e radicalização; e a quarta e última examina as questões relacionadas com a identidade e as suas transformações no impacto sobre este processo.

2.5.1 Disponibilidade Biográfica

É difícil definir padrões e encontrar pontos de comunhão entre os diferentes tipos de ativistas. Contudo, parece haver algum tipo de paralelismo entre o que acontece do ponto de vista do recrutamento e o que MCADAM (1986) refere como disponibilidade biográfica e estrutural. De acordo com MCADAM (1986, pág.70) a disponibilidade biográfica pode ser definida como “*a ausência de constrangimentos pessoais que possam aumentar os riscos e custos de um movimento participativo, como um trabalho a full-time, ou responsabilidades associadas ao casamento e à constituição de uma família*”. Consequentemente alguns indivíduos estarão sempre mais disponíveis que outros para a organização de movimentos ativistas, para a sua difusão e para o recrutamento e radicalização (SNLW 1980, pág. 793).

2.5.2 Experiências pessoais.

Num estudo feito por DELLA PORTA (1995) sobre o radicalismo de esquerda em Itália e na Alemanha, a importância das experiências pessoais é referida como um precursor da radicalização. A biografia destes ativistas revela que as suas experiências pessoais, tidas desde cedo, se envolverem contacto com brutalidade policial e/ou abuso da autoridade, provoca um sentimento de desilusão generalizado e que se perpetua (DELA PORTA 1995, pág. 130 a 143). Além do mais, as realidades das economias familiares a que pertencem fazem com que se fomente a rejeição pelas entidades políticas, descredibilizando todo o sistema onde o sujeito se insere (DELLA PORTA 1995, pág. 189). Neste caso particular, temos exemplo dos eventos testemunhados em França, com a morte de membros da comunidade argelina e a revolta daí advinda contra as autoridades.

2.5.3 Guilhotinamento das liberdades.

A sociologia do ativismo redefiniu-se na década de 70. Os estudos anteriores à data eram criticados por assumir o irracionalismo como causas. Além do mais, os movimentos de risco eram assumidos apenas como consequências de “comportamentos coletivos” (TURNER e KILLIAN 1987). Estes viam o ativismo como resultado de crises sociais que resultavam por sua vez de privações impostas pelas comunidades locais. Da década de 70 em diante, os movimentos ativistas passaram a ser vistos como racionais, arquitetados e com objetivos definidos (TILLY, 1978). O ativismo, passou a ser visto como uma dimensão intrínseca e natural decorrente das políticas da democracia moderna e não como um sinal de desordem. Com este confronto de teorias, cimentou-se um caminho para uma nova compreensão de ativismo e consequentemente para os processos de fomento do radicalismo. Assim sendo, começa-se a consolidar a ideia anteriormente iniciada, de que as democracias modernas e o modelo de multiculturalismo existente faz com que o radicalismo surja também como resultado das políticas adotadas. A não integração nas comunidades promove o crescimento de um sentimento de restrição face às suas liberdades e ao usufruto pleno do seu estatuto de cidadania. Ou seja, o ativismo radical nasce de um certo tipo de guilhotinamento das liberdades sociais. Consequentemente, isso terá um impacto maior nos grupos culturais minoritários, como os muçulmanos residentes no ocidente: onde as diferenças entre hábitos, tradições, culturas e ideologias mais divergem, mais há a apetência para acirrar disparidades. Naturalmente.

2.5.4 Processo de transformação identitária.

Os grupos e movimentos radicais sempre tiveram uma relação tensa com as autoridades. Dependendo do carácter e da sociedade onde coexistem, assim será medido o grau desta tensão. Prova disto, é que países como França e Inglaterra, sempre foram testemunhas de um numero muito maior de conflitos e confrontos do que grande parte do resto da Europa – veja-se Portugal. Consequentemente, podemos assumir que estes grupos radicais vivem na prática isolados num mundo paralelo: existem de igual forma, sujeitos apenas à intensidade e resistência das autoridades locais. É este isolamento que força o surgimento de dinâmicas que contribuem para agravar e

acelerar o processo de radicalização (DELA PORTA 1995 pág. 110 a 116). A autora, diz que a conversão do processo identitário, de um estado normal de graça a um sentimento radicalista, tem em conta a redefinição de realidades e a adoção de novas crenças e valores, isto é, a velocidade e intensidade da conversão depende do país em que se insere. Estas conversões que resultam em novas cultura envolvem, entre outras coisas, uma visão dicotômica do mundo, onde a sua postura é assumida como a boa e a verdadeira, em contraponto com todo o resto do mundo, normalmente assumido como corrompido face aos trâmites políticos (DELLA PORTA 1995, pág. 133 e de 172 a 173). Nas suas versões mais extremistas, estas transformações envolvem despersonalizações e a desumanização destas organizações, o que, em última instância, levam aos ataques terroristas dos quais temos sido frequentemente testemunhas. O inimigo é colocado numa dimensão moral diferente, que legitima o uso de violência contra estes: “os maus são todos os outros, nós apenas trabalhamos em função da verdade” e onde “a violência é o castigo”. Assim sendo, como sugerido acima, estes processos são então consequentes deste isolacionismo social destas organizações. Por outras palavras, o desenvolvimento de perspetivas do mundo diferentes e a dissolução dos conhecidos valores morais não é uma questão de exposição a diferentes visões: eles nascem exatamente da falta de capacidade, intencional, destes grupos olharem para fora. Neste sentido, os ativistas tornam-se cada vez mais dependentes e subjugados às vontades da própria organização “uma vez que quando se juntam a determinado grupo, são forçados a participar em ações de consequências cada vez mais gravosas, mas segundo eles, importantes” (DELLA PORTA 1995, pág. 179). O ativismo radical é então acima de tudo despoletado pelas organizações radicais, absorvendo os mais vulneráveis e decompondo e desestruturando quase todos os aspetos da sua anterior vida (DELLA PORTA 1995, pág. 159-150). Contudo, um conceito não se nega ao outro, são complementares: a ausência de competências multiculturais colabora a favor dos separatismos; a ausência de políticas integracionistas eficazes agrava esses afastamentos e a introdução destes organismos radicais em cena acaba por ser a última estocada. Regressemos.

As gerações muçulmanas mais novas, no ocidente, têm muitas vezes uma particular e complexa posição do ponto de vista cultural e identitário. O ICSR de 2007 (pág. 29) identifica “um fosso profundo entre as novas gerações e as gerações que inicialmente assentaram arraiais na Europa”. Esta geração, nascida e criada num país diferente dos seus pais, não partilha do mesmo compromisso com o seu país de origem, vivendo um distanciamento cultural e religioso diferente dos progenitores. Ao mesmo tempo, estas gerações não se sentem completamente integradas nas comunidades atuais. Este distanciamento e ausência de estrutura identitária e de pertença, são as causas para as vulnerabilidades que levam à conversão radical. No fundo, estão divididos entre dois mundos, testemunhando um guilhotinamento cultural: “isto coloca os indivíduos numa posição onde eles se arriscam a tornar-se mais suscetíveis a mensagens extremistas ou até a se envolverem em atividades do género” (ICSR 2007, pág. 30). Fomenta-se uma sensação de orgulho ferido, exacerbados pela falta de integração e pelos problemas relacionados com a discriminação. Assim sendo, estes desfasamentos entre o que são e de onde são, são normalmente preenchidos por opções que lhes garantam uma resposta mais imediata às suas dúvidas. E aqui, surgem então as

adesões a grupos extremistas, agora mais enraizados no mundo e com maior poder de difusão graças aos sistemas de rede e aos vários processos e inovações associadas à globalização.

A vivência deste tipo de restrição cultural não é por si só motivo de radicalização. Reflexo disso, é que apenas uma ínfima parte das comunidades, apesar de cada vez maior, se convertem em ativistas e menor parte ainda em ativistas radicais. Assim sendo, resulta de uma série de fatores que apenas quando combinados é que podem dar lugar aos extremismos. Para aqui, contribuem a capacidade que estas organizações têm encontrado para se adaptarem e mutacionarem de acordo com a realidade em que estão inseridas. Isto é, as organizações procuram responder, sob formas culturais e religiosas, às carências que estes elementos mais vulneráveis têm. Depois, têm ainda de garantir o afastamento dos mesmos indivíduos da sociedade em geral, para que a organização não seja só uma resposta, mas modo de vida. “*A natureza das ideologias religiosas e práticas adotadas pelas organizações, obriga-os a isolarem-se a eles próprios das sociedades onde vivem*” (ICRS 2007, pág. 44). Este isolacionismo estrutura-se acima de tudo na separação que estes movimentos fazem entre a verdadeira interpretação do Islão e dos infiéis. Nesta perspetiva, “*uma interação mais próxima com as sociedades ocidentais é então não apenas vazia de sentido, como potencialmente perigosa*” (ICSR 2007, pág. 44 a 45). No caso do radicalismo islâmico, a categorização de infiel não só inclui personagens de outras religiões mas como muçulmanos em conflito com a sua interpretação do Islão. Por isso mesmo, percebe-se que é a própria estrutura do Islão que é acautelada por estes grupos. Os atentados terroristas são então vistos como respostas defensivas legítimas ao que estes entendem ser um ataque do ocidente ao islamismo. A pior conclusão é a seguinte: enquanto este tipo de movimentos vive substancialmente em incompatibilidade com as sociedades modernas e acabam por se rebelar contra elas, as próprias comunidades defendem-se, geralmente atacando os seus opositores. Ou seja, ação gera reação, num fenómeno onde a humanidade é a maior vítima e os valores pelos quais nos regemos desde sempre são dissolvidos ao som de balas e tons de sangue.

2.5.5 Mecanismos de recrutamento radical

Ainda que o rastreio da relação entre os sistemas de rede e o recrutamento islâmico seja vítima de algumas dificuldades e obstáculos, é no entanto pertinente perceber a sua influência. Como resultado da vigilância das autoridades, estas organizações têm-se adaptado de forma a contorna-la de forma bem sucedida. E têm-no conseguido. Contudo, nem só de relações de rede se fazem todas aquelas que trabalham em favor do recrutamento. Segundo BAKKER (2006, pág. 49), as relações humanas têm um papel fundamental nestas realidades. Tomando como exemplo os atentados de Madrid de 2004, levados a cabo por um grupo de irmãos, BAKKER (2006) diz que as relações de amizade e familiares são muito mais importantes do que os meios de difusão de rede. A adoção objetiva de estratégias terroristas nasce normalmente daqui (ICSR 2007, pág. 43). Contudo, esta perspetiva não me preenche de forma integral. Se estas relações de afetividade podem sim contribuir para o desenrolar dos movimentos terroristas e à sua concretização, não justificam no entanto o

recrutamento de mais de 4 mil radicais europeus que se juntaram ao ISIS até hoje. Nesse sentido, percebe-se que apenas graças à amplitude dos sistemas de rede, é que poderemos concluir que isso é possível. Uma responsabilidade a que a Internet seguramente se gostaria de alhear, mas da qual é familiar.

Nesse sentido, fóruns de discussão e redes sociais (ex. Facebook), têm contribuído cada vez mais para a atração destes indivíduos. Se as relações de afetividade, próximas e físicas não resultarem, estas promovem o surgimento de relações virtuais.

A atividade radical mais extremista é sem dúvida o terrorismo. Estes são vistos pelos seus executores como mecanismos de comunicação das intenções dos grupos e por isso tão celebrados. O sucesso da passagem da mensagem é medido tendo em conta o impacto e devastação deixada. São os atentados que estes grupos têm tentado utilizar como estratégias para chegar a um maior número de espectadores e audiência. Uma política desumana, nojenta e putrificada como os próprios grupos terroristas o são. Aqui se eleva o elemento internet. Os ataques terroristas apesar de a larga escala, com o crescente número de mortes que vão tendo, tocariam apenas o universo social circunscrito à tragédia. Contudo, a internet e os meios de comunicação, garantem a difusão da sua “mensagem”. No caso do terrorismo Islâmico, os alvos são tradicionalmente civis das cidades ocidentais (ex. Nova Iorque e Washington 2001, Madrid 2004, Londres 2005, Paris 2015...) ou lugares com tradicional afluência de ocidentais (ex. ataque à discoteca de Bali em 2002). O ato terrorista é então ser pensado como um mecanismo de choque. Por outro lado e ainda sobre as estratégias de difusão, as mesquitas podem ser espaços determinantes para a difusão destas organizações. Segundo o já referido relatório do *International Center for the Study of Radicalisation* de 2007, as mesquitas “*não são apenas centros religiosos para devoção espiritual, mas também ótimos locais para atividades educacionais, entre as quais se podem camuflar este tipo de propósitos*” (pág. 19). Isto faz delas terreno de recrutamento ideal para os difusores ativistas e consequentemente um lugar para formação dos próprios grupos. Segundo o mesmo relatório, a devoção cega dos muçulmanos à religião faz com que as fragilidades face aos processos de conversão se elevem. Qualquer mensagem divulgada numa mesquita é alvo de absorção imediata pelos seus devotos.

A partir daqui é a história do século XXI. Atentados, resposta ocidental, mais atentados e mais sangue. Tudo isto no ceio de sociedades ditas contemporâneas. O declínio do homem e dos seus constructos. O caos social.

ESTUDOS DE CASO

A escolha

A discussão em que se envolve esta dissertação é, como se sabe, dividida em três grandes partes estruturantes. A última, diz respeito a um conjunto de casos nos quais me pretendo dotar de

argumentos que sustentem a tese. A ideia de que a Identidade Europeia está em declínio, muito por culpa da multiculturalidade é evidente. No entanto, as suas figuras políticas têm a sua devida responsabilidade. Nesse sentido, não pretendo esconder a linha orientadora da narrativa, antes pelo contrário, sustentá-la. Assim, torna-se pertinente o estudo destes casos que de alguma forma sejam eco das carências e das críticas que durante todo o anterior excuro são feitas: demonstrar a falta de união e de coerência das políticas e dos políticos da União Europeia e o seu distanciamento face às suas comunidades e às suas vontades, para agora, apresentar as suas consequências mais imediatas. Começamos pela Crise na Ucrânia. Aqui, pretendo decompor a sequência de eventos que levam ao desfecho e a um número demasiado grande de mortos. Aqui, pretendo acima de tudo demonstrar como as políticas de integração e que levariam à formação de uma Identidade Europeia não se justificam sobre si. A Europa continua a ser testemunha de segregações identitárias profundas e com consequências manifestamente perigosas. Por isso mesmo e tendo em conta que os eventos neste caso tiveram a influência e intervenção direta de figuras políticas nacionais ucranianas e internacionais, este será um caso minuciosamente avaliado nesta dissertação.

3.1 Crise na Ucrânia

3.1.1 Contextualização

O fim da 2ª Grande Guerra foi sinónimo de uma reorganização profunda na estrutura da ordem internacional. Com a preponderância do seu papel e com os territórios conquistados aos Países do Eixo, a URSS gozou da notoriedade que antes não lhe tinha sido reconhecida mas que era agora inevitável, inviabilizando a réplica da unipolaridade vigente depois da I Guerra. O mundo dividiu-se então entre duas grandes esferas de influência ideológica. De um lado, os EUA que mantinham a sua democracia liberal com base na propriedade privada dos meios de produção e livre iniciativa, do outro, um estado marxista-leninista com uma economia socialista e comunista assente na colectivização e socialização dos meios de produção.

Este desfecho promovia uma coabitação equitativa de duas grandes potências, com traços e características de disparidades óbvias. Qualquer dúvida sobre a sustentabilidade, legitimidade ou sobre a intenção de cumprimento fiel da bipolarização da nova ordem internacional, teve o seu pináculo de tensões na própria Alemanha. Com o fim da guerra e a divisão quadripartida do território alemão, poucos foram os momentos de genuína paz e cooperação. Das Conferências de *alta* e *Potsdam* de 1945, as únicas conclusões absolutas eram sobre os efeitos diretos para os alemães²⁹. Entre restrições de controlo sinónimas do medo do renascimento nacionalista nazi (como a *desnazificação* e a tentativa de desindustrialização – de um país super industrializado, para intencionalmente o tornar agrícola e de carácter bucólico³⁰) e a unificação da trizona aliada, os

²⁹A desmilitarização, a desnazificação, a democratização e o desenvolvimento económico.

³⁰Plano Morgenthau, disponível em <http://www.dw.de/1944-programa-morgenthau-para-a-alemanha-p%C3%B3s-guerra/a-319276>

antagonismos entre os modelos político-ideológicos acentuaram-se. - é daqui que nascem as quezílias. É a partir daqui que as tensões como as testemunhamos hoje se começam a definir.

Da parte dos Estados Unidos e com o fim efetivo do isolacionismo e a emergência da estratégia de *Offshore Balancing*, nunca houve qualquer tipo de interesse em repartir o controlo da ordem mundial ou de genuinamente cooperar numa coexistência equitativa. A União Soviética, intransigente, à imagem de Stalin e do Stalinismo, procura de todas as formas potencializar o crescimento e expansão do seu comunismo nos países de leste como é o caso da Polónia: mais por imposição e submissão, do que pela escolha livre através de eleições democráticas coerentes. Como consequência, desenharam-se todas as características para o surgimento de uma outra guerra: o ocidente preocupava-se face à expansão comunista.

“A shadow has fallen upon the scenes so lately light by the Allied victory. Nobody knows what Soviet Russia and its Communist international organization intends to do in the immediate future, or what are the limits, if any, to their expansive and proselytizing tendencies. (...)

The Communist parties, which were very small in all these Eastern States of Europe, have been raised to pre-eminence and power far beyond their numbers and are seeking everywhere to obtain totalitarian control. Police governments are prevailing in nearly every case, and so far, except in Czechoslovakia, there is no true democracy.”

CHURCHILL Winston Churchill “The Sinews of Peace” no Colégio Wetminster a 5 Março de 1946

O verdadeiro antagonismo estava na ideologia. A Europa, procurava aproximar-se a passos largos dos Estados Unidos, e a Rússia, fazer crescer o império do oriente. Retaliações de parte a parte, bloqueios ao abastecimento de Berlim ocidental, pontes aéreas por parte dos Estados Unidos, enfim... para as contas entra o fim do diálogo, terminando a tão auspiciosa bipolarização da ordem mundial. Nasce o muro de Berlim. Nasce a Guerra Fria.

Daqui em diante entramos noutro capítulo da história mundial. Do início da Guerra Fria à dissolução a União Soviética há toda uma narrativa que exigiria - e com legitimidade - um capítulo só para si. Contudo, parece-me que a sua pertinência, ao que a este caso diz respeito, não exige grande explanação por agora, mas vai tendo as suas referências um pouco por toda a discussão. Continuemos.

Em 2016 a Ucrânia enfrenta ainda problemas a várias dimensões: elites corruptas, uma economia em falência e a hostilidade russa nas suas fronteiras este. Para um melhor entendimento do processo de desenvolvimento da complexa identidade ucraniana, são necessários paralelismos com a história.

A Ucrânia pode ser comparada com muitos outros ex-estados comunistas que ainda hoje em dia estão divididos entre a típica mentalidade soviética e uma linha de raciocínio mais moderna e

liberal. Contudo, apenas neste aspeto encontra pontos de comunhão, porque do ponto de vista geográfico, assume particularidades evidentes. A sua posição fronteiriça com a Rússia, funciona no fundo como uma charneira natural, que do ponto de vista geopolítico assume grande importância tanto para o ocidente como para o oriente. Assim sendo, podemos assumir que a dimensão geopolítica sempre foi extremamente importante para a definição da identidade nacional ucraniana. Ainda assim e apesar das influências exteriores terem a devida responsabilidade no cenário de crise, ainda não são tão decisivas quanto as políticas domésticas e reformas que o país têm vivido desde o *Euromaidan*.

O envolvimento russo na Ucrânia de hoje tem sido, no mínimo, algo contraditório. Hoje, é difícil não assumir a naturalidade dos eventos que são reflexo da vontade dos ucranianos em se afastarem do paternalismo e influência russa, que sob o governo de Putin tem assumido cores neo-imperialistas e autoritários. Afinal de contas, a Rússia tem apoiado os movimentos pró-russos ucranianos consequentes do governo de Yanukovich, servindo inclusivamente de alavanca para os grupos que tradicionalmente são associados ao crime organizado no país (KUZIO, 2014, pág. 195 a 210). Contudo, os danos e consequências maiores vieram com a crise de 2014 e com os efeitos nefastos para a economia, desenvolvimento político e no clima de guerra civil testemunhado nas regiões a Este. Ainda assim, a crise acabou no fundo por contribuir para que as antigas incertezas relativas à divisão identitária entre pró-ocidentais e pró-russos se dissipassem: no fundo, essa é desde há muitos anos a verdadeira causa para os bloqueios ao desenvolvimento democrático no território.

“His (Putin) allegedly pragmatic and realist actions in Ukraine have only served to forge a stronger, more unified, and more pro-Western identity among Ukrainians. They have guaranteed that Ukraine will never join his most prized project, the planned Eurasian Economic Union, and have instead pushed the country toward the EU. Meanwhile, Belarus and Kazakhstan have turned into nervous, less enthusiastic partners in the Eurasian Economic Union. At the same time, Putin has strengthened NATO, weakened the Russian economy, and undermined Moscow’s international reputation as a champion of sovereignty and noninterference.”³¹

Muito tem sido dito sobre a forma como o ocidente falhou na prevenção da crise ucraniana, desaguando na anexação da Crimeia. A União Europeia é constantemente criticada pela ingenuidade com que encarou as intenções russas e por não ter sabido ler aquela que era uma estratégia para proteger aquele pedaço de território, indispensável e de enorme importância do ponto de vista geopolítico. Contudo, nada faria prever que exatamente a meio dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014, organizados pela Rússia, Putin teria coragem para arriscar num movimento de tamanha hostilidade: segundo BILDT (2015), isso só comprova o tremendo estratega que Putin é. Contudo, sendo-o ou não, o importante salientar é o facto da Rússia neste ponto estar em muito melhores

³¹ MCFAUL, Michael; SESTANOVICH, Stephen; MEARSHEIMER, John J., *“Faulty Powers: Who started the Ukraine crisis?”*, Foreign Affairs, Novembro 2014

condições do que a União Europeia para intervir ou pelo menos reagir: enquanto no primeiro o poder de decisão está circunscrito apenas a um pequeno grupo de pessoas, capazes de implementar qualquer solução por mais radical que seja e sem qualquer tipo de burocracia ou discussão parlamentar, a UE não tem condições tanta capacidade reativa. Mais uma vez se somos confrontados com as fragilidades e falta de força da União.

Por enquanto, a Europa ainda procura perceber as possibilidades - que se manifestam quase nulas - de uma ocidentalização russa - apesar dos períodos em que isso pareceu possível. Como MCFAUL (2014), antigo embaixador da Rússia nos Estados Unidos disse, houve tempos em que a Rússia cooperou de perto com a NATO, não agindo de todo como uma ameaça e muito menos como um inimigo. Este argumento ganhou maior eco, depois do estreito apoio assumido pela Rússia nos eventos que sucederam o 9/11 com a operação militar no Afeganistão. Assim sendo, pelo menos durante algum tempo, nunca houve a sensação de que um confronto deste género pudesse tomar forma e lugar. Nesse sentido, muitos especialistas dizem que esta conversão anti-Occidente estará relacionada pelas fragilidades internas do próprio regime russo e que aos poucos foram sendo tornadas públicas. O medo do seu próprio declínio fez assim com que o líder russo fechasse as suas portas àquele que parecia ser um possível entendimento entre as partes. Hoje não parece iminente, nem sequer possível, que qualquer tipo de acordo venha a ser genuinamente construído entre estes e a União Europeia, pelo menos no que se refere à resolução da crise ucraniana. No fundo e paralelamente ao que aconteceu no caso da Geórgia e da Moldávia, Putin estará mais inclinado para continuar a apoiar estes setores separatistas do que a trabalhar a favor da estabilização da situação na Ucrânia.

3.1.2 O “clash” de 2014

Conforme referido, o primeiro sinal de instabilidade social e política na Ucrânia, no que a este conflito diz respeito, surge entre 2004 e 2005. Depois das primeiras eleições, que levaram Yanukovytych ao poder, terem sido censuradas pelos observadores internacionais por anormalidades processuais, a oposição, liderada por Yushchenko (pró-ocidental) e pela sua falange de apoio – do qual fazia parte todo o ocidente –, pressionou de tal forma os tribunais (naquela que é conhecida como a Revolução Laranja) que os resultados se inverteriam a seu favor, numa segunda votação no fim de dezembro de 2004: mergulhava-se assim, num clima crispado e nebuloso entre Ucrânia e Rússia. Consequentemente, este deslocamento drástico a Ocidente era o espelho das pretensões do governo recém-eleito face à União Europeia. A Rússia sentiu a sua integridade abalada e a retaliação não se deixou tardar: Putin corta o fornecimento de gás à Ucrânia e começam as tensões sobre o território anexado da Crimeia.

A Crimeia é um elemento fundamental neste laboratório estratégico de operações. Para a Rússia representa o seu acesso ao Mar Negro, além da sua base naval de Sevastopol aó se encontrar. Contudo, esta fazia parte do Império Russo desde 1753 e, por mais irónico que possa soar, compõe o território ucraniano apenas desde 1953, quando Nikita Khrushchov, a oferece como símbolo de boa vontade e cooperação. Segundo MEARSHEIMER (2014), “as ações de Putin são

fáceis de compreender”. Nenhum líder russo toleraria uma aliança militar, que fizesse com que uma histórica inimiga da nação pudesse ter uma presença militar no território ucraniano. O autor, continua o seu excursus reforçando que da mesma forma nunca “um líder russo iria permitir que um governo ocidental tivesse intervenção direta na instalação de um governo pró-ocidente na Ucrânia” garantindo a possibilidade de o assimilar e afiliar ideologicamente. “Washington pode não gostar da posição de Moscovo, mas deve entender a lógica por trás dela”. Na prática, isto é a geopolítica a acontecer na sua forma mais básica. Veja-se MEARSHEIMER: *“grandes potências serão sempre sensíveis e estarão sempre em constante sobressalto quanto a potenciais ameaças perto do seu território. Ao fim ao cabo, os EUA não tolerariam que grandes potências que hoje estão a grandes distâncias depositassem as suas tropas no hemisfério Oeste, muito menos nas suas fronteiras. Imagine-se o escândalo que seria se a China promove-se uma impressionante aliança militar que tentasse incluir o México e o Canadá, para que fosse possível utiliza-los como base. Lógicas à parte, os líderes Russos fizeram saber à NATO que a sua expansão para os territórios da Ucrânia e da Geórgia seriam inaceitáveis, coisa que ficou bem claro com a guerra na Geórgia de 2008.”*

Ainda assim, no que se refere à crise de 2014, as opiniões dividem-se. De um lado aqueles que como MEARSHEIMER (2014) continuam a atribuir ao ocidente a responsabilidade sobre os principais argumentos fraturantes: o alargamento da NATO, a expansão da UE e a promoção da democracia ocidental. Do outro, aqueles que lembram que a posição da Rússia é uma clara violação do *Memorandum* de Budapeste de 1994³² e o seu eventual sucesso sinónimo também ele do sucesso de um sistema de contornos imperialistas. Assim sendo, a discussão que se segue pretende dissecar os eventos de 2014, focando-se nos mais próximos à data, mas provando a inoperabilidade de instituições como a União Europeia. Isto é, os eventos de 2004/2005 que deveriam ter sido trabalhados de acordo com a vontade do povo, não encerraram as hostilidades mesmo após quase 10 anos de intervalo. Vejamos.

Em 2013 a Rússia já tinha a certeza de que as revoluções das cores na Eurásia tinham tido a colaboração estreita das entidades do ocidente, na tentativa de levar regimes pró-democráticos e pro-ocidentais ao poder. Contudo, os protestos do *Euromaidan* no final desse mesmo ano tornaram-se motivo de preocupação maior para as elites russas que já tinham negociado com Yanukovytych, o fim das negociações do acordo de associação com a União Soviética em favor de uma união construída pelos russos, que incluíam os próprios, o Cazaquistão, a Bielorrússia, a Arménia e o Quirguistão. Mais uma vez, e em reflexo do sucedido em 2004, a Rússia procurava aproximar-se das entidades políticas, negociando com estes sem ouvir a opinião das gentes locais. Em consequência, quando Yanukovych e o primeiro-ministro Nikolai Azarov anunciaram a assinatura desse acordo de associação, Kiev respondeu na mesma maneira que em 2004, mas desta vez com uma escala de violência muito maior. O vulcão entrou em erupção. Confrontos violentos, tiros, sangue e mortos. Yanukovytych, que já nessa altura não gozava de grande popularidade entre a população, acabou por sair pela porta dos fundos depois de falhar as negociações com os protestantes. No fim, com a

³² 5 de Dezembro de 1994: oferece garantias de segurança pelos seus signatários, com a adesão da Ucrânia ao Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares.

assistência que se esperava dos serviços de segurança russos, fugiu do país e refugiou-se na Rússia. Em resposta, enquanto a Ucrânia ainda tentava recuperar destas alterações drásticas e reconfigurar o seu sistema e estrutura governamental, soldados russos invadiam e tomavam conta da Crimeia em fevereiro de 2014. Os eventos sucedem-se e tornam-se mais complexos: no mês imediatamente seguinte, deu-se lugar a um referendo sobre a possibilidade da Crimeia se juntar à Federação Russa, tendo isso visto a sua aprovação com 96,7%. As variações ideológicas eram evidentes mas difíceis de mensurar. De um lado, um número que garantia a total e absoluta vontade das pessoas daquela região, por outro, aqueles que defendem que o resultado se deveu em muito face ao número de soldados russos estacionados na Crimeia durante a votação³³.

Mas não se ficou por aqui. Enquanto a comunidade internacional recuperava do choque deste movimento que violava claramente as leis internacionais, a Rússia agravava a sequência de eventos fazendo outro raide sobre o Este ucraniano. Em resultado, a emergência das Republicas de Donetsk e Luhansk em maio de 2014. Estas, apesar de emergentes, carecem ainda hoje, como careciam à data, de todos os instrumentos e instituições de governo necessárias para assumir uma autonomia. Mas ela não existe. Sem o apoio e suporte da Rússia, qualquer uma das duas não terá sustentabilidade a médio prazo.

Em julho de 2014, o avião comercial da Malaysia Airlines foi abatido quando sobrevoava exatamente a região de Donetsk. Hoje, sabe-se que essa tragédia teve origem num míssil russo e ainda se aguardam as consequências da resposta ocidental. No seguimento da catástrofe que tirou a vida a 398 pessoas, a União Europeia, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Alemanha e França intervieram nas negociações de cessar-fogo. Pelo meio, os embargos ao mercado russo. Hoje, em 2016, somos testemunhas de apenas dois acordos de cessar-fogo (Minsk I e Minsk II), assinados em setembro de 2014 e fevereiro de 2015, sendo que o segundo, e ainda em atividade, surge apenas porque o primeiro foi imediatamente violado pelas tropas separatistas e as suas manifestações militares no terreno. Hoje, em 2016, testemunha-se ainda alguma incerteza no que se refere ao desfecho desta crise: a Europa demonstra-se mais uma vez perdida, sobre alçada de uma União Europeia incapaz e sem medidas políticas fortes a nível social.

A globalização torna quase impossível circunscrever as consequências de um conflito deste género ao território que lhe diz respeito, nem mensurar a real extensão das mesmas. Tudo toma uma amplitude maior e mais imediata. Os interesses dos poderosos pautam-se pelos interesses económicos sem cuidado pelos estados pequenos como é o caso de Portugal. Exemplo disso mesmo são os prejuízos que Portugal teve na agricultura com o embargo à Rússia. A Pêra-rocha encontra na Rússia um dos maiores mercados de exportação, tendo sofrido uma desvalorização tremenda: desde agosto de 2014, sofreu uma queda de mais de 40% e ainda procura reequilibrar-se.

Com estes embargos e bloqueios a ocidente, a Rússia virou-se também ela a oriente: China. Apesar do mercado europeu continuar a ser o mais influente na economia russa, Putin conseguiu um

³³ Esta é uma teoria defendida por Ilya Somin no seu artigo no *The Washington Post* em Maio de 2014 "Russian government agency reveals fraudulent nature of the Crimean referendum results".

acordo histórico entre a Gazprom e os chineses da CNPC que envolve o fornecimento de gás no valor de 400 mil milhões de dólares. Esta, e apesar de todas as limitações e contrariedades que a União Europeia e estados membros lhe impuseram com sucesso, tem de ser vista como uma vitória política: uma eventual transladação da sua dependência económica a oriente retiraria à União Europeia argumentos de bandeira. Nesse sentido, o contacto promovido por Durão Barroso entre a UE e a Rússia na sequência desse acordo é o espelho desse medo. Barroso procurou garantir que o mesmo não significava o corte do fluxo de gás na Ucrânia como Putin anteriormente o fez e voltou a insinuar.

"Ukraine was not a foreign policy priority for the U.S. president, who was heavily preoccupied with wars and revolutions in the Middle East, Iran's nuclear program, the U.S. military withdrawal from Afghanistan, America's relations with China, and developments in East Asia. (...) Russia's Ukraine policy, which until then had been publicly low-key and heavily focused on top-level interaction with the Ukrainian president, immediately went into high gear. Defense and maneuvering stopped, to be replaced by a counteroffensive." ³⁴

3.1.3 Crise identitária numa Ucrânia em construção

Uma das mais proeminentes características da Ucrânia sempre foi o seu regionalismo ou a sua divisão regional, utilizada pelos analistas políticos para descrever as diferenças nas preferências de votos nas mais variadas zonas da Ucrânia. Este regionalismo ou divisão, representa os dois maiores grupos da população, com duas perspetivas políticas completamente diferentes: de um lado os pró-ocidente, do outro, os pró-russos.

De muitas formas esta divisão é uma triste herança deixada pela sequência de eventos que são pilares na história da região. Entre a consolidação e o desenvolvimento da União Soviética até ao seu declínio e dissolução, o ambiente na Ucrânia e em qualquer outro estado soviético, variava entre duras repressões políticas e a descaracterização e condicionamento das diferentes expressões culturais e étnicas locais (KUZIO, 2013, pág., 27 a 46). Neste sentido, as políticas nacionalistas soviéticas sempre promoveram a assimilação e aculturação de todas as nações eslavas da Ucrânia e Bielorrússia, em favor do regresso e consolidação de uma grande pátria: a Mãe Rússia (KUZIO, 2014) - aquela que TRENIN (2012, pág., 304) hoje diz pode estar perdida. Consequentemente, os tradicionalismos soviéticos naturais da sua história continuam a ser elementos de influência no país, mas ao mesmo tempo fomentaram – à boleia da globalização e do liberalismo - sentimentos e ambições de maior autonomia nacional.

Este contraditório legado imperialista é um dos principais responsáveis pela divisão entre pró-russos da Ucrânia Este e central e os pró-independentes da Ucrânia Oeste, tornando-se particularmente popular durante as eleições presidenciais de 2004. Este período antecedeu a

³⁴TRENIN, Dmitri. *The Ukraine crisis and the resumption of great-power rivalry*. Instituto Carnegie em Moscovo, Julho 2014

Revolução Laranja, muitas vezes descrita como o confronto entre o lado “azul”, das zonas de Este e da Crimeia (apoiantes de Yanukovych) e o lado “laranja” de Kiev e da parte Oeste do país (apoiantes de Yushchenko). Em suma, este primeiro “*clash*” é visto como o primeiro capítulo do derradeiro de 2014. Contudo, uma divisão simplicista entre Este e Oeste é muitas vezes criticada por isso mesmo. Segundo BARRINGTON e HERRON (2004, pág. 53 a 86), tendo em conta a complexidade da sociedade ucraniana, a divisão deve ser mais detalhada. Para isso, definem um modelo de oito regiões que quebra os tradicionalismos e divide o país em unidades muito mais pequenas. O argumento é que há diferenças comportamentais significativas, advindas de uma história, economia e demografia diferentes, que não são explicadas na teoria da divisão bilateral. Esta perspetiva, mais detalhada, já encontrou até eco durante o desenrolar da crise e dos confrontos, quando os separatistas russos não conseguiram ganhar apoio em cidades como Kharkiv, tradicionalmente definidas como de Este. Apesar disso e olhando detalhadamente para este modelo, há alguns pontos claramente incongruentes, pois a divisão de oito separa Sevastopol da Crimeia, apesar da definida tendência política e ideologia sentida em toda esta última (BARRINGTON e FARANDA, 2009, pág. 232 a 256).

Assim sendo, torna-se demasiado óbvio que esta divisão identitária ucraniana é um obstáculo para uma transição democrática pós-soviética de sucesso. O conflito entre identidades implica não só a competição entre o quadro cultural e social decorrente da história, mas também sobre preferências políticas, valores, liberdades e escolhas naturais espalhadas pelo mundo nos diferentes regimes democráticos. Suportado pelas várias posições científicas, percebe-se que a resolução para esta situação não estará para breve. GABER (2006, pág. 35 a 69), no seu estudo sobre a consolidação das identidades nacionais e democráticas na Europa Central e Este, considera que a distância entre pró-Rússia e pró-Ucrânia, em termos emocionais e políticos, é profundíssima. Só assim se justificam os muitos cepticismos inerentes a esta situação. Serão muitas as dificuldades no caminho face a uma consolidação identitária e ao seu desenvolvimento democrático. Aliás, KUZIO (2014) diz que o distanciamento é ainda maior porque estas lealdades ou nostalgias soviéticas têm o apoio dos partidos mais corruptos das várias regiões do país. A ser verdade, é muito mais perigoso do que a existência das próprias organizações nacionalistas de extrema-direita como é de exemplo o “Svoboda” – estes, apesar de violentos, não ganharam nenhum lugar para deputados nas últimas eleições parlamentares de outubro de 2014.

3.1.4 O caminho

A Ucrânia procura estabilizar-se. O primeiro passo está dado e o atual governo de Petro Poroshenko já publicitou a intenção de se aproximar e reconstruir o diálogo com a União Europeia. Por seu lado, os Estados Unidos já disponibilizaram também um novo pacote de apoio e assistência à Ucrânia para a ajudar na constituição de uma nova reforma política e económica³⁵. A aproximação a

³⁵Assistência económica: Os Estados Unidos já assinaram um acordo de empréstimo de 1 bilhão de dólares para ajudar a Ucrânia a cumprir os seus compromissos financeiros e proteger a vulnerabilidade do impacto económico

ocidente é necessária e inevitável. Contudo e para que as negociações sejam possíveis, parece-me necessário que a União Europeia reconheça a Crimeia como território russo. A sua história é real, e os resultados do referendo também – legitimidades à parte, 97% são 97%. Por outro lado, há outras preocupações que a UE deve assumir. A aproximação da Ucrânia ao ocidente e à assinatura de qualquer acordo que a leve aos quadros da união é também sinónima de uma aproximação militar das forças aliadas às fronteiras russas. Algo que a surgir, me parece poder agravar o registo das tensões. Havendo ou não intencionalidade militar ou um qualquer outro tipo de estratégia nas movimentações da UE e da NATO, há que saber respeitar as inseguranças de qualquer um dos estados da ordem internacional. Aliás, uma das premissas para a sustentabilidade e boa convivência entre entidades é o respeito pelas suas vontades...e pelos seus medos.

Enfim, as cedências devem surgir ao mesmo ritmo que as garantias de parte a parte. Só assim se poderá almejar a um desfecho efetivo tanto da crise como do conflito. O que não pode acontecer, é que mais 10 anos passem e por outro qualquer motivo, voltemos a debater sobre um evento semelhante no território.

Guerras e conflitos são o que são. Sob comando de uma entidade ou entidades, motivadas por interesses politicamente corretos, aparentemente plenos de legitimidade e moral, surgem em nome de um ou vários países – esta é a bandeira em haste de anos e séculos de confrontos. Mas não é a minha. É, apenas e só, uma maquilhagem burlesca dos atores nos bastidores dos conflitos, intratável e nociva, sem uma prospecção genuinamente interessada na resolução das antagonias e na estabilidade do mundo.

No fundo, o ego dos homens. Um produto de tal maneira volátil, que ousa pisar terrenos que ameaçam a própria existência. O ego. A origem dos 7 pecados, a fonte e alimento, a arma e armadura, o refúgio dos fracos mas opulentos. Este caso na Ucrânia não foge à regra. Os elementos de segurança de um acordo ou tratado são assentes em palavras. Em confiança. Em confiança naqueles, que como eles próprios, não sabem identificar a verdade. O que pretende realmente a NATO com o alargamento a este e a aproximação à fronteira russa? Quais as intenções de Putin nestes movimentos anti-União Europeia?

A Rússia tem realmente um passado dúbio, pleno de nuvens negras e é intransigente nas exigências, tentando à força recolocar-se enquanto um dos motores na esfera de influências do mundo. E a Ucrânia, como em 2008 na Geórgia, é o reflexo de intenções e capacidades da mesma. Apesar da legitimidade histórica e geográfica pelo menos no que toca à integração da Crimeia, tem que se censurar, de parte a parte, o descaramento pelo busílis da questão: a reestruturação política e económica e acima de tudo a vida e futuro dos ucranianos. Mas há egos. E o de Putin também o é grande. Um estado de espírito sensível e pouco disponível para negociações. Hoje, censurado pela comunicação social e opinião pública no ocidente, expulso do G-8, e a lidar com as consequências

das sanções e restrições no mercado de importação e exportação impostos pelos E.U.A. e aliados, Putin pode-se tornar numa séria ameaça que o ocidente e o mundo teimam em ignorar.

*"Russia is once again isolating itself from the International Community"*³⁶

No fundo é fácil desprendermo-nos do fio condutor. A Ucrânia é apenas o *battleground* de um problema muito maior. O próprio título do artigo de Trenin (2014) o assume: "*A crise ucraniana e o recomeço da rivalidade entre grandes potências*". É um conflito muito maior que as suas fronteiras. Expansivo, agressivo, que não se extingue, mas adormece. No fundo, a Rússia precisa da Ucrânia como porta, e os Estados Unidos e aliados como cadeado. Enquanto isso o Pêndulo de Newton conserva o *momentum*. Sem oscilações, inalterado. A única forma de o cessar é com o recuo e cedência efetiva de uma das partes. Se aproximarmos um dos lados às esferas centrais e a aguentarmos firme, a esfera oposta acaba por se juntar. As cedências terão que acontecer. Seja ela uma transladação efetiva a Este ou, em última instância, a Oeste. E se finalmente a única preocupação for a Ucrânia e a sua sustentabilidade, com mais ou menos mérito e mais ou menos justiça, o Pêndulo cessa. No fundo a vida é isto, feita de cedências, respeitos e tolerâncias. Mas sem espaço para eventos que atentem à vida de uma única pessoa. Porque nesse caso, se até para aqueles que são críticos dos radicalismos e do terrorismo, o confronto militar e o derramamento sangue é a única solução, que homem e que humanidade estamos a criar?

3.2 Grécia – o espectro do sistema económico europeu.

3.2.1 Contextualização

O economicismo que caracteriza e influencia de sobremaneira as relações internacionais entre estados europeus e, em particular, a própria estrutura e sistema da União Europeia, é aquilo que durante todo o presente excuro, é tido como um dos principais responsáveis pela despersonalização e descaraterização da identidade europeia. Ainda assim, essa preponderante dimensão económica é também ela alvo das mais acirradas críticas, porque, numa União Europeia que na sua génese pretendia garantir a consolidação e boa saúde dos seus estados membros, é hoje vítima de distanciamentos e disparidades cataclísmicas entre si. A Grécia, em 2007-2008, mergulhada numa profunda crise económica, faz emergir todas essas fragilidades estruturais da União e do projeto euro. Vejamos.

A introdução do euro em 2001, de entre muitas coisas, surgia com a intenção de reduzir os custos associados ao comércio entre países da *eurozona*, permitindo a dinamização e aumento dos mesmos. Contudo, conforme se pôde depois testemunhar *in loco*, na prática veio apenas criar um maior distanciamento e hierarquização entre economias dos países periféricos europeus e os centrais (ex. Alemanha): como exemplo, os custos da mão-de-obra aumentaram exponencialmente e a crise foi-se agravando. No fundo isto deveu-se a um misto de conjunturas combinadas e que convergiram

³⁶OBAMA, Barak. Discurso na Casa Branca, Julho 2014 , disponível em www.whitehouse.gov

no início da crise económica europeia de 2006: os crescentes défices e a falta de investimento privado face à falta de confiança dos mercados nestas economias. (HALE, 2013). Segundo HALE (2013), o único motivo que faz com que esta derrapagem económica não termine numa saída radical da UE é exatamente porque os buracos financeiros são colmatados por empréstimos dos próprios membros, numa tentativa algo desesperada de segurar a credibilidade do sistema nos mercados internacionais. Contudo, e pelo meio, o défice das contas gregas aumentava.

O aumento do défice surge como consequência de uma fórmula muito simples. Se um país gasta mais do que o que ganha, cria uma *gap* prejudicial, apenas passível de se colmatar recorrendo a empréstimos internacionais. Em 2009, o seu défice foi de 13,6%, muito acima (4x) daquilo que é considerado aceitável pelas regras da zona euro. O resto é história e encontra reflexo em Portugal. Com uma dívida superior a 300 milhões de euros, precisava de um resgate que lhes permitisse respirar: ele veio, pelas mãos dos países dos estados membros e do FMI. No entanto, naturalmente, nem tudo são facilidades. A intervenção do FMI tem várias consequências. Primeiro, uma avaliação das contas públicas que considere a viabilidade e legitimidade de um empréstimo, depois, a imposição de várias restrições económicas conhecidas como medidas de austeridade. No fundo, esta austeridade é imposta como mecanismo de garantia do cumprimento dos pagamentos dos mesmos empréstimos, que apesar de serem vistos, em última instância, como uma bolha de oxigénio, acarretam juros altíssimos.

Se a situação não projetava qualquer tipo de imagem de confiança e segurança, pior ficou quando pelo meio se percebeu que a situação financeira grega era mais grave do que aquela postulada pelos seus governos. O verdadeiro valor da dívida só então foi conhecido³⁷.

Assim, Portugal entra agora como argumento para questionar a fiabilidade das contas gregas. Portugal, Irlanda e Grécia precisaram de resgates do Fundo Monetário Internacional. Contudo o problema intrínseco a estes empréstimos é se a sua devida aplicação, ainda que supervisionada pelo FMI, terá amplitude suficiente para dinamizar as economias e recuperar os próprios países. Portugal, não voltou até ao momento a precisar de uma versão 2.0 desse primeiro resgate. As medidas de austeridade foram, tudo indica, suficientes para o evitar e eventualmente recolocar o país na rota dos mercados internacionais e desafogar a economia nacional. Segundo consta, “os cofres estão cheios”³⁸. A Grécia, por sua vez, não. Até ao momento, são já dois resgates e a sua imagem agravada ao se tornar no primeiro país a não conseguir cumprir os prazos para pagamento de uma fração do empréstimo ao FMI. Pelo meio, aquilo que interessa ao presente excuro: movimentações políticas com a emergência de um partido de extrema-esquerda, o Siriza, liderado por Tsipras e que procurou desprender-se da indiscutível dependência do país à União Europeia, adotando políticas

³⁷ (ver mais em <http://www.economist.com/node/16009099>; <http://www.reuters.com/article/markets-bonds-spreads-idUSLDE61F0W720100216>; https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/current_issues/ci17-5.pdf e http://elpais.com/diario/2011/09/20/economia/1316469601_850215.html)

³⁸ Esta frase tem em conta as afirmações proferidas pela Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque, mas são questionadas um pouco por todos os especialistas na matéria. (Ver mais em <https://www.publico.pt/economia/noticia/afinal-os-cofres-estao-cheios-1690484>)

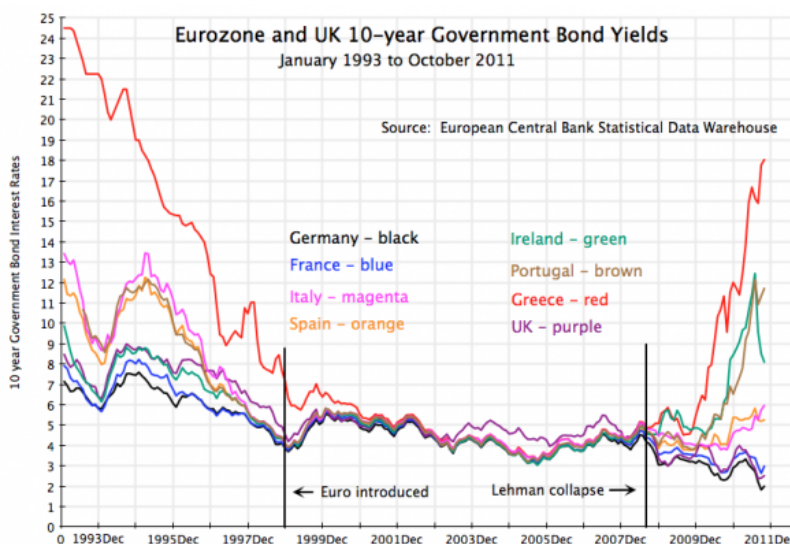
anti-austeridade. No fundo, procurava de início colocar-se ao lado das gentes de um país que desesperava por melhores condições e pelo fim de medidas de austeridade terrivelmente guilhotinantes. Contudo, isso não aconteceu. O Syriza não soube ser governo, ou pelo menos teve força para se impor às instituições europeias. No fundo, falhou (GUIMARÃES, 2015). A população continua destabilizada e a crise financeira não vê a luz ao fundo do túnel. Este, é o mais profundo reflexo da incapacidade do homem, face a uma democracia que o esvazia de força política, ou pelo menos uma de influência, enquanto cidadão normal, que não figura política. Em resultado, protestos e manifestações, muitos deles violentos e com algumas mortes.

3.2.2 Como se justifica a crise grega?

A crise social europeia na qual mergulhámos entre 2006 e 2007 foi mais severa do que se podia esperar. No fundo é uma combinação de fatores que ultrapassam a dimensão política e que acabam por descredibilizar toda a ideia de uma *United Europe*.

A escalada de eventos que a precederam e lhe deram continuidade levaram a uma instabilidade das instituições bancárias terrível e que afetou diretamente as economias nacionais mais pequenas. A fluidez com que os créditos viajavam entre governos e bancos desde a formação da União Europeia, exatamente com esse propósito, passou a ser não a solução, uma a causa do problema. No final de 2008, aquilo que tinha começado como uma crise, já se instituíra como uma profunda recessão, afetando tanto as económicas como os investidores: faltavam mecanismos de resposta e faltava ainda mais a confiança na recuperação económica. Enquanto as maiores economias viam as suas estatísticas de crescimento desacelerarem, as pequenas economias testemunhavam a sua queda livre. Este era o cenário no início da crise. Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia eram as economias mais frágeis.

O quadro abaixo, ilustra bem os três períodos que transcrevem a história da Europa nas últimas décadas: o período pré-euro, o durante e o pós-crise.



Fonte: <http://sdw.ecb.europa.eu/>

Entretanto entra o FMI. A União Europeia, o FMI e outras tantas instituições financeiras procuraram desdobrar-se em esforços para amenizar o impacto da crise. Em causa, estava a estabilidade de toda a estrutura e a falência de uma das partes poderia ser sinónima da falência do todo: o tão afamado efeito dominó³⁹.

Então como é que a Grécia se deixa afetar de forma tão proeminente? A resposta é simples: culpa própria e falta de regulação das instituições europeias (SFAKIANAKIS, 2013).

Quando esta se juntou à eurozona, os investidores dotaram-na, como a qualquer outro membro, da mesma confiança que a países como a Alemanha. Mas os países não são claramente os mesmos. A economia de uma Grécia de 11 milhões de habitantes não é a mesma de uma Alemanha e muito menor é ainda a sua flexibilidade económica. Consequentemente, de início, os investidores entusiasmados começaram a emprestar à Grécia com as mesmas taxas de juros que emprestavam aos outros. Estes facilitismos e o acesso rápido a uma onda de crédito desmesurada fizeram com que esta se endividasse de forma irreversível (SFAKIANAKIS, 2013). Então, quando mais se exigia, a Europa percebeu que qualquer união institucional ou entre os próprios Estados-membros da União Europeia não era tão forte e coesa como a dos mercados financeiros: instala-se a verdadeira crise.

O seu défice, relativamente a qualquer outro país da eurozona, escalou. Para piorar, a confiança dos mercados internacionais: ninguém pretendia financiar a Grécia com taxas de juro minimamente comportáveis, correndo o risco de não as ver pagas. Em 2015, o cenário era péssimo. Em 2016 não é melhor. Veja-se:

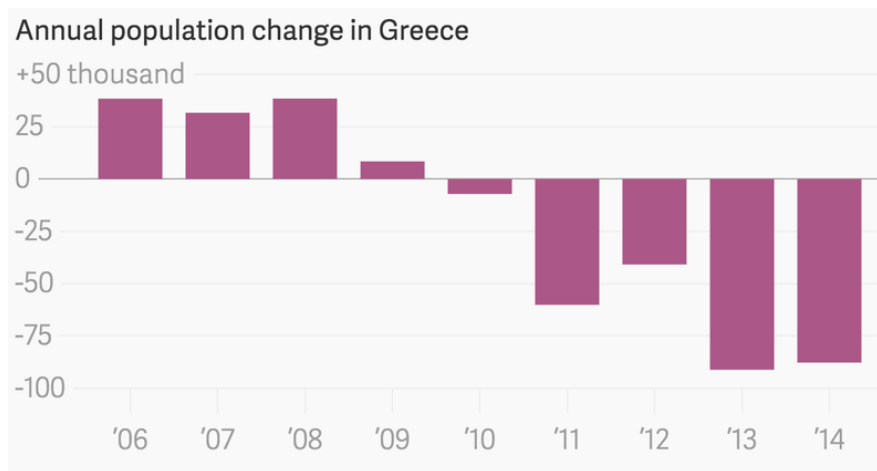


Fonte: <http://www.imf.org/external/country/GRC/index.htm>

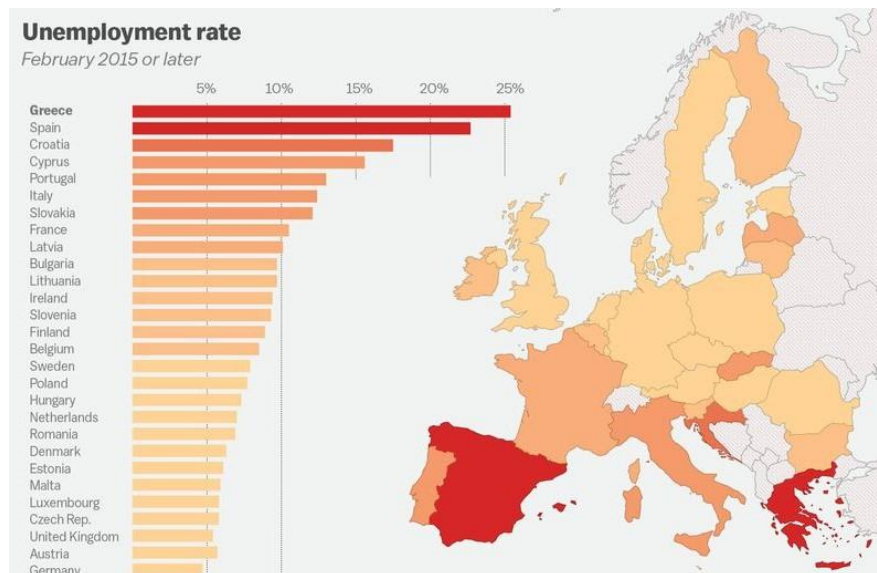
Assim sendo, o crescimento da década anterior a 2008 era uma mera ilusão. No fundo, a economia era sustentada por dinheiro que precisava ser devolvido e o seu crescimento durante esse período não revelou amplitude suficiente para suportar as taxas de juros pagas agora ao mesmo preço dos

³⁹ Ver mais em: <http://www.frbsf.org/economic-research/publications/economic-letter/2013/january/balance-payments-europe-periphery/>

grandes. Chegava então ao fim, a rápida expansão da economia grega. O crescimento real do PIB desacelerou em 2008 de 4,8% para 2%. O crescimento de capital caía 7,4%, quando comparado com a subida positiva de 4,6% de 2007. Todas as dimensões eram afetadas e a queda de cada uma das partes influenciava toda a unidade: a queda de 19,1% do investimento no setor da construção foi um dos maiores prejuízos para economia nesse ano. Tudo se complicou. A curva descendente acentuou-se porque o mercado de exportações e importações tombavam sobre si. A exportação de serviços decresceu de 9,2% para 4,1% no espaço de um ano⁴⁰. O descalabro era inevitável. 2009 foi pior, e os anos que lhe seguiram mantiveram a toada. Hoje, 2016, ainda sem um ciclo de recuperação definido, os números falam por si. O declínio económico é procedido de um declínio social. A taxa de desemprego cresce e os gregos mais jovens, emigram.



Fonte: *Eurostat*

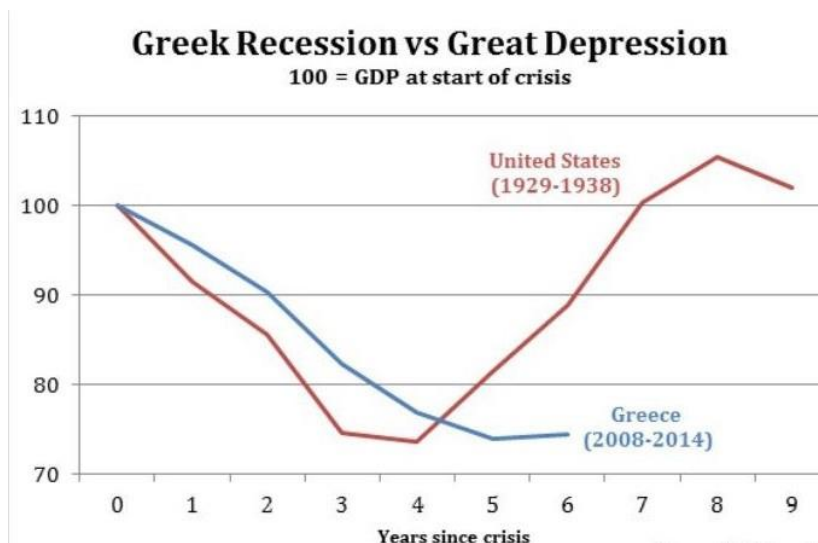


Fonte: <http://www.imf.org/external/country/GRC/index.htm>

⁴⁰ Para estes e outros dados estatísticos, consultar:

http://ec.europa.eu/economy_finance/economic_governance/sgp/pdf/20_scps/2009-10/01_programme/el_2010-01-15_sp_en.pdf

Por agora, a crise grega representa a falência quase integral de todos os pressupostos associados à União Europeia. A crise, incomensurável, é inclusivamente comparada à grande depressão económica americana dos anos 30 e dita pior (SFAKIANAKIS, 2013) ⁴¹.



Fonte: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Consolidated_supply_use_and_input-output_tables&oldid=292144

3.2.3 Syriza

O resultado de uma crise económica é quase sempre sinónima do início de muitas outras. Crise social, política enfim. Com o capitalismo, a economia passou a afetar diretamente todas as outras dimensões afetadas ao homem. A Grécia é exemplo disso mesmo.

Com o início da crise em 2008, muito foi questionado. As crises sociais pareciam exigir uma solução radical. As constantes manifestações contra a austeridade subiam de tom e intensidade. O Syriza, partido de extrema-esquerda parecia ser a resposta.

Desde a sua formação em 2004, foi testemunha de um crescimento transcrito no número de eleitores nas urnas. A crise e o povo esfomeado por uma voz forte que lhes desse prolongamento foi a estocada final: em janeiro de 2015 subia ao poder e Tsipras era empossado pelo presidente Karolos Papoulias para assumir um governo de coligação entre o Syriza e o partido Gregos Independentes. Também aí, um dos maiores atores da luta entre União Europeia e Grécia tomou posse. De seu nome Yanis Varoufakis, responsável pela pasta das finanças.

A partir do momento em que o partido subiu ao poder, foram estipuladas três prioridades imediatas: combater a crise social e humanitária no seu território, recuperar a economia com reformas

⁴¹ Ver mais em: <http://www.frbsf.org/economic-research/publications/economic-letter/2013/january/balance-payments-europe-periphery/>

estruturais e renegociar a dívida. É exatamente sobre esta última que Varoufakis vai passar a ter um papel digno de um personagem de Hollywood. A sua personalidade parecia responder de forma estreita àquilo que os gregos pediam. Mão forte.

Varoufakis defende que a Europa se está a desintegrar. O conceito de Europa Unida e a própria União Europeia são obsoletos: esta Europa, segundo o próprio, está a “criar monstros”⁴². A Grécia do Syriza, com as suas intransigências face aos resgates e ao modelo de pagamento das dívidas, só o veio confirmar. Contudo, a renegociação da dívida e a falha nos cumprimentos intrínsecos aos resgates financeiros veio trazer o medo desta desintegração. Maior argumento para esta afirmação era impossível: em 2016 somos testemunhas de um afastamento concreto – o BREXIT.

O Syriza, partido de extrema-esquerda, surgiu (supunha-se) como prolongamento do sentimento do povo grego. No fundo, o reflexo da opinião pública europeia. O modelo económico europeu exige demais àqueles que são os últimos responsáveis pelas crises financeiras: os seus cidadãos. Contudo, a vitória eleitoral de janeiro de 2015 não é sinónima de estabilidade ou de um caminho mais sustentável para tal. Reflexo disso mesmo, é a renúncia de Tsipras ao cargo e a convocação de novas eleições, que mais tarde voltaria a ganhar. Mais uma vez, também isto não foi sinónimo de melhores ventos.

O que se vê acontecer na Grécia é um pouco reflexo do mundo. Crises financeiras, que dão lugar a crises sociais, que dão lugar a oscilações políticas e ao desenho de novos caminhos por meio de escolhas nas eleições, mas que no seu fim acabam por ceder face às instituições capitalistas europeias. Vejamos. O Syriza surge, conforme dito, como prolongamento da vontade dos gregos. Precisavam de um governo que se impusesse contra as medidas de austeridade impostas pelo FMI. No seu início, enquanto oposição, Tsipras e o seu Syriza manifestavam-se paralelos a essas vontades. Hoje no governo, isso já não se verifica. Uma vez goradas as negociações face à renegociação da dívida, muitas são as incoerências apontadas a estes tendo em conta as políticas que postulavam enquanto oposição. A excessiva privatização como resposta à crise, que tanto criticavam antes de formar governo é hoje uma verdade. Do setor da água aos comboios, muitos são os pontos em que emergem incongruências. Como reflexo, as manifestações públicas anti-governo são hoje e mais uma vez, uma realidade. Em sua defesa, o governo argumenta que foi forçado a adotar medidas extraordinárias, muitas delas sobre questões caras ao partido (GUIMARÃES, 2016): cortes nas pensões dos reformados; a privatização do setor da água e dos comboios e a aproximação ou não entre igreja e Estado.

É possível que este governo possa ter sido muitas vezes tentado a abandonar o euro. A verdade é que com o passar do tempo o processo cresceu no sentido contrário. As intransigências deram lugar a cedências e já não dão voz às insatisfações do povo grego. Verdade que o abandono, a acontecer, provocaria roturas nos mercados que acabariam por causar ainda maior medo nos

⁴² Ver mais em <http://www.cnn.com/2016/09/27/europe-risks-disintegrating-at-great-human-cost-greeces-varoufakis-says.html>

investidores e a União Europeia já provou que não está disposta a deixá-lo acontecer independentemente das medidas necessárias. No fundo, prova-se que a autonomia grega, com Syriza ou sem Syriza, está ainda subjugada à dependência económica europeia.

3.2.4 Falência democrática dos pais da Democracia

Apesar deste discurso parecer imputar responsabilidades apenas às instituições europeias que apregoam a união, descurando qualquer tipo de culpa grega, não é verdade. Os governos gregos têm a maior parte da responsabilidade sobre o caos a que deixaram chegar as suas finanças pela mão da ganância e da leviandade com que encararam o liberalismo dos mercados. Contudo, há um elemento neste sistema que não tem, de todo, culpa no desenrolar dos eventos. O cidadão. O cidadão grego, o português, o espanhol ou qualquer outro. Independentemente das oscilações económicas ou políticas, mais uma vez se transcreve a inépcia involuntária dos europeus. Os gregos, nem com a ida às urnas, nem na forma de manifestações, têm sabido dar seguimento às suas vontades. Aqueles que são filhos e herdeiros da linhagem dos pensadores que criaram a Democracia são hoje vítimas face à sua ineficácia. Quando a escolha de uma figura não é sinónima da aplicação das ideias das gentes que o elegem, que tipo de Democracia é esta que hoje teimamos em defender?

Em última instância os gregos podem apenas agarrar-se à esperança. Com 35% dos seus em risco de pobreza, podem apenas esperar que o regresso de D.Sebastião aconteça para breve. Entretanto, se o Syriza desapertar o cinto consequente das restrições impostas à população, pode ser que a incerteza política dê lugar ao fortalecimento da economia. O que é importante (NADEAU, 2015) é que as políticas económicas sejam paralelas às necessidades sociais; que a reestruturação se dê de dentro para fora e que se dinamizem as economias internas. O prazo está a acabar e se a Grécia não for capaz de agir, com reformas que criem condições para dinamizar a economia, a saída do euro pode mesmo vir a ser uma realidade. E aí, a União Europeia será implacável.

3.3 Síria – uma guerra civil à escala mundial

3.3.1 Contextualização

O problema dos refugiados sírios não começa – nem acaba –, apenas, no emergente avolumar de ataques terroristas. A guerra na Síria não é, apenas, uma guerra anti-terrorista. O problema é muito maior e mais complexo e a opinião pública está mal informada. Em todo o caso, nenhuma das perguntas anteriores se nega a ela própria: os sírios residentes vivem sim sobre constante ameaça terrorista. Mas vejamos.

Esta é uma guerra complicada de contornos pouco claros. Independentemente dos motivos ou razões que possam justificar ou explicar o seu surgimento, o que se sabe é os números que interessam são os das vítimas, que mortais ou não, aumentam numa cadência diabólica.

A Síria é um país pequeno mas com uma população enorme. São 22,5 milhões de habitantes que se adensam entre as fronteiras com a Turquia, Iraque, Jordânia, Israel e com o Líbano. Fronteiras essas que nos contam histórias de outras guerras e quezílias. Contudo, vamos-nos cingir ao que importa. A guerra civil síria começou como um conflito entre o governo vigente e os protestantes que pediam - e continuam - a sua saída. O governo, assumido pela família Assad desde 1971 e correntemente liderado por Bashar al-Assad é, entre muitas outras críticas internas que lhe são feitas, feito de uma devoção religiosa menos fervorosa que grande parte da sua população. Este modelo, menos extremista do ponto de vista religioso é conhecido como alauita.

Os alauitas são um grupo étnico-religioso que constituem apenas 15% da população total síria, o que não abona em favor da estabilidade e da consensualidade, num país em que a religião é a dimensão social de maior preponderância⁴³. Os sunitas, que representam a quase totalidade dos sírios, perto de 75% da população, são hoje as principais vozes da oposição.

O problema é o seguinte. Os Alauitas foram durante muitos séculos marginalizados e assumidos pela grande maioria dos islâmicos como hereges. Para evitar perseguições, estes fugiram para as montanhas do Líbano, da Turquia e da Síria, longe do raio de influência sunita. Contudo, em 1963, Hafez Assad, pai do atual presidente e alauita reconhecido, chegou ao poder do país. A partir daí, a aproximação e defesa dos direitos destes passaram a surgir com naturalidade por um lado, mas motivo de uma crescente revolta por outro (SOTLOFF, 2012). Segundo SOTLOFF (2012), a agravar a situação estava o impasse ideológico do governo. Por um lado, representava a minoria alauita do país, opondo-se à grande parte da restante da população, por outro, não a promovia da forma fervorosa que os seus membros consideravam necessária. Ou seja, uma instabilidade estrutural ideológica que encontrava oposição tanto interna como externa. O pretexto certo para que quando a hora certa chegasse, o conflito tomasse forma: e ele chegou.

Apesar do conflito na sua génese não ser manifestamente religioso, mas sim político, ou sendo essa a imagem que se pretende passar, ele acaba por se consolidar como tal. Segundo SHANAHAN (2013)⁴⁴, membro interino do Instituto de Lowy pela Política Internacional e antigo enviado da paz na Síria, o povo não protestava contra o radicalismo religioso do governo, porque no fundo não existia, mas sim contra a falta de aplicação e efetividade das prometidas reformas políticas e económicas que iriam dinamizar o país. Bashar al-Assad, que assumiu o lugar do pai depois da sua morte, teria sobre si a responsabilidade de catapultar a realidade económica, política e social do país, coisa que até agora não soube justificar.

Nesse sentido e com o avolumar das hostilidades, apenas se aguardava pelo local e horas certas para implodir e dar forma ao conflito. Segundo SHANAHAN, há até uma data para isso: 6 de março de 2011. Esta refere-se ao dia em que depois de algumas crianças terem pintado grafittis anti-regime em paredes públicas, a sua detenção, pelas autoridades, acabou para os conduzir à morte. A resposta do povo foi imediata: motivados pelo evento e pela não intervenção do governo para

⁴³ <http://www.muslimhope.com/AlawitesInTheMuslimWorld.htm>

⁴⁴ Em entrevista sobre a crise dos refugiados. Disponível em: <http://www.abc.net.au/worldtoday/content/2013/s3859711.htm>

condenar os culpados, dá-se origem a uma guerra civil com uma escala de violência terrível. De um lado, o exército do governo enviado por al-Assad para controlar as multidões que se faziam ouvir nas principais praças do país, do outro, o ELS (Exército pela Liberdade Síria, ou FSA, *Free Syrian Army*) que em Julho de 2011 já estava formado por uma combinação de grupos e tribos locais e desertores do próprio exército do governo (SHANAHAN, 2013). Mas quando o cenário não se podia agravar, eis que o faz de forma ainda mais radical.

O Exército pela liberdade surge primeiramente como o expressão e prolongamento militar da vontade dos protestantes, mas prontamente se descaracterizou. Pelo meio e aproveitando a onda de contestação, surgiram outros personagens em cena que vieram alterar completamente o rumo e intensidade dos eventos. Sem uma estrutura concreta, o FSA acabou por permitir a entrada de Jihadistas que catapultaram o volume de incidentes e acidentes, numa inexplicável despreocupação pela vida e condição humana. Assim, misturavam-se entre aqueles que lutavam verdadeiramente pela sua ideia de liberdade síria, aqueles com os seus interesses e objetivos pessoais islâmicos. Os primeiros pouco podiam fazer. Carentes de armamento e de experiência militar, acabam por ceder entre a sua própria permeabilidade e o ímpeto destes novos jovens rebeldes terroristas (SHARWOOD, 2013).

Entretanto, o Holocausto. As Nações Unidas estimam que mais de um milhão de refugiados já fugiu da Síria. Do terror vivido entre portas, passam para campos – aqueles que o consegue – mal preparados e que pouco dignam a condição da vida humana. Dir-se-á que é a resposta possível, mas essa não me completa.

3.3.2 Do protesto político à guerra religiosa

As forças de oposição ao governo são compostas por grupos de várias frentes. Muçulmanos Shiitas do Líbano Iraque e Irão convergiram na Síria para se opor ao regime de Bashar al-Assad. Muitos, grande parte sunita, afiliaram-se conforme referido anteriormente aos rebeldes da al Qaeda e do auto-proclamado Estado Islâmico. Dos dois lados, um só motivo: garantirem a dizimação dos “infiéis” (BURKE, 2013).

Este é o principal motivo para o derramamento de sangue. Segundo várias posições espalhadas um pouco por toda a comunidade afeta ao tema, a introdução da religião é o combustível para a confirmação dos radicalismos. Para lá do medo das consequências intrínsecas à intensidade de uma guerra religiosa é que o seu desenrolar seja sinónimo de uma tentativa de extinção da parte derrotada. O problema, é que qualquer protesto político sucumbe facilmente face à ostracização religiosa. São demasiadas comunidades que apenas aproveitaram as fragilidades políticas para dar expressão às suas demandas ideológicas.

Segundo o relatório das Nações Unidas sobre esta crise⁴⁵, a profundidade da tragédia, plena de atentados gravíssimos aos direitos humanos e de crimes de guerra contra a humanidade, é agravada pela crescente radicalização e militarização das partes. Contudo, o ocidente tem a sua quota-parte de culpa neste cenário. O apoio da comunidade internacional em matéria de armamento veio provocar a resposta dos radicais: com maior capacidade de contra-ataque militar do governo, mais se acentuam os radicalismos dos rebeldes que tentam ferir cada vez mais o ocidente pela mão do sangue derramado. E infelizmente, nem só nos rebeldes se contam os relatos de radicalismos. ⁴⁶Além do mais, é reconhecido que uma guerra religiosa é sempre mais longa e sangrenta que qualquer outra. A luta pela religião, é um pressuposto abstrato e difícil de consumir. Como se mede e onde termina a leitura pelo sucesso de uma imposição religiosa?

O que é certo é que sunitas e shiitas nunca precisaram de grandes desculpas para se confrontarem. A verdade é que têm-no feito praticamente desde os primeiros dias do islamismo e continuam a fazê-lo tanto aqui, como no Iraque e outros que tais. Nesse sentido, a quando dos primeiros dias de revolta e quando parecia estar em causa toda a estrutura governamental, o Hezbollah, um grupo militar libanês, fez saber que iria dar apoio ao exército de al-Assad. Este, desesperado e tentando recuperar as cidades que já tinha perdido para os rebeldes, deu carta verde à entrada destes no território. É a partir daqui que se consuma esta luta como religiosa. Sunitas pela liberdade e shiitas pelo governo. Pelo meio, forças da al Qaeda e o apoio do ocidente. Todo um cenário que no fundo apenas veio dar origem a um número sem precedentes de ataques violentos. Segundo o mesmo relatório das NU (pág. 79 à 84), a violência ultrapassa a dimensão armada: violência física, homicídios sem causa aparente, tortura, ataques sexuais, etc. Os sírios fogem. A partir daqui, dá-se lugar uma outra crise: a dos refugiados na Europa.

3.3.3. Refugiados – a crise.

Aquilo que é fácil de se testemunhar um pouco por toda a Europa, é que não estávamos, de todo, preparados para a dimensão cataclísmica desta onda de refugiados. Para lá das condições dos campos de asilo, estão as reações conservadoras que se têm levantado na opinião pública. Da minha parte, é difícil censurar aquelas que são as opiniões de toda uma Europa. Os únicos instrumentos dos quais me posso servir, são as inúmeras petições e entrevistas que transcrevem a vontade tanto de europeus, como de todos os membros da comunidade internacional. Aliás, segundo uma petição canadense⁴⁷ a política acerca da admissão de refugiados no território deveria ser “segurança primeiro, compaixão depois”.

Esta é a opinião de grande parte da população mundial. Pelo meio, a pergunta: de que humanismo é feita esta humanidade? A verdade é que a legitimidade de petições deste género é

⁴⁵ Disponível em http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/ColSyria/A.HRC.22.59_en.pdf

⁴⁶ A 21 de agosto de 2013 ocorreu em Ghouta um ataque com recurso a armas químicas que provocou um considerável número de mortos. As responsabilidades, mais tarde confirmadas, foram imputadas às tropas Sírias.

⁴⁷ <http://www.thepetitionsite.com/pt-pt/790/431/152/stop-settling-25000-syrian-refugees-in-canada/>

difícil de justificar. O que podemos debater é sobre que carências têm levado ao fomento destas políticas de medo.

Segundo um artigo da TIME⁴⁸ a cerca dos mecanismos de rastreio à entrada de refugiados no território, estes pecam claramente por escassos. ALTMAN (2015), autor do artigo, o processo é dividido entre as entidades responsáveis de cada território nacional e as Nações Unidas. Estes últimos têm a responsabilidade de registar até cerca de 15 milhões de pessoas a necessitar de asilo em todo o mundo, além de ter de trabalhar para lhes garantir assistência a curto prazo. O processo, inclui “entrevistas, procura de referências no território de origem, além de análises biológicas”. Contudo, em situações como esta da Síria, em que os refugiados chegam com tanto como a roupa que têm vestida, como se pode legitimar uma identificação? Difícil. Assim sendo e com o avolumar dos radicalismos e do número de ataques terroristas um pouco por todo o mundo, como separar refugiados de terroristas, cidadãos do bem ou agentes do mal? Mais difícil ainda. O que se sabe é que um pouco por todo o mundo vão-se repetindo os relatos de situações inquietantes: no Reino Unido, uma mulher diz ter adotado um refugiado com alegadamente 12 anos e que mais tarde veio comprovar ser um radical do ISIS com 21⁴⁹; Bruxelas, na Bélgica, a 22 Março de 2016 viu o seu aeroporto ver atacado por 3 refugiados identificados e que inclusivamente se sabe o ponto de origem da sua entrada na Europa⁵⁰; Na Grécia o número de assaltos subiu de forma drástica⁵¹ e na Alemanha e na Suécia, multiplicam-se os relatos acerca de violações sexuais a mulheres locais⁵².

Autenticar a veracidade destas notícias é tão difícil como as negar. O que é certo é que estas têm indiscutivelmente origem, sendo verdade ou não, do medo que a entrada de refugiados em incutido nas comunidades internacionais. No entanto, enquanto na população o medo começa logo pela sua presença, a nível político, que procura acercar-se de maior sensatez – ainda bem, diga-se – o problema está não na sua entrada, mas na forma como se está a lidar com o processo depois.

Em Colónia, na Alemanha, mais de 650 queixas foram apresentadas por mulheres que dizem ter sido agredidas fisicamente, duas delas, agressões sexuais (BITTNER, 2016). Mais uma vez, verdadeiros ou não, estes são factos que provocam algum desconforto.

O maior problema desta crise dos refugiados nunca será admitido. É reconhecido e inclusivamente referido por diversos agentes noticiosos, mas dificilmente assumirá forma de palavras na boca da maior parte dos cidadãos. Na prática, aquilo que se testemunha é uma crescente intolerância face à integração destes nos nossos territórios, mas com o intrínseco medo de ser

⁴⁸ Disponível em: <http://time.com/4116619/syrian-refugees-screening-process/>

⁴⁹ Ler mais em: <http://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/adota-refugiado-que-afinal-era-terrorista>

⁵⁰ Ler mais em: <http://newobserveronline.com/brussels-attacked-refugee-terrorists/>

⁵¹ Ler mais em: <http://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-greece-oecd-idUSKCN0WC1BC>

⁵² Ler mais em:

https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjCoMix4_3PAhWCPRQKHRSbAaoQFggsMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.wnd.com%2F2016%2F05%2Fwoman-welcomes-muslim-refugee-into-home-gets-raped%2F&usq=AFQjCNFdbv1V91PMVd18Or2TdbvfuZ4dQ&sig2=zv3Ji4GSpe3AiOGyH-YBfg&bvm=bv.136811127,d.d24 e <https://www.gatestoneinstitute.org/8663/germany-migrants-rape>

definida como uma posição...intolerante. Esta intermitência é óbvia. Agir pelo que se pensa, ou pelo que se diz? Aceitar porque se deve, ou porque se quer?

Angela Merkel tem-se referido cada vez mais ao fenómeno da imigração. Apesar de não apresentar alternativas, o discurso tem sido claramente mais aberto nesse sentido: o principal mecanismo para o agravamento de um problema é não admitir a sua existência. O medo existe e é quase palpável.

É difícil arranjar respostas para esta crise. O problema, complexo, mergulha numa combinação de causas que mesmo isoladas são motivo de influência direta. Primeiro, a guerra não está a acabar. O conflito mantêm-se e não se avizinham melhorias (KINGSLEY, RICE-OXLEY e NARDELLI, 2015). Logo à partida isto traz-nos duas grandes consequências: primeiro o número de refugiados continuará a aumentar e a esperança de voltar a casa dos que cá já estão continuará a diminuir.

Neste aspeto, a Turquia é um dos países mais afetados. Fazendo fronteira com a Síria, abriu as portas que foram resposta e salvação para as primeiras ondas de refugiados – abrigando ao momento mais de 2 milhões; contudo, a sua disponibilidade não encontrou eco na sua capacidade – e mais não se lhe poderia pedir.

Por outro lado, nas Nações Unidas já vieram dizer que estão a ficar sem dinheiro o que claramente prejudica as condições facultadas aos refugiados e agrava a sua instabilidade emocional. Perto de 2 milhões de refugiados na Jordânia, Líbano, Turquia, Iraque e Egito são agora vítimas de fome. A justificação? Uma terrível disparidade entre o que era o valor necessário para o financiamento dos campos de abrigo e aquilo que realmente foi concedido pelas nações mundiais⁵³. Veja-se:

Syria regional response plan

UNHCR funding requirements, January 2015
Total 1.26bn



Fonte: <https://www.theguardian.com/>

A verdade é que as contribuições de cada são influenciadas pela sua capacidade e, também, pela sua realidade económica. Contudo, a incoerência é notória: a soma das contribuições privadas é manifestamente maior do que a soma das contribuições garantidas por Suécia, Rússia, Espanha, Eslovénia, Eslováquia, Dinamarca, Irlanda, Itália, Polónia e tantos outros. (ver no anexo 2, os dados relativos aos valores das contribuições)

⁵³ JONES, Sam - "Food crisis as UN funds dry up" The Guardian, 1 de dezembro de 2014
<https://www.theguardian.com/world/2014/dec/01/syrian-refugees-food-crisis-un-world-programme>

Assim sendo, é a abertura de fronteiras para os refugiados causa das manifestações de violência e terroristas, ou o próprio sistema de resposta, deficiente e sem amplitude, o carburador destes incidentes?

Segundo GILMORE (2016) nenhuma das partes justifica o todo. Quando os refugiados entram na Europa Ocidental, trazem com eles atitudes culturais das quais, entre outros, fazem parte pressupostos sexistas e anti-feministas. Segundo o autor, essa é ainda uma verdade incontornável e dá exemplo num estudo que diz que apenas 45% dos homens egípcios, quando comparado com os 95% dos alemães, disseram que as mulheres deveriam ter igualdade de direitos. Outra das evidências é que não se testemunha nem uma presença de um país árabe ou norte-africano nos 100 primeiros lugares do ranking das menores disparidades entre sexos⁵⁴ nas dimensões aplicáveis.

De acordo com GILMORE (2016), o principal problema da Europa é a sua capacidade reativa em termos quantitativos e qualitativos, isto é, quando comparada com o Canadá, a Europa não tem mecanismos de integração que permitam uma potencialização positiva da introdução deste número de pessoas no território. Segundo o próprio, *“ao contrário da Alemanha, o Canadá conduz uma série de avaliações, medidas e protocolos de segurança em cada um dos refugiados antes da sua entrada”*. Exactamente depois de aterrarem, são conduzidos a salas que tomam conta do início de um processo longo mais proveitoso. No fundo, têm um treino de integração cultural muito desenvolvido, que explica as “leis e atitudes locais” e promove uma melhor integração.

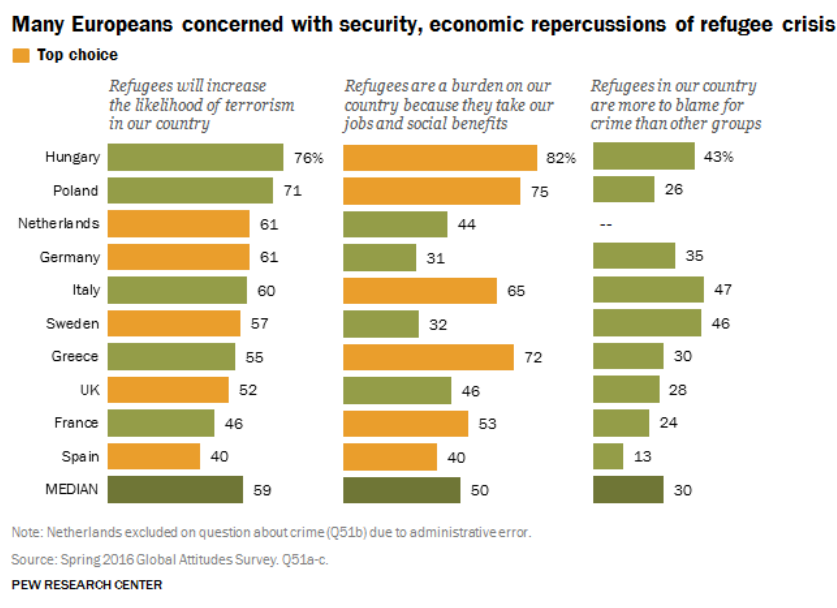
Esses mecanismos não surgiram tão bem definidos ou eficazes na Europa. Consequentemente, o problema vai-se agravando.

As sequelas da crise dos refugiados são proporcionais aos números de imigrantes refugiados que cada país decidiu aceitar. Se atentarmos, percebem-se que as vozes mais reativas e de oposição, surgem sobretudo nos países em que a sua entrada assumiu contornos mais radicais. Enquanto o debate sobre qual o número certo para legitimar a boa-vontade e não provocar a intolerância, o que é certo é que a entrada foi-se fazendo com supervisões pouco eficazes. Prova disso é que 66,26% dos adultos que deram entrada em Itália e na Grécia, no ano de 2015, eram sobretudo masculinos, ao contrário daquilo que tinha sido noticiado como prioritário: crianças e mulheres⁵⁵. Ainda que isto não seja sinónimo de injustiça, apenas veio solidificar a opinião daqueles que se opõem à sua entrada. É sabido que a quase totalidade dos grupos terroristas é composto por 100% de membros masculinos, tendo exatamente em conta o referido sexismo apontado acima como barreira cultural. Contudo, mais uma vez, nada é sinónimo de nada e uma coisa não implica necessariamente a outra. O que é certo é que se não fragiliza a ideia de abertura e tolerância, também não ajuda no ataque àqueles que fazem o paralelismo entre refugiados e terroristas (YEUNG, 2016). Assim, uma larga maioria dos europeus continua a justificar o número crescente de problemas culturais, étnicos e ideológicos com o fluxo de entrada de refugiados. Ou seja, em poucas palavras, mais refugiados, mais terroristas.

⁵⁴ Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/>

⁵⁵ Ver mais em : <https://www.iom.int/news/mediterranean-western-balkans-update-new-numbers-italy-greece-fyrom>

De acordo com um estudo feito pelo *Pew Research Center*⁵⁶, em 8 de 10 países da Europa, pelo menos metade dos seus habitantes está preocupado com as ameaças terroristas intrínsecas à onda de refugiados. Desses 10, 5 dizem que a abertura de fronteiras será sinónima de um fardo económico inabarcável e que colocará em causa os seus postos de trabalho e benefícios sociais. Números são números e não poderemos criticar a sua legitimidade. Mas no entanto caro cidadão europeu destes 5 países: se o seu posto de trabalho está em risco porque um cidadão refugiado, em que grande parte não trouxe mais que a roupa que leva no pelo, que não fala a sua língua e conhece a sua cultura, que foi expatriado por obrigação, que não tem amigos nem conhece a área lhe tire o seu lugar...então por favor, regresse à escola. Enfim. Que a próxima imagem fale por si.



A verdade é que independentemente das posições a Europa volta a ver os seus pilares tremidos. A crise dos refugiados não deve ser negada como uma. É uma crise, é grave e exige medidas extraordinárias. Medidas que muito provavelmente nos deixarão fora da nossa zona de conforto, mas que em bom favor da humanidade devem ser assumidas como opções úteis. Ser refugiado não é de todo sinónimo de ser terrorista, mas conhecendo agora os mecanismos de conversão destas organizações, pode ser de facto utilizado como uma plataforma de aproximação e entrada desses grupos radicais aos terrenos europeus. Ou seja, não são sinónimas entre si, mas podem, caso não sejam devidamente rastreadas, ser complementares.

3.4 BREXIT – O declínio do sistema europeu?

-É um *nim*.

⁵⁶ <http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/lede-chart-1/>

A resposta ao referendo que deu o sim á saída do Reino Unido da União Europeia não se pode assumir como cabal. Não foi um sim inequívoco e que pode até ser dissecado e justificado como a resposta das falanges mais conservadoras das comunidades britânicas.

Apesar de ser inquestionavelmente uam decisão histórica e que coloca em causa toda a estrutura, com o surgimento de posições semelhantes no mapa europeu, há que perceber se transcreverá uam saída efetiva. Há que fundamentalmente perceber a razões dum lado e doutro do barómetro e o porquê do resutlado deste ser hoje diferente daquele registado em 1975, onde 67% dos votantes atestaram a entrada na União Europeia.

Alguns dos argumentos daqueles que contribuíram para o resultado da edição de 2016 deste referendo são os seguintes⁵⁷:

- 1- Recuperação do controlo de fronteiras. Tendo em conta a avalanche migratória de estrangeiros à procura das condições salariais mais apetecíveis do Reino Unido, tem-se estimulado a segregação das comunidades tendo em conta a referida ausência de políticas de controlo ao multiculturalismo. Neste ponto, até o próprio David Cameron, um dos principais críticos deste modelo multicultural era contra a saída. Ou seja, há um notório desfasamento entre a opinião pública e a realidade, porque a resposta ao multiculturalismo não deveria ser nunca o fecho de fronteiras.
- 2- O Reino Unido gasta aproximadamente cerca de 11% do seu PIB por ano como membro da União Europeia. Isso exige um esforço orçamental tremendo, não permitindo grandes benefícios em termos de taxas para os seus nacionais.
- 3- Depois da crise económica europeia e dos casos da Grécia e de Portugal, há um notório risco da falência do sistema bancário da eurozona. O medo das consequências dessa falência para os Estados-membros é real.
- 4- A falta de perspetiva da própria UE. Há quase 30 anos que a união não consegue estabelecer negócios e transações comerciais com EUA, Brasil, Rússia, Japão, China, etc. A crise na Ucrânia foi também sinónima de que acordos desse género não acontecerão para breve, não permitindo grande dinamização do sistema económico europeu.

Apesar da legitimidade ou não dos argumentos recolhidos, há várias outras variáveis de influência que poderão contrariar o ímpeto que ditou a saída. De facto, a concretização da saída do Reino Unido pode ter custos muito mais incomportáveis que a própria manunteção (ERLANGER, 2016).

⁵⁷ Esta súmula de argumentos teve por base a consulta de vários artigos. Exemplo: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376>; <http://pt.euronews.com/2016/06/24/como-fica-o-reino-unido-sem-uniao-europeia>; <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/reino-unido-e-ue-should-i-stay-or-should-i-go>

O estatuto de membro de da União Europeia traz, como se sabe, uma série de benefícios comerciais do ponto de vista das transações. Contudo, foram vários os momentos nesta dissertação que provaram que esses são manifestamente escassos para consumir o sucesso da instituição. Ainda assim, o grande pilar da economia europeia é a possibilidade de movimento tanto de pessoas, como de produtos e capitais. Consequentemente e apesar de ser possível integrar o mercado único e não ser um Estado-membro, à imagem da Noruega, a partir daqui o Reino Unido estará sempre dependente das negociações de saída do bloco que lhe podem sair custosas.

Pelo meio, confrontar-se-ão argumentos. Verdade é que a economia britânica é uma das fortes da Europa, tendo vários compromissos comerciais com países membros que dependem diretamente do mercado do Reino Unido para as suas exportações. Contudo, não se espera mão branda da União Europeia que procurará “punir” o Reino Unido, utilizando-o como exemplo para outros países que possam ver neste caso um catalisador para uma eventual saída. Segundo George Osborne⁵⁸, ministro da Economia, a saída da União poderá ser sinónima de um buraco de 30 biliões de libras que terá de posteriormente ser compensado com a subida de impostos, cortes na saúde, na educação e na defesa. Ou seja, a saída da União Europeia, que é também reflexo do medo pela fragilidade económica do sistema, poderia-se transcrever em muitos anos de austeridade. Assim sendo, é consensual que o maior afetado pelo afastamento seria o próprio RU, sendo que para a Europa e apesar comprometer claramente a estabilidade da estrutura, as consequências serão menores. É aqui que recuperamos o fio condutor do presente excuro. Aquilo que o BREXIT acima de tudo nos diz é que o Reino Unido está dividido. Uma divisão consequente da instabilidade a várias dimensões. Se por um lado os argumentos económicos encabeçavam a lista de queixas face à União Europeia por parte dos entendidos, por outro, as classes menos literadas votaram como reação aos fenómenos sociais: o aumento do medo dos ataques terroristas, pelo demasiado liberalismo das fronteiras do RU. Mais uma vez, a ignorância ou a falta de educação são um dos principais responsáveis pelas divisões identitárias. Em Londres, uma cidade incontornavelmente cosmopolita e desenvolvida, viu o “remain” ganhar por larga margem. Ali, a diferença foi superior em 9,9% (Ficar 59,9% e sair 40,15), o que numa votação que acabou com a diferença de 1,8% é manifestamente asinalável⁵⁹.

No fundo e sendo que ainda não certezas quanto ao desfecho, este cenário do Reino Unido vem apenas atestar todo o argumentário do presente excuro. Cada vez mais os europeus dão sinais de quererem voltar a fechar-se sobre as suas fronteiras, num fenómeno que comprova a inexistência de um sentimento identitário europeu. Contudo, não é que alguma vez o Reino Unido tenha sido o maior exemplo de “europeísmo”, tanto do ponto de vista económico quanto social. Ainda assim, corrobora inquestionavelmente a sensação de declínio tanto de instituições como de qualquer conceito unitário comum

⁵⁸ Ver mais em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/15/george-osborne-austerity-choked-recovery-brexitelegacy-referendum-revolt>

⁵⁹ Ver mais em: <http://www.telegraph.co.uk/news/2016/06/23/leave-or-remain-eu-referendum-results-and-live-maps/>

CONCLUSAO

Enfim, a conclusão. O presente excursus nasce indiscutivelmente de uma ideia já construída. O pretexto certo para que, no âmbito deste mestrado, desse lugar a uma investigação que a pudesse legitimar. Contudo e com a imparcialidade devida, procurei em vários momentos cercar-me de perspectivas tão diferentes quanto pertinentes. No fundo, a ideia em debate apenas pode assumir uma maior consolidação e integridade se a análise científica for transversal a todas as realidades e variáveis de influência. Admito contudo, que a minha fluência e estilo de escrita, ou melhor, de produção escrita, é algo comprometida quando em causa está matéria sobre a qual, à partida para uma investigação desta amplitude, eu não estaria tão confortável. A prosa torna-se mais fria, o discurso torna-se mais objetivo. No entanto, todos os factos e dados aqui consumados são da maior honestidade intelectual possível. Admitindo as eventuais carências, fiz-me reunir de tudo o que pudesse cimentar a minha perspectiva. Esta é, conforme dito, de génese obviamente anterior à própria investigação e construiu-se da forma que grande parte da opinião pública se constrói: vítima da unilateralidade e parcialidade dos vários mecanismos comunicação social, de conversas de rua e debates de vinho na mão. Nesse sentido a investigação que agora deixo, serviu apenas para dar estrutura à explanação que agora se segue, consumando e dando prolongamento ao casamento entre ideia primária e a investigação consequente. Aqui, num discurso finalmente mais personalizado ao qual me reservo o direito, pretendo fundir todos os capítulos pelos quais se decompõem esta peça, num objeto final comum, compatível e estruturante.

São vários os momentos neste discurso em que a filosofia e o moralismo poderiam ter grande impacto na construção do raciocínio, mas que por serem mais abstratos e difíceis de circunscrever me procurei alhear. Agora, não me coibirei de utilizar quaisquer recursos que me permitam garantir a fusão de todas as partes do *uno*.

A identidade europeia – o impacto do multiculturalismo. No fundo aquilo que entra aqui em debate é literalmente uma análise aos elementos que são reflexo das realidades de hoje das sociedades nacionais, europeias e universais. O reflexo de um mundo parco de coesão e de fenómenos sinónimos de unidade. Uma unidade supra-política e por consequência supra-económica. Uma unidade que não seja incompatível às dimensões naturais e consequentes da gestão de pessoas e recursos, mas complementar. Uma unidade que seja *supra*-, mas que não seja *anti*-.

A identidade europeia é uma equação em metamorfose. No fundo é uma equação tão complexa quanto a definição de π . Um conceito em constante mutação e que pela sua complexidade e elementos de influência será difícil de alguma vez quantificar. No entanto, as instituições europeias e os seus estados membros continuam a debater-se em torno da sua promoção, não se alheando contudo do espectro que mais o inviabiliza: o capitalista.

A identidade europeia tem sido analisada pelas instituições europeias do ponto de vista jurídico e político. As estratégias adotadas e trabalhadas, acima de tudo a partir do Tratado de Maastricht, vão de encontro à necessidade de criar condições para que se fomente uma internacionalização das raízes dos cidadãos. Ou seja, pretende-se acima de tudo que, do ponto de

vista formal, os indivíduos das sociedades contemporâneas não se sintam limitados a uma referência local. A verdade é que é impossível contestar os benefícios imediatos da diluição das fronteiras burocráticas. Hoje, no espaço europeu, ou no espaço europeu consignado aos Estados-membro da União Europeia, é de sobremaneira mais fácil movimentar tanto pessoas, como produtos. Desse ponto de vista, o século XXI viu o aumento exponencial dos números associados com a imigração, com os cidadãos a verem agora a procura por melhores condições de vida mais facilitada. Contudo, a Identidade Europeia não é isso, ou pelo menos, não é só isso. A identidade europeia postulada, aquela que transcende estas estratégias e mecanismos de aproximação, é um objeto muito mais abstrato. A identidade europeia, aquela que poderia garantir o sucesso de vários processos é um produto metafísico, intemporal, sem referência geográfica e que nasce e morre bem no ceio das liberdades, das individualidades e das diferenças entre cada ser humano. A identidade europeia, no seu pináculo biográfico, na sua versão mais completa, terá de ser sempre o resultado da combinação sim de políticas e estratégias formais e burocráticas, com recursos e instrumentos sociológicos que atendem aos cidadãos na sua verdadeira essência de ser humano. Hoje, isso não existe.

O que existem hoje são referências demasiado curtas e estratégias demasiado frias, artitectadas por estruturas políticas e entidades supra-nacionais por seu lado descredibilizadas. A União Europeia não consegue fugir à sua prescrição económica. É uma organização de meios e fins de carácter incontornavelmente económico mascarada pelas ocasionais manifestações em prol dos direitos sociais. Contudo, não está em causa a sua legitimidade. Eu não critico, porque não o posso fazer, os contornos do seu modelo e sistema. Isso ultrapassa-me largamente. A única coisa em causa, é que enquanto entidade representante da maior parte dos países europeus, não tem promovido com sucesso o fomento deste conceito.

O fim da primeira metade do século XX trouxe grandes esperanças ao mundo: esperanças de uma Europa unificada como sinónimo de maior estabilidade universal. O mundo unia-se em torno da maior vítima das duas grandes guerras e trabalhava com grande devoção, inquestionavelmente, para a consolidação e unificação do continente. Contudo, isso é natural. Os grandes *momentums* do ponto de vista social, em que os espíritos, sentimentos e tudo o que seja metafísico convergem pela aproximação e pelo compromisso emocional, surgem sempre depois das grandes tragédias. O homem humaniza-se acima de tudo nos momentos seguintes àqueles de menor humanidade. Contudo, na Europa, essa nunca foi uma realidade que se perpetuasse. Enquanto os Estados Unidos evoca o seu patriotismo sempre que a sua integridade é de alguma forma atacada, no continente europeu isso não acontece. Por cá faltam-nos pontos de comunhão específicos. Falta-nos uma cultura, história e até uma língua comum. Faltam-nos heróis ou personagens de referência supra-nacionais. Falta-nos quase tudo o que faz de um país uma nação. O sonho de Trotsky não se realizou. A ideia de uns Estados Unidos da Europa é um produto fruto da imaginação; concetualmente utópico. O modelo de Europa unida que temos é uma artificialidade gritante. Decorre apenas do desespero por uma conceção irrealista. Que têm em comum os cidadãos alemães e os portugueses? Só o destino de férias: os primeiros porque podem, os segundos porque não têm alternativa.

Hoje, os cidadãos europeus sentem-se desiludidos com o sistema. Admito que esta constatação esteja já demasiado vulgarizada. No fundo a desilusão é um argumento cliché que raramente encontra argumentos viáveis que não os referentes às restrições financeiras impostas pelos Estados e instituições. Mas no fundo é isso mesmo. A dependência de cada país face aos compromissos económicos e às contingências do sistema capitalista afeta os mais básicos princípios daquelas que são as liberdades do homem. Hoje, os cidadãos são números estatísticos numa tabela de transações comerciais. E aqui, entra a filosofia e o moralismo. As vidas que hoje conhecemos, feita dos racionalismos pelos quais nos fizemos a raça número 1 da hierarquia, têm sido descaracterizadas. A humanidade deixou de ser um conceito filosófico, para passar a ser uma fórmula matemática. A verdade é que a desacreditação dos cidadãos nas instituições europeias é evidente. Se as eleições autárquicas e legislativas já são reflexo da descredibilização em todo o sistema político, se falarmos em qualquer uma que tenha em conta um sufrágio europeu, esse distanciamento ganha contornos ainda mais acentuados. Neste campo, a situação grega personaliza os medos que são, de forma geral, comuns a todos os europeus. O desenrolar da crise económica grega, independentemente da responsabilidade ou irresponsabilidade de gestão dos governos gregos, sugere que a dimensão económica assume, incontornavelmente, o papel de moderador das vontades das suas pessoas. Os interesses institucionais estão muito acima dos interesses do povo. Mais uma vez e porque não sou um economista, não me compete comprovar a sua legitimidade, porque acredito na pertinência destas entidades e na importância da economia para o desenvolvimento das sociedades. Em causa, está apenas a sua influência neste conceito de identidade europeia e nesse caso, o afastamento entre pessoas e as entidades que os gerem, é de sobremaneira notório. Consequentemente, o conceito que mais uma vez digo ser fundamentalmente metafísico, fragiliza-se ao ponto de ser hoje obsoleto. Depois, a facilidade com que os antagonismos das instituições colabora em prol da emergência dos antagonismos sociais. Na Ucrânia, a guerra civil que se viveu e que ainda hoje dá um tom de pouca consolidação ao clima no país, é sinónima entre as divergências ideológicas entre Ocidente e Rússia. Mais uma vez, enquanto as políticas de gestão fogem ao controlo do povo, os seus resultados no entanto já são sentidos diretamente nos próprios. No fundo, há uma certa noção de endeusamento das entidades: a democracia não faculta o homem de uma verdadeira expressão política, mas coloca o universo político e aqueles que o compõem numa posição de intocabilidade. Mais grave é quando os antagonismos ideológicos surgem dentro do próprio território onde se procura arquitectar um qualquer sentimento de unidade. O processo de construção desta unidade pela soma das partes, que faz da Europa esta salada multicultural, não encontra reflexo no processo inverso. Dissecar a União Europeia e a ideia de Europa unida decompondo-a, é fazer emergir as disparidades económicas e sociais cataclísmicas que existem entre os maiores e os mais pequenos Estados europeus. Aquando da sua criação, a União Europeia era um instrumento de trabalho pela uniformização e homogeneização das diferenças, onde pela cooperação e trabalho em paralelo viabilizariam um desenvolvimento mais equitativo e por consequência justo. Os resultados são manifestamente negativos. A zona euro e a utilização da moeda única como mais um dos constructos institucionais só o veio acentuar. Em vez de garantir a maior competitividade entre organismos nas transações comerciais, veio apenas acirrar as suas

dependências. No fundo, muito pouco do que decorreu da história das últimas décadas trabalhou a favor da consumação de uma identidade europeia.

No que se refere às relações internacionais, este fenómeno poderia ter um papel de muito maior influencia. Contudo, a identidade europeia não é uma dimensão por si só, é apenas a roupa com que outras dimensões se vestem. Para lá do Tratado de Maastricht, poucos são os momentos de convergência da atenção política nesta matéria. E o reflexo é sentido um pouco por todo o mundo, muito para lá da Grécia ou da Ucrânia.

A globalização, outro dos mecanismos do homem num qualquer processo de aproximação cultural, acabou também por ser subjugada face á implacabilidade do capitalismo. O desenvolvimento tecnológico e industrial aproximou de facto as pessoas e permitiu um contacto muito mais imediato entre diferentes pessoas e culturas, mas no que ao sentimento de pertença nacional e internacional diz respeito, mais uma vez, declinou.

No fundo, é a falência de todos os pilares da humanidade enquanto conceito filosófico, face à proeminência da dimensão económica.

Contudo o homem não é apenas vítima. Instituições e os próprios Estados são um produto humano tal e qual a história. O capitalismo é tão filho do homem como a própria realidade que hoje criticamos. A falência, a maior delas todas, é a da democracia. Nas palavras de Saramago, acreditamos na democracia como se acredita no mundo. Há uma esperanzinha míngua e uma fé inabalável que a faz ser anunciada e apregoada como sistema vigente. Contudo, os sistemas democráticos de hoje não transcrevem as verdadeiras premissas da filha de Clisténes. Hoje, o “*demo*” não toma as decisões. Hoje, o “*demo*” elege apenas as pessoas que constituem o “*kratia*” e que tomam as suas próprias decisões, uma vez já sob influência de todo uma estrutura e sistema em decadência.

O capitalismo fez do homem números e o homem fez dos números outro tipo de homens. As sociedades europeias são hoje reflexo de mentalidades plenas de incoerências. Apregoamos os valores da tolerância, da compaixão, do respeito e da igualdade, mas cultivamos o capitalismo para lá das dimensões políticas. Nós cidadãos somos o reflexo do capitalismo. Em 2016 diz-se já que a depressão é a doença do século. Uma depressão que no fundo é sinónima da incapacidade das pessoas de se realizarem e cumprirem os seus objetivos tanto pessoais como profissionais. Homens de sociedades onde os sentimentos são mecanizados, onde a competitividade é exacerbada e onde as relações humanas se tornam mais objetivas e menos emocionais.

As instituições defendem-se na necessidade de progresso e desenvolvimento, mas as suas consequências sociais são ignorados. No caso da Grécia, vemos as intransigências da União Europeia face ao cumprimento das obrigações do governo grego relativamente aos resgates financeiros, como sinónimo do medo do declínio de todo o sistema. Assim, que tipo de desenvolvimento e de resgate é este, se o progresso tecnológico e económico subjugam o progresso social e cultural do homem na sua individualidade?

Como resultado do próprio sistema, vemos cada vez mais crianças crescerem de encontro à dicotômica questão de Erich Fromm: o que é mais importante? Ter, ou ser? Hoje as sociedades produzem ser humanos cada vez mais infelizes. Cidadãos deprimidos, pessimistas e constantemente ansiosos. Cidadãos que face aos fenómenos da globalização e da aproximação de mercados foram apresentados ao consumismo. Este consumo pode facilmente ser resposta às carências emocionais: um afagar dos egos. Hoje a luta não está no querer aprender a ser, mas no querer conseguir ter. O desenvolvimento deste sistema económico fez apenas emergir aquela que é a maior crítica ao estado social do mundo. Hoje, paralelo a este homem consumista, temos um sistema em seu reflexo. As preocupações que desde início do séc. XVIII fizeram as sociedades vergarem-se perante o homem e os seus direitos, onde a questão se centrava no que é que era bom para o homem, hoje são substituídas pelas contingências capitalistas que se preocupam apenas com o que é que é bom para o crescimento do sistema.

Neste ponto, assomo-me à segunda parte da questão que introduz o resultado desta dissertação: uma vez considerada a falência do conceito de identidade europeia e a sua influencia inócua nas relações internacionais, qual o impacto do multiculturalismo numa Europa manifestamente heterogénea? A resposta é clara na investigação acima: o impacto deste modelo de culturalismo, é manifestamente nefasto, onde para além de contribuir para as segregações e para os distanciamentos emocionais e ideológicos, funciona ainda como catalisador para os radicalismos que vão crescendo, em forma e intensidade, um pouco por toda a Europa e que fizeram desta crise de refugiados um manual de intolerância, xenofobia e racismo. Vejamos.

A Europa é indiscutivelmente um continente de uma riqueza histórica tremenda. Os séculos de guerras, invasões e conquistas fizeram-na embeber-se de detalhes culturais tão valiosos como diferentes. Entre línguas, hábitos e tradições, conta-se uma história milenar que não podemos contornar. Contudo, o multiculturalismo falhou no seu processo de desenvolvimento. Naquilo que diz respeito aos movimentos de integração e mecanismos de assimilação identitários, o fenómeno não se soube enraizar. Ainda hoje, o que temos são sociedades europeias segregadas, onde as comunidades de diferentes etnias deixam emergir casos cada vez mais frequentes de instabilidade social. As sociedades, que deveriam ser a estrutura de todo um continente, são neste momento as barreiras para o seu próprio desenvolvimento. E neste campo, as instituições são as suas principais responsáveis. Mais uma vez, o capitalismo e o economicismo que caracteriza o mundo deu lugar a fenómenos de emigração brutais que por um lado permitiram mão-de-obra mais barata e por outro acirraram as disparidades. A União Europeia e as instituições supra-nacionais não souberam defender nem os interesses dos seus nacionais, nem os interesses dos novos locais.

O multiculturalismo trouxe às sociedades contemporâneas novos elementos. Nas primeiras gerações, testemunhou-se a introdução de pessoas naturalmente desprendidas dos quadros de valores e culturais do país em que entravam. Os laços de afetividade eram quase inexistentes. Depois, as segundas e terceiras gerações que agora conhecemos e que fazem parte dos dias de hoje, ainda não conhecem melhores realidades. Mais uma vez, as políticas que atentam ao desenvolvimento da cidadania não ultrapassaram os trâmites jurídicos e formais. Um cidadão

emigrante não é mais que isso. É um local desapropriado de um sentimento de pertença e ao qual as sociedades teimam em não conseguir preencher esse vácuo emocional. Exatamente à imagem das palavras de David Cameron: hoje vive-se sobre o mesmo tecto, mas em casas diferentes.

A contribuir para o insucesso do multiculturalismo está também a história antiga. A Europa sempre viveu sobre um escudo católico do ponto de vista religioso. Esse escudo está aliás por trás de séculos de lutas e invasões pelas mãos das cruzadas. A difusão do catolicismo de ocidente foi no fundo um primeiro fenómeno de globalização. Na prática, procurava-se a estandardização de uma realidade intrínseca e confortável apenas para uns. Este fenómeno de imposição religiosa fez com que se fomentasse o ódio que muitos muçulmanos ainda têm ao ocidente. Criaram-se os infiéis.

Assim, a realidade de hoje é um casamento infeliz entre várias dimensões. De um lado contingências económicas que caracterizam a Europa e o mundo; pelo meio, uma crise identitária europeia que afeta de sobremaneira um qualquer fenómeno de aproximação emocional entre cidadãos de diferentes culturas; por fim, o multiculturalismo que nos moldes atuais apenas veio fomentar os distanciamentos afetivos e invocar radicalismos e fomentar o ódio. Como reflexo, a Europa e o mundo vêm-se hoje imiscuídos das suas liberdades. A cultura do ódio e do medo vêm um pouco por todo lado políticas a adaptarem-se de forma tão radical quanto a emergência desses radicalismos. Menos não seria de esperar.

Mais do que compreender os atentados terroristas, o importante era perceber o que leva tantos europeus a converterem-se ao islamismo e a juntarem-se às fileiras do autoproclamado Estado Islâmico. Com a investigação, percebe-se que o vazio identitário dos cidadãos europeus face à Europa é muitas vezes mais intenso quando, no caso dos descendentes muçulmanos, não existe qualquer tipo de associação ou relação à história e à cultura do ponto de vista genealógico. Estes conceitos identitários somados a este modelo multiculturalista da Europa, leva a que no fundo se estejam a educar indivíduos vulneráveis e suscetíveis aos processos de radicalização.

Por outro lado, o Estado Islâmico e estas organizações terroristas parecem cada vez mais alimentar-se dos medos e das fragilidades de todo o sistema mundial. Munidos de mecanismos de difusão antes inexistente, face aos cada vez mais desenvolvidos sistemas de rede, proliferam entre estas comunidades segregadas das sociedades contemporâneas europeias. Seja em Bruxelas ou nos subúrbios de Paris, seja em Londres ou até nos Estados Unidos, muitos são os casos de locais que se converteram e que mais tarde contribuíram para os ataques que hoje conhecemos. Contudo, há que entender bem tanto os mecanismos por trás destas entidades radicalistas, como os motivos que levam a esta cultura de ódio.

Sem, por segundo algum, querer defender estes tristes exemplos de seres humanos, há que começar a trabalhar, entre muitas outras coisas, na definição das sociedades que pretendemos. Isto é, qual o caminho a percorrer e as medidas a adotar para evitar que estas situações continuem a pautar nos livros de história dos nossos filhos nesta frenética cadência de eventos. Contudo, por momento algum podemos deixar que as liberdades pelas quais lutámos sejam agora diminuídas pela lei do medo. O caso do Charlie Ebdo é o mais gritante. Apesar de cada liberdade acabar onde outra

começa, o direito à expressão nunca pode ser sentenciado com a pena de morte. Contudo, há que ter a noção que estes indivíduos não são facultados dos mesmos mecanismos de interpretação que os membros, ditos normais, das sociedades modernas europeias. Assim e conhecendo a origem dos processos de conversão identificados na investigação, podemos concluir que as instituições europeias devem atentar ao multiculturalismo de forma muito menos permissiva – não que inviabilizem os processos de integração e de assimilação culturais, mas que se criem estruturas normativas que os potencializem.

De acordo com a ideia postulada por FERRY (2004), o caminho para a salvação e eventual consolidação tanto do conceito de Identidade Europeia como do conceito de multiculturalismo, passará indiscutivelmente por medidas políticas que visem a educação. A União Europeia e restantes organizações nacionais e supra-nacionais têm de fazer convergir interesses que desagüem em políticas comuns e coesas do ponto de vista educacional. A verdade é que a principal inimiga do progresso, seja ele qual for, é a ignorância. Num mundo cada vez mais instável e com fenómenos cada vez menos humanos, a fórmula acaba por ser simples: o medo e a ignorância são os principais catalisadores do ódio.

Assim, temos de criar condições de melhor permeabilidade para o multiculturalismo, melhores políticas para a assimilação dos valores culturais contextuais e mais elementos que promovam o crescimento de uma identidade metafísica, inata e efetiva. Sabendo da heterogeneidade da Europa, é necessário que se promova uma maior flexibilidade intelectual. Uma Europa multicultural é consequentemente uma Europa multirreligiosa e essa já é uma afirmação só pró si complexa. Assim sendo, deve-se estimular a partir de tenra idade a assimilação dessas noções. Garantir através da formação e da educação nas crianças, que são absorvidas as características que definem as sociedades onde se inserem. Fará mais sentido continuar a promover disciplinas como a Religião e Moral, lecionadas por padres católicos, ou criar uma disciplina como cidadania europeia? A partir daqui, poderíamos potencializar aquilo que esta investigação identifica como personalidade e inteligência multicultural. Talvez aí esteja até a chave para devolver à Democracia a legitimidade que em tempos fora sua bandeira. Hoje, aquilo que conhecemos em termos de modernidade são conceitos obsoletos, ou pelo menos, vazios de sentido. Sociedades contemporâneas só existem do ponto de vista tecnológico e industrial. Sociologicamente, no que ao homem enquanto cidadão diz respeito, o desenvolvimento é muito desfasado. As dimensões económicas, tecnológicas e sociais não têm de ser forçosamente antagónicas. O caminho para as sociedades contemporâneas faz-se apenas através da complementariedade de cada uma dessas dimensões entre si. Contudo não se pode relativizar. As instituições, sistemas e políticas atuais não revelam coesão. A aproximação entre Estados acontece apenas do ponto de vista institucional e treme exatamente nos pontos em que os interesses deixam de convergir. As diferenças entre Estados grandes e pequenos é cada vez maior e o caminho não parece procurar uma inversão.

Quando em tempos a Identidade Europeia parecia ser uma possibilidade e aproximação entre pessoas e Estados uma realidade palpável, logo depois das duas grandes guerras, hoje está claramente em remissão. As pessoas voltam a olhar para dentro com medo do mundo lá fora. O

resultado do referendo do Brexit é reflexo disso mesmo e não pode ser visto como um acontecimento isolado⁶⁰. As fragilidades da União Europeia são gritantes. Mais que uma questão identitária, é um problema estrutural. o modelo económico europeu não funciona.

O Brexit é no fundo reflexo disso mesmo. O risco de falência do sistema bancário da euro zona faz com que os ingleses tremam. Os atentados um pouco por toda a Europa e até em Inglaterra faz com que os ingleses queiram voltar a ganhar controlo nas suas fronteiras: só assim, poderiam limitar o número de migrantes que procuram condições salariais mais apetecíveis. No fundo, o Brexit é o reflexo de muitas outras vontades europeias. Gregos já o pensaram, suecos também.

Do outro lado do atlântico, outro fenómeno que vem avolumar o número de argumentos. A chegada de Donald Trump à candidatura à presidência dos EUA dá voz a inúmeros americanos e atesta o poder da ignorância. Com promessas de criar muros em torno de um Estado-continental cimentou o caminho que hoje define o duelo à presidência. E em última instância, este é mais uma vez reflexo do estado da Democracia no mundo. Quando uma alternativa é Donald Trump, que legitimidade têm sequer estas eleições americanas? No fundo, aquilo que existe é um candidato sobre o qual recaem também muitas incertezas, mas que o livre sufrágio não permite transcrever.

A conclusão é óbvia. O sistema internacional está carente. Entrou num vicioso mecanismo meramente económico do qual não se consegue distanciar. O poder económico dita o rumo e os homens são as principais vítimas. De um lado o crescimento económico incontornável da China, do outro o posicionamento da América face aos novos medos do mundo. Pelo meio uma Europa condicionada a todos estes elementos e na mão de uma União manifestamente destabilizada.

A identidade Europeia não existe. Para lá do que são as perspetivas formais e burocráticas, a identidade europeia enquanto espírito e compromisso, enquanto fenómeno metafísico de comunhão e identificação entre europeus, simplesmente não existe. O multiculturalismo, por seu lado, existe apenas como consequência natural das diferenças culturais e não como mecanismo de aproximação identitário. O medo cresce. O Estado islâmico alimenta-se de todas estas fragilidades europeias.

A solução é apostar na educação desde o ensino primário. Evitar que os fenómenos de oposição à entrada dos refugiados aconteçam. Gente que perdeu família e propriedades, casas e um país. A educação da cidadania europeia deve ser garantida a todos. A nós e a esses e as Instituições têm de finalmente começar a trabalhar as dimensões sociais nesse sentido. De outra forma, as sociedades contemporâneas correrão o risco de ruir.

Garantias, só uma. Independentemente do caminho que se desenhe para a Europa, teremos de lhe garantir tempo suficiente para que a transformação de mentalidades e o enraizamento dos processos aconteça de forma efetiva. Complementarmente, esse caminho só terá sucesso com uma convergência natural das dimensões sociais, económicas e políticas dos Estados-Membros e que paralelamente vá semeando organicamente os elementos necessários para o fomento e criação do

⁶⁰ Jimmie Akesson, líder dos democratas suecos. Disponível em: <http://www.tsf.pt/internacional/interior/depois-do-brexit-o-swexit-5244366.html>

tal estado de espírito, do compromisso emocional e do sentimento de pertença decorrentes de uma eventual identidade partilhada por todos os europeus. Só aí, a assunção de uma identidade ganhará legitimidade, com a formação de uma consciência transcontinental. Contudo, conforme dito, é preciso garantir-lhe tempo. É preciso que os estatutos de igualdade ultrapassem as plataformas formais e jurídicas. É preciso que todos os Europeus se sintam iguais, não obstante a herança cultural e as suas origens. É preciso que o homem se deixe de sentir como uma estatística. É preciso que a humanidade deixe de contar a sua história em números. É preciso muita coisa e muita coisa leva tempo. Mas é preciso começar já.

BIBLIOGRAFIA

- BARRINGTHON, Lowell. – *“One Ukraine or Many? Regionalism in Ukraine and Its Political Consequences”*, pág. 53 a 86, Nationalities Papers 32, nº 1, 2004
- BARRINGTHON, Lowell W. & FARANDA, Regina – *“Reexamining Region, Ethnicity, and Language in Ukraine”*, pág. 232 a 256, Post-Soviet Affairs, vol.25, nº 3, 2009.
- BOBBIO, N. – *“O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo”*, Paz e Terra, São Paulo, 2004.
- BUCHANAN, James M. – *“Agreement and efficiency: response to Guttman”*, pág. 209 a 213, European Journal of Political Economy, vol. 14, maio, 1998.
- BUCHANAN, James M. *“Direct Democracy, Classical Liberalism, and Constitutional Strategy”*, pág. 235 a 242, Kyklos, vol. 54, 2001.
- CANCLINI, N. G. – *“Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização”*, Edição UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- DELLA PORTA, Donatella – *“Social Movements, Political Violence, and the State: A Comparative Analysis of Italy and Germany”*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FAVELL, Adrian – *“Europe’s Identity Problem”* pág. 1113, West European Politics, vol. 28, nº 5, novembro, 2005.
- FERRY, Jean-Marc – *“O Estado Europeu”*, pág. 153 a 196, Que Identidade para a Europa? – O multiculturalismo e a Europa / O problema da identidade europeia, Lisboa, Ulisseia, 2004.
- FRANSEN, Frederic – *“The Supranational Politics of Jean Monnet – Ideas and origins of the European Community”* Contributions to the Study of World’s History Number 87, London, Greenwood Press, 1965.
- FRIEDMAN, George – *“Merkel, Muslims and the Problem of Multiculturalism”* 15 de dezembro 2015.
- GEARY, Patrick J. – *“O Mito das Nações”*, Lisboa, 2008.
- HORVERAK J.G., BYE H.H. & PALLESEN S. – *“The role of prejudice and multicultural personality traits in the assessment of native and immigrant job candidates”*, setembro, 2013.
- HUNTINGTON, Samuel P. – *“Democracy’s Third Wave”*, Journal of Democracy, Vol 2, nº2, 1991.
- INGLEHART, Ronald & BAKER, Wayne – *“Modernization, Cultural Change and the Persistence of Traditional Values”* American Sociological Review, fevereiro, 2000.
- KASTORYANO, Riva – *“Multiculturalismo: uma Identidade para a Europa?”*, pág. 13 a 31, Que Identidade para a Europa?, O multiculturalismo e a Europa / O problema da identidade europeia, Ulisseia, Lisboa, 2004.
- KEOHANE, R. – *“After hegemony: cooperation and discord in the world political economy”*, Nova Jérícia, Princeton University Press, 2005.
- KEOHANE, R, NYE, J. – *“Power and interdependence”*. Addison Wesley Longman, 2001.
- KENNEDY, Paul – *“Ascensão e Queda das Grandes Potências”*, 2º Vol., Lisboa, Ed. Europa-América, 1997

KYMLICKA, Will – *“Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights”*, Clarendon Press, 1996

KUZIO, Taras – *“Crime, politics and business in 1990s Ukraine”*, pág.195 a 210, *Communist and Post-Communist Politics*, nº47, 2014.

KUZIO, Taras – *“Competing National Identities and Democratisation in Ukraine: The Fifth and Sixth Cycles in post-Soviet Ukrainian History,”* pág. 27 a 46, *Acta Slavica Iaponica*, nº 33, 2013.

MANFRED, Steger – *“Globalization: A Very Short Introduction”*. Oxford University Press, 2009

MARSHALL, T. H. – *“Cidadania, Classe Social e Estatuto”*, Zahar, Londres, 1967.

MEDINA, João; TELO, António José; VENTURA, António – *“A Europa: Reflexões a partir da História”*, Lisboa, 1995.

ORNELAS, Sílvia – *“Qual a Identidade de uma Europa Multicultural”*, Estudos Europeus, Universidade da Madeira, 2009

PAUL, James – *“Faces of Globalization and the Borders of States: From Asylum Seekers to Citizens”*, pág. 208 a 223, *Estudos sobre a Cidadania*, nº 18, 2014.

RIEGEL, Viviane – *“A cultura global e o consumo transnacional de MacDonald’s”*, *Revista Administração e Diálogo*, vol. 12, n. 1, 2009.

ROBERTSON, Roland – *“Glocalization – Time & Space – Homogeneity – Heterogeneity”*, pág. 25 a 44, *Global Modernities*, Londres, 2003.

STEINER, G. – *“A Ideia de Europa”*, Lisboa, Gradiva, 2005.

TILLY, Charles – *“Terror, Terrorism, Terrorists”*, pág. 5 a 13, *Sociological Theory*, 2004.

VAN DER ZEE, K. I. & VAN OUDENHOVEN, J. P. – *“Individual differences in adaptation and well being”*, pág. 57 a 69, *Frisians Abroad*, Holanda, 2002.

VALADA, Rui – *“Uma Visão da Europa”*, vol.1, *Em busca de uma identidade*, Amadora, Graal, 2006.

VEIRA, L. – *“Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização”*, Record, Rio de Janeiro, 2001.

VIEIRA, L. – *“Cidadania e globalização”*, Record, Rio de Janeiro, 2002.

WALKER, R. – *“Inside/outside: International Relations and Political Theory”*, Cambridge University Press, 1995.

WALTZ, K. – *“Teoria das relações internacionais”*, Gradiva, Lisboa, 2002.

WEILER, J. H. H. – *“The Transformation of Europe”*, pág. 2403-248, *The Yale Law Journal*, vol.100, nº 8, Symposium: International Law, junho de 1991.

WENDT, A. – *“Social theory of international politics”*, Cambridge University Press, 2003.

WILKINSON, James e HUGGES, H. Stuart – *“Contemporary Europe”*, Nova Jérícia, nº 7, 199

WEBGRAFIA

BITTNER, Jochen – “Can Germany Be Honest About Its Refugee Problems?” New York Times JAN. 15, 2016

Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/01/16/opinion/can-germany-be-honest-about-its-refugee-problems.html>

BURKE, Daniel – “Syria explained: How it became a religious war” CNN

Disponível em: <http://religion.blogs.cnn.com/2013/09/04/syrian-wars-got-religion-and-that-aint-good/>

CAMERON, DAVID “Speech on radicalisation and Islamic extremism” 5 February 2011

Disponível em: <http://www.newstatesman.com/blogs/the-staggers/2011/02/terrorism-islam-ideology>

STEVEN ERLANGER, Steven – “ ‘Brexit’: Explaining Britain’s Vote on European Union Membership”, New York Times, 27 Outubro de 2016

Disponível em: http://www.nytimes.com/interactive/2016/world/europe/britain-european-union-brexit.html?_r=0

HALE, Galina – “Balance of Payments in the European Periphery”, Economic Letter, janeiro 14, 2013.

Disponível em: <http://www.frbsf.org/economic-research/publications/economic-letter/2013/january/balance-payments-europe-periphery/>

GUIMARÃES, Maria João - “O Syriza não aprendeu a ser Governo e está a pagar por isso”, O Público, outubro de 2016.

Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/syriza-nao-aprendeu-a-ser-governo-e-esta-a-pagar-por-isso-1747167>

EU ISCR, 2007 [http://ec.europa.eu/home-](http://ec.europa.eu/home-affairs/doc_centre/terrorism/docs/ec_radicalisation_study_on_mobilisation_tactics_en.pdf)

[affairs/doc_centre/terrorism/docs/ec_radicalisation_study_on_mobilisation_tactics_en.pdf](http://ec.europa.eu/home-affairs/doc_centre/terrorism/docs/ec_radicalisation_study_on_mobilisation_tactics_en.pdf)

CHURCHILL, Winston – “The Sinews of Peace”, Colégio Westminster, Missouri a Março 5, 1946

Disponível em: <http://www.winstonchurchill.org/learn/speeches/speeches-of-winston-churchill/120-the-sinews-of-peace>

FACT SHEET: “U.S. Crisis Support Package for Ukraine”, The White House, Office of the Press Secretary, Abril 21, 2014

Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/04/21/fact-sheet-us-crisis-support-package-ukraine>

GILMORE, Scott - “Germany’s real problem with refugees” 15 de janeiro de 2016

Disponível em: <http://www.macleans.ca/politics/worldpolitics/germanys-real-problem-with-refugees/>

KHRUSCHEV, Sergei – “Crimea: Who’s land is this?” Março, 2014

Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/03/crimea-whose-land-this-part-1-201431982818368453.html>

MARQUES DE ALMEIDA, João “A Rússia quer acabar com a União Europeia” O Observador, 2015.

Disponível em: <http://observador.pt/opiniao/a-russia-quer-acabar-com-a-uniao-europeia/>

MALIK, Kenan – “The Failure of Multiculturalism: Community Versus Society in Europe”, Foreign Affairs, março/abril 2015.

Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/western-europe/2015-03-01/failure-multiculturalism>

MCFAUL, Michael – “Confronting Putin’s Russia” The New York Times, 23 de março de 2014,

Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/03/24/opinion/confronting-putins-russia.html>

MCFAUL, Michael; SESTANOVICH, Stephen; MEARSHEIMER, John J. – *“Faulty Powers: Who started the Ukraine crisis?”*, Foreign Affairs Issue, Novembro 2014

Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/142260/michael-mcfaul-stephen-sestanovich-john-j-mearsheimer/faulty-powers>

MEARSHEIMER, John J. – *“Why the Ukraine crisis is the West fault”*, Foreign Affairs Issue, Setembro/Outubro 2014

Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>

NADEAU, James – *“Greece: Time for Syriza to lay its cards on the table”* Foreign Policy Association” 28 de abril de 2015.

Disponível em: <http://foreignpolicyblogs.com/2015/04/28/greece-time-for-syriza-to-lay-its-cards-on-the-table/>

PLATTNER, Marc F. – *“Liberalism and Democracy: Can't Have One Without the Other”*, Foreign Affairs, março/abril, 1998

Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1998-03-01/liberalism-and-democracy-cant-have-one-without-other>

POLYAKOVA, Alina. *“Ukraine's Democracy Problem*, Foreign Affairs”, Outubro 26, 2013

Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/features/letters-from/ukraines-democracy-problem>

SFAKIANAKIS, John – *“Think Greece's failing economy has been saved from the abyss? Think again”* janeiro de 2013.

Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2013/01/09/the-greek-depression/>

SHARWOOD, Anthony – *“Understanding the Syria conflict”* 2013

Disponível em: <http://www.news.com.au/world/simple-points-to-help-you-understand-the-syria-conflict/story-fndir2ev-1226705155146>

TRENIN, Dmitri – *“The Ukraine Crisis and the Resumption of Great-Power Rivalry”*, Carnegie Moscow Center, Julho 9, 2014

Disponível em: <http://carnegie.ru/2014/07/09/ukraine-crisis-and-resumption-of-great-power-rivalry>

TRENIN, Dmitri – *“Russia Reborn”*, Foreign Affairs Issue, Novembro/Dezembro 2009

Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/65498/dmitri-trenin/russia-reborn>